

PARAVANTILO

CULTIVAR
Cadernos de Análise e Prospecção

CULTIVAR

Cadernos de Análise e Prospetiva

N.º 3, março de 2016

Propriedade:

Gabinete de Planeamento, Políticas e Administração Geral (GPP)

Pç. Comércio, 1149-010 Lisboa

Telef.: + 351 21 323 46 00

Linha Informação + 351 21 323 47 49

E-mail: geral@gpp.pt ; *Website*: www.gpp.pt

Equipa editorial:

Coordenação: Bruno Dimas, Eduardo Diniz, Manuel Granchinho.

Ana Filipe de Moraes, Ana Rita Moura, António Cerca Miguel,

Clara Lopes, Hugo Lobo, Mafalda Gaspar, Manuel Loureiro,

Nuno Veras, Susana Jorge

Colaboraram neste número:

Convidados: José Lima Santos, Gilles Morel, Pedro Graça e Duarte Torres

DGADR: José Horta, Luísa Paula

DGRM: Fernando Duarte

FAO Portugal: Hélder Muteia

FIPA: Pedro Queiroz, Margarida Bento

ICNF: Dina Ribeiro, José Manuel Rodrigues

GPP: Edite Azenha, Helena Sequeira, Hugo Costa, Nuno Manana, Pedro Castro Rego, Rui Neves, Susana Barradas

Tradução: Ana Sofia Rodrigues

Edição: Gabinete de Planeamento, Políticas e Administração Geral (GPP)

Execução gráfica e acabamento: Sersilito-Empresa Gráfica, Lda.

Tiragem: 1000 exemplares

ISSN: 106/2015

Depósito Legal: 394697/15

CULTIVAR

Cadernos de Análise e Prospetiva

N.º 3, março de 2016

Índice

7/₉ | EDITORIAL

SECÇÃO I – GRANDES TENDÊNCIAS

13/₂₁ | INTENSIFICAÇÃO SUSTENTÁVEL:
UM NOVO MODELO TECNOLÓGICO NA AGRICULTURA
José Lima Santos

23/₃₁ | A INDÚSTRIA ALIMENTAR E PRODUÇÃO ALIMENTAR SUSTENTÁVEL
Gilles Morel

33/₄₀ | CONTRIBUTOS PARA UMA ESTRATÉGIA DE PROMOÇÃO DA ALIMENTAÇÃO
SAUDÁVEL E SUSTENTÁVEL EM PORTUGAL
Pedro Graça e Duarte Torres

SECÇÃO II – OBSERVATÓRIO

43/₅₈ | COMÉRCIO INTERNACIONAL DO COMPLEXO AGROFLORESTAL E PESCAS

59/₆₂ | DISTRIBUIÇÃO DE VALOR AO LONGO DA CADEIA ALIMENTAR

53/₆₆ | AS INDÚSTRIAS ALIMENTARES E DAS BEBIDAS

67/₇₂ | ORGANIZAÇÃO DA PRODUÇÃO

73/₈₇ | A ECONOMIA DO BACALHAU – CADEIA DE VALOR, MERCADOS E
DEPENDÊNCIA

SECÇÃO III – ASSUNTOS BILATERAIS E MULTILATERAIS

91/₉₃ | O PAPEL DAS LEGUMINOSAS NOS SISTEMAS ALIMENTARES

Nota de enquadramento, FAO Portugal, 2015

95/₉₈ | ENSINAMENTOS “SOBRE O CUIDADO DA CASA COMUM”

Ficha de Leitura: “LAUDATO SI”, Santo Padre Francisco, 2015

99/₁₀₀ | INSTRUMENTOS DE POLÍTICA PARA ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS

Ficha de Leitura: “Adoption of the Paris Agreement. Proposal by the President”, UNFCCC, 2015

101/₁₀₂ | INSTRUMENTOS DE POLÍTICA PARA A ERRADICAÇÃO DA FOME NA CPLP

Ficha de Leitura: “Estratégia de segurança alimentar da CPLP”, CPLP, 2015

103/₁₀₅ | ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DAS POLÍTICAS AGRÍCOLAS

Ficha de Leitura: “Acompanhamento e Avaliação das Políticas Agrícolas 2015”, OCDE, 2015

107/₁₀₉ | APROVISIONAMENTO EM SITUAÇÕES DE CRISE E PLANEAMENTO CIVIL DE EMERGÊNCIA

Ficha de leitura: “Os Desafios da Alimentação Mundial”, FAO Portugal, 2015

111/₁₁₄ | INSTRUMENTOS DE POLÍTICA PARA BOAS PRÁTICAS AGRÍCOLAS

Ficha de leitura: Código-Quadro da UNECE para Boas Práticas Agrícolas de Redução das Emissões de Amoníaco, UNECE, 2015

105/₁₁₉ | PROGRAMA OPERACIONAL – SANIDADE FLORESTAL

Ficha de leitura: Programa Operacional de Sanidade Florestal, ICNF, 2014

Editorial

EDUARDO DINIZ

Diretor-Geral do GPP

Este terceiro número da publicação Cultivar tem como tema principal *A Alimentação sustentável e saudável*.

A Alimentação é um tema que abrange um universo muito alargado, quer no quotidiano, quer nos estudos e análises, sendo uma área em que todos os seres humanos se relacionam e têm uma relação objetiva e subjetiva.

Sobre os alimentos temos uma perspetiva básica que se refere à sua função de satisfação de necessidades biológicas, passando por questões de saúde pública, interesses sociais económicos, culturais ou mesmo ético-religiosos.

As atividades agrícolas e marítimas são as responsáveis pela disponibilização das matérias-primas que constituem a alimentação. É essencialmente para este fim que se destina a produção agrícola, sendo a pesca e aquicultura atividades da maior relevância realizadas no mar.

A temática é, pois, central para o GPP, para o Ministério da Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural e Ministério do Mar. Acresce que, sendo a alimentação indispensável à sobrevivência, não pode deixar-se o respetivo acesso sujeito unicamente às

leis do mercado, o que leva a que seja objeto de políticas públicas em todos os países.

Vimos no número anterior da Cultivar um dos principais recursos utilizados na produção alimentar, o solo, que importa preservar dado o seu carácter finito e insubstituível. O mesmo acontece com outros recursos naturais utilizados na produção de alimentos. Para circunscrever este tema tão vasto colocámos, assim, a seguinte questão aos especialistas convidados para a elaboração de artigos na secção I – Grandes Tendências:

“Num mundo com uma população em crescimento contínuo e com recursos naturais limitados, que políticas são necessárias para assegurar uma produção alimentar sustentável e uma alimentação saudável?”

O professor Lima Santos, professor catedrático do ISA, no seu texto intitulado *Intensificação sustentável: um novo modelo tecnológico na agricultura*, afirma que o acesso das pessoas aos alimentos é um objetivo que estamos longe de atingir. Implica reduzir o desperdício alimentar e aumentar consideravelmente a produção global de alimentos, o que não é possível pela expansão da área de terras cultivadas. A solução passará pelo aumento

da produção por hectare sem aumentar a utilização de *inputs* por hectare. Esta mudança de paradigma requer uma mudança de modelo tecnológico na agricultura, como por exemplo a agricultura de precisão e a utilização de processos ecológicos. Para isso, uma vez que existe uma falha de mercado, a transição requer políticas públicas, desde a simples regulamentação ambiental à diferenciação dos produtos conforme a sua pegada ecológica, incentivos económicos diretos à produção de bens públicos ambientais pela agricultura e uma política de investigação e desenvolvimento da base científica e tecnológica necessária para uma intensificação de base ecológica.

Gilles Morel, Presidente da FoodDrinkEurope e Presidente Regional da Mars Chocolate Europe & Eurasia, considera que para o setor da alimentação e bebidas este desafio é particularmente decisivo, já que não só têm a responsabilidade de produzir alimentos de qualidade e em quantidade suficiente para todos, mas também têm de garantir que os recursos são preservados de modo a se poder contar com matérias-primas seguras, de elevada qualidade e a preços acessíveis. O combate ao desperdício alimentar, a cooperação entre os agentes da cadeia alimentar e a inovação são os três caminhos a desenvolver para que seja possível alcançar e conciliar estes objetivos.

Pedro Graça (Diretor do Programa Nacional de Promoção da Alimentação Saudável, Direção-Geral da Saúde) e Duarte Torres (Faculdade de Ciências da Nutrição e Alimentação da Universidade do Porto) chamam a atenção para o facto de Portugal ser um dos poucos países Europeus que, até muito recentemente, não possuía uma Estratégia Nacional para a Alimentação e Nutrição. Estimam que, no nosso país, 28% dos anos de vida perdidos devido a morte prematura e número de anos de produtividade perdidos por incapacidade e reforma prematura sejam imputáveis a fatores de risco comuns às doenças crónicas (tabagismo, abuso de álcool, baixo consumo de frutas e hortícolas e défice de atividade

física), número que se eleva aos 35% quando se inclui a obesidade e a pré-obesidade. O objetivo geral da estratégia implementada em 2012 é o de melhorar o estado nutricional da população incentivando a disponibilidade física e económica e o acesso a alimentos constituintes de um padrão alimentar saudável e criar condições para que a população os valorize, aprecie e consuma, integrando-os nas suas rotinas diárias. Já as preocupações ambientais no seio das políticas alimentares e nutricionais só recentemente ganharam maior peso político e foram definitivamente integradas nas estratégias da saúde e alimentação, como se pode constatar na 5ª Conferência Ministerial de Ambiente e Saúde, realizada sob auspícios da Organização Mundial da Saúde (OMS).

A secção Observatório apresenta um conjunto de análises sobre temas diversificados. O artigo sobre comércio internacional agroflorestal e das pescas visa não só apresentar dados e conclusões sobre esta importante temática para economia nacional como também apresentar as várias fontes produzidas pelo INE sobre esta matéria, explicitando as diferenças metodológicas, os motivos da utilização diferenciada das várias fontes e os diferentes resultados obtidos. É efetuado um balanço da situação das organizações de produtores agrícolas em Portugal, uma temática da maior importância, para a viabilidade e competitividade das unidades de produção agroalimentar, e ainda para enfrentar a problemática dos desequilíbrios na cadeia de produção agroalimentar. A FIPA expõe um retrato atual da indústria alimentar e das bebidas nacionais e da sua importância para a recuperação económica. Finalmente, é apresentado um artigo sobre a economia do bacalhau, que inclui um enquadramento alimentar, geográfico e histórico, uma descrição muito completa da formação da cadeia de valor e uma análise de uma dos mais importantes produtos alimentares importados por Portugal, o bacalhau.

Na última secção, Hélder Muteia, Responsável do Escritório da FAO em Portugal e junto da CPLP, escreve sobre o importante papel das leguminosas

na alimentação humana, numa evocação do Ano Internacional das Leguminosas decretado pelas Nações Unidas, sob o lema “*sementes nutritivas para um futuro sustentável*”.

São ainda apresentadas várias fichas de leitura bibliográfica, incluindo uma sobre a encíclica do Papa Francisco *Laudato Si*, de 2015, que aborda uma visão técnica sobre a necessidade da preservação dos recursos naturais, considerando indispensável o reforço das instituições internacionais, através da designação de autoridades de forma

imparcial e dotadas de poder sancionatório, e que as iniciativas de maior alcance e responsabilidade devem envolver o nível local, sendo necessária uma alteração dos estilos de vida por todos. Os temas incluem, a iniciativa COP21, a Estratégia de Segurança Alimentar da CPLP, os desafios da alimentação mundial na perspectiva da FAO, o acompanhamento e avaliação das políticas agrícolas pela OCDE e, o Código-Quadro da UNECE para Boas Práticas Agrícolas de Redução das Emissões de Amoníaco e o Programa Operacional de Sanidade Florestal.

GRANDES TENDÊNCIAS

CULTIVAR

v.t. *TRABALHAR A TERRA PARA TORNÁ-LA FÉRTIL.*

Intensificação sustentável: um novo modelo tecnológico na agricultura

JOSÉ LIMA SANTOS

Professor Catedrático, Instituto Superior de Agronomia, Universidade de Lisboa

Alimentar um mundo de 9 a 10 mil milhões de pessoas com padrões de consumo médios bastante mais exigentes do que os atuais é um desafio com que nos defrontaremos globalmente até 2050. Vencer este desafio implica garantir o acesso das pessoas aos alimentos, objetivo que estamos longe de atingir atualmente e constitui, por isso mesmo, a tarefa mais urgente. Implica ainda reduzir o desperdício alimentar, do campo até ao prato, e aumentar consideravelmente a produção global de alimentos.

Obter o necessário aumento de produção por simples expansão da área de terras cultivadas teria custos inaceitáveis em termos de desflorestação tropical, perda de biodiversidade, destruição de serviços cruciais dos ecossistemas e emissões de CO₂. Deste modo, qualquer solução aceitável passará sempre pela intensificação agrícola, ou seja pelo aumento da produção agrícola por hectare, nas terras já atualmente cultivadas, de modo a reduzir a pressão para converter ecossistemas naturais em novas terras de cultivo.

A intensificação agrícola do passado poupou muita terra para a natureza, para a conservação da biodiversidade e para a manutenção e continuidade de processos ecológicos de que dependemos e a que hoje chamamos ‘serviços de ecossistemas’. De facto, sem a intensificação agrícola do passado, estaríamos hoje provavelmente bem pior no que se refere quer a segurança alimentar quer a biodiversidade e serviços dos ecossistemas.

Sem a intensificação agrícola do passado, estaríamos hoje provavelmente bem pior no que se refere quer a segurança alimentar quer a biodiversidade e serviços dos ecossistemas.

No entanto, a intensificação agrícola do passado foi baseada no uso crescente de *inputs* industriais, tais como adubos químicos de síntese, pesticidas, energia e água de rega, utilizados para transformar o meio agronómico e torná-lo mais favorável ao crescimento de meia dúzia de variedades de plantas geneticamente melhoradas para aumentar a produtividade da terra, as quais requerem agroecossistemas mais artificializados do que as variedades tradicionais. Esta intensificação baseada em *inputs* industriais alcançou o desejado aumento da produtividade da terra cultivada, mas à custa de um uso cada vez mais ineficiente destes *inputs*, de que

resultaram perdas excessivas dos mesmos, as quais, por sua vez: (1) ampliaram as emissões poluentes de nitratos, fosfatos, gases com efeitos de estufa e pesticidas persistentes, e (2) aceleraram o esgotamento de recursos naturais úteis, como água, solo, biodiversidade, energia e múltiplos serviços de ecossistemas.

Assim, defrontamo-nos hoje com o dilema da intensificação. Por um lado, a redução da superfície cultivada por degradação dos solos ou por urbanização, os custos ambientais inaceitáveis da expansão da área cultivada à custa dos ecossistemas naturais que restam e a necessidade de aumentar a produção agrícola – para fazer face ao crescimento demográfico, à mudança nas dietas nos países em desenvolvimento e à procura de matérias-primas agrícolas para fins não alimentares, como os biocombustíveis – requerem produzir mais por hectare de superfície cultivada, ou seja requerem intensificar. Por outro lado, a forma como intensificámos no passado, com base no acréscimo do uso de *inputs* industriais por hectare de terra cultivada, não é mais possível e/ou desejável, porque se defronta hoje com claros limites.

Primeiro, é necessário reduzir a pegada ambiental da intensificação baseada em *inputs*, no que se refere quer a poluição química quer a perda de biodiversidade à escala planetária.

Segundo, o melhoramento genético das plantas utilizado no passado parece estar a encontrar também sérios limites face ao desejado aumento da resposta das plantas aos fertilizantes e pesticidas para aumentar a produtividade da terra, reduzir custos e controlar poluições. Estes limites têm a ver com a via seguida, no passado, para aumentar a produti-

vidade da terra: concentrar a maior parte do produto da fotossíntese da planta cultivada no grão, utilizando plantas com muito grão e pouca palha, e não tanto aumentar a produção fotossintética do agroecossistema no seu conjunto. Acontece que as plantas necessitam de raízes, caules e folhas, e não podem ser constituídas apenas por espiga e grão. Portanto, a poderosa via de melhoramento percorrida até aqui está a esgotar-se, sem que tenham aparecido alternativas com igual potencial a curto e médio prazo (Brown, 2004).

Terceiro, o esgotamento de recursos hídricos afeta hoje numerosas áreas agrícolas, particularmente nas regiões mais povoadas do planeta, como a China e a Índia (Brown, 2004).

Quarto, os impactes esperados das alterações climáticas na produtividade das culturas agrícolas e nos recursos hídricos, sobretudo em zonas que têm já

hoje uma reduzida produtividade, como a África Subsaariana ou a bacia mediterrânica, lançam dúvidas sobre a nossa capacidade agrícola global no futuro.

Quinto, a dependência de energia fóssil barata, induzida pelo modelo de intensificação baseada em *inputs*, originou uma significativa vulnerabilidade da produção agrícola face aos preços da energia, o que é particularmente relevante no atual ambiente estrutural de subida de preços da energia.

Ultrapassar o dilema da intensificação implica assim produzir mais por hectare de superfície cultivada, sem para isso ter de aumentar a utilização de *inputs* por hectare, o que requer uma mudança de modelo tecnológico na agricultura. Por isso, analisamos, em seguida, algumas características do modelo tecnológico vigente, em que se baseou a

No entanto, a intensificação agrícola do passado foi baseada no uso crescente de inputs industriais [...] favorável ao crescimento de meia dúzia de variedades de plantas geneticamente melhoradas para aumentar a produtividade da terra, as quais requerem agroecossistemas mais artificializados do que as variedades tradicionais.

intensificação agrícola do passado: o modelo químico-mecânico. Trata-se de identificar os contornos da transição requerida do modelo químico-mecânico para um novo modelo: a intensificação sustentável.

Contudo, ultrapassar o dilema da intensificação requer mais do que uma mudança de modelo tecnológico. Requer mudar o comportamento das pessoas: produtores de bens alimentares, consumidores e produtores de ciência e tecnologia; o que nos remete para o domínio das políticas públicas. A necessidade de novas políticas requer, por sua vez, que atuemos não só como consumidores, produtores ou cientistas, mas também como cidadãos que pedem novas políticas. Por isso, na secção final deste artigo, voltamo-nos para este tema da necessidade de novas políticas públicas para promover a intensificação sustentável.

O modelo tecnológico químico-mecânico

O modelo tecnológico em agricultura inclui não só a base de conhecimentos usada para gerar novas técnicas agrícolas para responder a novos desafios, mas também o modo como estas técnicas se articulam entre si para responder a estes desafios (Bonny e Daucé, 1989).

Na Europa e na generalidade dos países mais desenvolvidos, no pós-Guerra, e, mais tarde, também em muitos países em desenvolvimento, difundiu-se um novo modelo tecnológico na agricultura, num quadro caracterizado pela rápida diminuição da população ativa agrícola, absorvida pela expansão dos setores da indústria e dos serviços. A crescente escassez de força de trabalho e o consequente aumento do respetivo custo de oportunidade colocaram o aumento da produtividade do trabalho agrícola no centro do novo modelo techno-

lógico. A produtividade do trabalho na agricultura é o produto de duas componentes: a superfície cultivada por trabalhador e a produtividade por hectare de superfície cultivada. Assim, para aumentar a produtividade do trabalho, o novo modelo agiu sobre estas duas componentes com base numa dupla substituição:

- de trabalho humano e tração animal por máquinas e motores, de modo a aumentar a superfície cultivada por trabalhador (componente mecânica do modelo);
- de processos biológicos que ocorrem no agroecossistema (e.g., fixação do azoto atmosférico pelas bactérias do solo, ou controlo de pragas por interações bióticas) por *inputs* químicos de origem industrial (e.g., adubos azotados ou pesticidas), de modo a aumentar a produtividade por hectare de superfície cultivada (componente química do modelo).

Devido à importância destas duas componentes do modelo, ele tem vindo a ser designado como modelo químico-mecânico (Bonny e Daucé, 1989). Ambas as componentes assentaram em sólidos avanços globais no domínio da ciência e da agronomia e no uso de enormes quantidades de energia fóssil barata para produzir os *inputs* mecânicos (máquinas e combustíveis) e químicos (fertilizantes industriais e pesticidas) necessários. Como resultado, a agricultura tornou-se extremamente dependente deste subsídio energético: por exemplo, em Portugal, o consumo de energia fóssil necessário para produzir uma Kcal de energia alimentar multiplicou-se por dez entre 1953 e 1989 – subindo de 0,17 para 1,70 kcal (Santos, 1996).

As novas variedades de plantas melhoradas no âmbito do modelo químico-mecânico são, em geral, muito produtivas. Mas este potencial produtivo ape-

Ultrapassar o dilema da intensificação implica assim produzir mais por hectare de superfície cultivada, sem para isso ter de aumentar a utilização de inputs por hectare, o que requer uma mudança de modelo tecnológico na agricultura.

nas se manifesta quando estas plantas estão integradas em agroecossistemas profundamente modificados, em que encontram água e nutrientes em abundância e um ambiente asséptico em que pragas, doenças e outras plantas competidoras estão suprimidas pela utilização sistemática de pesticidas. Um número reduzido destas novas variedades de plantas altamente produtivas, geradas pela moderna ciência agronómica, foi substituindo, um pouco por todo o lado, múltiplas variedades adaptadas ao agroecossistema local, que tinham sido geradas, ao longo de séculos, pelos conhecimentos locais de muitas gerações de agricultores. A base genética do modelo químico mecânico foi-se assim estreitando, o que tornou o modelo, no seu conjunto, cada vez mais dependente da disponibilidade de energia barata e, portanto, vulnerável face ao aumento do preço da energia.

A difusão do modelo químico-mecânico implicou, no plano socioeconómico, uma progressiva integração dos sistemas de produção agrícola na economia de mercado: mercados dos produtos agrícolas, mercados dos novos *inputs* de origem industrial e ainda mercados de crédito para comprar os novos *inputs*. Desenvolveu-se, neste quadro, uma profunda dependência dos agricultores – até então, os principais agentes da criação dos conhecimentos locais em que assentavam os seus sistemas de produção – face a saberes científicos globais, primeiro na posse do Estado e do seu aparelho de investigação e extensão rural, e,

depois, na posse dos fornecedores comerciais dos novos *inputs*.

A dupla substituição operada pelo modelo químico-mecânico permitiu uma maior produção de alimentos por trabalhador agrícola, e, assim, a transferência de muitas pessoas da agricultura para os setores emergentes da indústria e dos serviços. Deste modo, deu-nos uma liberdade de escolha ocupacional que hoje muito prezamos. Além disso, reduziu o risco global de insuficiência alimentar – a insegurança alimentar do mundo de hoje resulta da desigualdade na repartição do rendimento, e não tanto da insuficiência do potencial tecnológico de produção de alimentos.

A artificialização dos agroecossistemas permitiu aumentar a produção agrícola ao longo da segunda metade do século XX principalmente através do aumento da produção por hectare (intensificação) e não tanto pela expansão da área cultivada. Isto teve evidentes vantagens em termos de uma menor pressão para converter habitat natural em terra agrícola.

O uso ineficiente de *inputs* químicos conduziu, no entanto, a graves problemas de poluição, que estão longe de ser apenas locais. O uso de fertilizantes azotados duplicou o ciclo global do azoto (Vitousek et al., 1997) e a

presença de pesticidas bioacumuláveis é hoje detetável em zonas relativamente remotas, onde nunca foram utilizados, como a Antártida.

As novas variedades de plantas melhoradas no âmbito do modelo químico-mecânico são, em geral, muito produtivas. Mas este potencial produtivo apenas se manifesta quando estas plantas estão integradas em agroecossistemas profundamente modificados, em que encontram água e nutrientes em abundância e um ambiente asséptico em que pragas, doenças e outras plantas competidoras estão suprimidas pela utilização sistemática de pesticidas.

Os agroecossistemas tocados pelo modelo químico-mecânico estão hoje profundamente modificados. São mais produtivos, em termos de produção de alimentos por hectare, mas também mais dependentes do subsídio energético exterior para assegurar o seu próprio funcionamento e estabilidade.

A nível global, a generalização do modelo químico-mecânico, mesmo nos países em desenvolvimento (a chamada revolução verde), permitiu multiplicar por três a produção global de cereais desde 1950, com base na adoção de variedades de trigo, arroz e milho de alto rendimento, na multiplicação por três da área irrigada e na multiplicação por onze do uso global de fertilizantes de origem industrial (Brown, 2004).

Um novo modelo tecnológico: intensificação sustentável

Necessidade de aumentar a produtividade do trabalho esteve, como vimos, na origem do modelo tecnológico químico-mecânico em agricultura. Do desenvolvimento deste modelo resultou o aumento da produtividade da terra (intensificação agrícola), através do aumento da utilização de *inputs* industriais, geralmente acompanhado de redução da eficiência com que os mesmos são utilizados.

Hoje, ultrapassar o dilema da intensificação implica aumentar a produtividade da terra (a parte boa da intensificação) sem aumentar o uso de *inputs* por hectare (a parte má), o que requer ganhos muito significativos na eficiência de utilização destes *inputs* (*more crop per drop*). De facto, definida como nível de produção por hectare, e não como nível de *inputs* por hectare, a intensificação agrícola pode, como vimos, ser a chave para satisfazer a procura crescente de alimentos, bioenergia e biomateriais, evitando, ao mesmo tempo, a conversão maciça de habitat natural em terras agrícolas, a qual teria um custo ambiental insustentável.

No âmbito do modelo químico-mecânico, os aumentos de produção por hectare do passado foram geralmente conseguidos à custa de aumentos do nível de *inputs* por hectare. Deste modo, os consumos agrícolas de adubos, pesticidas, água ou energia multiplicaram-se globalmente por diversos fatores ao longo das últimas décadas. Este crescimento no uso de *inputs* determinou uma redu-

ção da eficiência com que os mesmos são utilizados na produção agrícola, sendo necessárias doses crescentes de *inputs* para obter acréscimos sucessivos idênticos do nível de produção (lei dos rendimentos decrescentes). Esta redução de eficiência, conjugada com o incremento generalizado do consumo de *inputs*, deu origem a uma diversidade de problemas ambientais, como a eutrofização dos ecossistemas aquáticos, o envenenamento das cadeias alimentares, o declínio dos aquíferos e caudais, e ainda a emissão maciça de gases com efeito de estufa pela agricultura. Além disso, traduz-se também frequentemente em custos mais elevados, menor qualidade e segurança dos alimentos, menor competitividade e maior vulnerabilidade face ao fim da era da energia barata.

Deste modo, o novo modelo tecnológico deverá centrar-se em desligar, tanto quanto possível, o aumento da produção por hectare do nível de utilização de *inputs* industriais por hectare. Esta direção de mudança permitir-nos-á criar uma agricultura ao mesmo tempo mais competitiva, mais amiga do ambiente e mais resiliente face à escassez crescente de água e à subida do preço da energia. Esta direção de mudança poderá vir a configurar-se num modelo tecnológico alternativo ao modelo químico-mecânico, e tem vindo a ser designada como intensificação sustentável (Royal Society, 2009).

O grau em que conseguiremos desligar, no futuro, produção por hectare e nível de *inputs* por hectare não é ainda muito claro. Há certamente limites a esta estratégia tecnológica para produzir mais com menos e, assim, reduzir *trade offs* entre ambiente e economia, ao mesmo tempo que aumenta a produção por hectare. Estes limites são mais evidentes a curto prazo e devem-se sobretudo aos chamados *lock-ins* tecnológicos (a prova mais evidente da existência de modelos tecnológicos). Por exemplo, a total expressão do potencial genético das variedades de plantas que hoje usamos na agricultura depende de agroecossistemas simples, com reduzida competição, mas também com reduzida ajuda

de predadores e parasitoides, logo com maior necessidade de utilização de pesticidas. Depende também de elevados níveis de nutrientes disponíveis no solo, logo adubações copiosas. Este exemplo ilustra a “resistência” do modelo tecnológico vigente: não é possível mudar as técnicas uma a uma; a mudança requer a emergência de um novo modelo tecnológico alternativo ao modelo vigente em que novas técnicas – baseadas em determinadas áreas do conhecimento, frequentemente não privilegiadas no modelo vigente – se articularão umas com as outras de modo a responder a novas necessidades e novos desafios.

Existem pelo menos duas vias estratégicas para a transição de modelo tecnológico na agricultura que podemos hoje antever e que podem conduzir-nos ao desligamento do crescimento da produção por hectare face aos níveis de utilização de *inputs* por hectare. A primeira destas vias baseia-se no aumento da eficiência na utilização dos *inputs*, por aplicação dos mesmos de um modo mais preciso, no tempo e no espaço – o que é referido como agricultura de precisão, num sentido genérico do termo, porque inclui também novos métodos de rega, bem como numerosas outras tecnologias, tal como a proteção integrada e a utilização sustentável de pesticidas.

A segunda via (que não é necessariamente alternativa à primeira) baseia-se na cópia e utilização de processos ecológicos – predação, parasitismo e doença, fixação simbiótica de azoto, micorrizas, combinações de culturas permanentes e anuais, como nos sistemas agroflorestais – para substituir

inputs comprados de origem industrial (pesticidas, fertilizantes e energia).

É possível conceber técnicas que potenciam as duas vias. Por exemplo, a utilização dos “níveis económicos de ataque” como critério para a realização de tratamentos com pesticidas, substitui, na produção integrada, os tratamentos por “calendário” (i.e. independentes da verificação do nível de

ataque) característicos do modelo químico-mecânico. Os níveis económicos de ataque implicam não tratar a não ser quando o nível de ataque da praga permita prever que o custo de não tratar, em termos de perda de produção, vai ultrapassar o custo do tratamento. Esta técnica permite, simultaneamente, aumentar a eficiência do *input* pesticida, aplicando-o de forma mais criteriosa (primeira via), e, pelo facto de agredir menos as populações de auxiliares predadores e parasitoides (frequentemente mais vulneráveis ao pesticida do que a praga),

potencia os processos ecológicos que, de forma gratuita, fazem o mesmo trabalho que o pesticida – existindo, portanto, também uma lógica de substituição de *inputs* por processos ecológicos (segunda via).

A primeira via (eficiência no uso de *inputs* através de uma aplicação mais precisa ou criteriosa) depende sobretudo das novas tecnologias da informação, incluindo os sistemas de informação geográfica (SIG), bem como as tecnologias de sensores e de deteção remota. A segunda via (substituição de *inputs* por processos ecológicos) assenta num melhor conhecimento da forma como os agroecos-

Existem pelo menos duas vias estratégicas para a transição de modelo tecnológico na agricultura que podemos hoje antever e que podem conduzir-nos ao desligamento do crescimento da produção por hectare face aos níveis de utilização de inputs por hectare.

A primeira destas vias baseia-se no aumento da eficiência na utilização dos inputs, por aplicação dos mesmos de um modo mais preciso, no tempo e no espaço – o que é referido como agricultura de precisão [...] A segunda via (que não é necessariamente alternativa à primeira) baseia-se na cópia e utilização de processos ecológicos [...] para substituir inputs comprados de origem industrial.

sistemas funcionam. Ambas poderão vir a utilizar também as biotecnologias para resolver problemas de precisão ou de substituição, respetivamente.

A intensificação de base ecológica (segunda via) depende de uma provisão reforçada e resiliente de serviços de polinização, controlo biótico de pragas e doenças, fertilidade do solo e outros serviços de ecossistemas. Depende portanto de ecossistemas saudáveis e funcionais, em que se apoia para reduzir a atual dependência da produção de alimentos face a *inputs* industriais ricos em energia, cujo preço está a aumentar. A proteção dos ecossistemas radica aqui não no seu valor intrínseco, mas sim no reconhecimento da nossa dependência face aos mesmos para assegurar a produção de alimentos numa nova era de energia mais cara em que é necessário reforçar a sustentabilidade ambiental.

Note-se ainda que muitas das novas técnicas acima discutidas já existem ou estão em desenvolvimento. O que não existe ainda é um modelo tecnológico alternativo, que potencie um desenvolvimento mais rápido destas técnicas e promova a sua articulação, complementaridade e sinergia.

É importante salientar ainda uma diferença relevante entre as duas vias estratégicas de transição para o novo modelo, no que se refere ao respetivo desenvolvimento científico e tecnológico. O melhor conhecimento da forma como os agroecossistemas funcionam (segunda via) é um bem público no sentido económico do termo. Este melhor conhecimento, uma vez disponível, pode ser utilizado gratuitamente por qualquer agricultor para melhorar o seu sistema produtivo, sendo portanto difícil a quem produziu o conhecimento remunerar o seu esforço de inves-

tigação e desenvolvimento tecnológico. Porque se trata apenas de conhecimento, é difícil patenteá-lo, ou seja restringir-lhe o acesso para cobrar um preço pelo seu uso. Por isso, o investimento privado em investigação e desenvolvimento tecnológico associados à segunda via estratégica será sempre necessariamente limitado.

Por outro lado, o aumento da eficiência na utilização dos *inputs* por aplicação mais precisa dos mesmos (primeira via) implica geralmente artefactos, equipamentos, software ou sementes, tais como equipamento de rega gota-a-gota, sementes OGM, semeadores de precisão, software SIG – ou seja, bens privados, que podem ser mais facilmente patenteáveis e vendidos para remunerar o esforço de investigação e desenvolvimento tecnológico. A primeira via é assim naturalmente mais atrativa para o investimento privado na investigação e desenvolvimento. Esta diferença entre a natureza pública ou privada do output final do processo de investigação e desenvolvimento tecnológico explica o desigual nível de desenvolvimento de diversos ramos da ciência e tecnologia agrónomicas quando o essencial do investimento em investigação e desenvolvimento tecnológico é privado.

...implicaria que o Estado financiasse prioritariamente investigação que gera essencialmente bens públicos (como o conhecimento sobre o funcionamento dos agroecossistemas), em que o setor privado não vai estar interessado em investir. O setor privado apostaria, por seu lado, tal como acontece na realidade, na investigação que produz essencialmente bens privados, patenteáveis.

Verifica-se, ainda que, de modo surpreendente, as prioridades de investimento público em ciência coincidem frequentemente muito de perto com as do setor privado, pelo que, ao contrário do que seria de esperar, não se desenvolve a desejada complementaridade (divisão do trabalho) entre o público e o privado no financiamento da inves-

tigação e desenvolvimento tecnológico. Esta complementaridade implicaria que o Estado financiasse prioritariamente investigação que gera essencialmente bens públicos (como o conhecimento sobre

o funcionamento dos agroecossistemas), em que o setor privado não vai estar interessado em investir. O setor privado apostaria, por seu lado, tal como acontece na realidade, na investigação que produz essencialmente bens privados, patenteáveis (predominantes na primeira via, a da precisão no uso de inputs). Vanloqueren e Baret (2009) baseiam-se exatamente nesta lógica de ausência de complementaridade para explicar o incipiente desenvolvimento da inovação agroecológica quando comparada com o estado avançado da engenharia genética no contexto do sistema de investigação agronómica. A conclusão evidente é que falta dar a devida prioridade, na política de investigação, às áreas da investigação que produzem essencialmente conhecimento não patenteável, como aquele que se refere ao funcionamento dos agroecossistemas.

Políticas públicas: proteger e remunerar bens públicos

A produção agrícola ocorre no seio de ecossistemas modificados (agroecossistemas) e não num contexto fabril totalmente separado do meio natural. Deste modo, as técnicas agrícolas têm profundos efeitos sobre a qualidade ambiental. Alguns destes efeitos são positivos – por exemplo, biodiversidade associada aos sistemas de produção de baixa intensidade produtiva –, outros são negativos – por exemplo, poluição, conversão de habitat natural e erosão do solo.

Ao contrário dos alimentos produzidos, os efeitos ambientais da agricultura não estão à venda no

mercado. Os agricultores e os sistemas privados de investigação e desenvolvimento tecnológico reagem sobretudo àquilo que tem um preço de mercado, que possa remunerar o seu esforço. Tudo o

resto – qualidade da água, biodiversidade, enfim toda a sustentabilidade ambiental – é um efeito lateral de decisões tomadas em função daquilo que tem um preço. Deste modo, o mercado falha sistematicamente na regulação ambiental da agricultura. A ideia da mão invisível, de Adam Smith, segundo a qual o mercado transforma as decisões interesseiras de cada um de nós no máximo de bem comum, só funciona se todas as consequências das nossas decisões tiverem um preço de mercado (ou um incentivo,

positivo ou negativo, que regule as nossas escolhas). Havendo algumas destas consequências, como é o caso dos impactes ambientais da agricultura, que não são trocadas no mercado nem regulados por outros incentivos, a mão invisível já não nos conduz ao máximo de bem comum – resultado conhecido como falha de mercado. Resulta disto então a privatização dos benefícios (na forma de lucros privados, a que não são deduzidos os custos ambientais) com a coletivização dos custos ambientais (que ficam para ser suportados por terceiros), que não é justa e, sobretudo, não é eficiente.

A falha de mercado, aceite pelos economistas das mais diversas tendências, requer intervenção do Estado. No caso que agora nos interessa, ela requer políticas públicas para lidar com as questões de sustentabilidade ambiental em agricultura. Estas políticas podem assumir diversas formas, desde a simples regulamentação ambiental à diferenciação dos

A falha de mercado, aceite pelos economistas das mais diversas tendências, requer intervenção do Estado. No caso que agora nos interessa, ela requer políticas públicas para lidar com as questões de sustentabilidade ambiental em agricultura. Estas políticas podem assumir diversas formas, desde a simples regulamentação ambiental à diferenciação dos produtos conforme a sua pegada ecológica, para melhor guiar os comportamentos de compra dos consumidores, passando pelos incentivos económicos directos à produção de bens públicos ambientais pela agricultura.

produtos conforme a sua pegada ecológica, para melhor guiar os comportamentos de compra dos consumidores, passando pelos incentivos económicos diretos à produção de bens públicos ambientais pela agricultura.

Alguma intervenção pública, assumindo uma das modalidades acima referidas, é assim necessária para proteger os serviços de ecossistemas em que se baseia a intensificação sustentável. Igualmente, como vimos, também na área da política de investigação e desenvolvimento tecnológico, o argumento do carácter público de grande parte do conhecimento agro-ecológico implica um aumento significativo do investimento público para viabilizar o desenvolvimento da base científica necessária para uma intensificação de base ecológica.

Bibliografia

- Bonny, S. e Daucé, P., 1989. “Les nouvelles technologies en agriculture: une approche technique et économique”. *Cahiers d'Economie et Sociologie Rurales*, 13, 5-33.
- Brown, L., 2004. **Outgrowing the Earth: The Food Security Challenge in an Age of Falling Water Tables and Rising Temperatures**. Earth Policy Institute. www.earth-policy.org/index.php?/books/out
- Royal Society, 2009. **Reaping the benefits: science and the sustainable intensification of global agriculture**. Londres: The Royal Society.
- Santos, J. L., 1996. “Modelo técnico, espaço e recursos naturais. Os balanços energéticos da agricultura portuguesa (1953 e 1989)”. *Anais do Instituto Superior de Agronomia*, 45, 263-288.
- Vanloqueren, G. e Baret, P. V., 2009. “How agricultural research systems shape a technological regime that develops genetic engineering but locks out agroecological innovations”. *Research Policy*, 38, 971-983.
- Vitousek, P. M., Mooney, H. A., Lubchenco, J. e Melillo, J. M., 1997. “Human domination of Earth’s ecosystems”. *Science*, 277, 494-499.

A indústria alimentar e produção alimentar sustentável

GILLES MOREL

Presidente da FoodDrinkEurope e Presidente Regional da Mars Chocolate Europe & Eurasia

Crescimento da População vs. Recursos Limitados

Prever o futuro não é coisa que algum de nós goste de arriscar, mas há certas coisas que sabemos com certeza e para as quais devemos estar preparados. Sabemos que até 2050 a população mundial deverá atingir os 9 mil milhões de pessoas, em comparação com os atuais 7,3 mil milhões. Sabemos que, enquanto a população mundial tem aumentado cerca de 60-65 milhões por ano, os nossos recursos naturais têm vindo a diminuir. Sabemos ainda que as alterações climáticas são uma das razões para este último fenómeno, gerando muitos efeitos imprevisíveis que multiplicam os riscos e que, por consequência, impõem ainda mais restrições à produção de recursos.

A segurança alimentar é naturalmente afetada pelas alterações climáticas, assim como o são os

preços dos produtos alimentares. Dai resulta que os alimentos de que iremos necessitar terão de ser produzidos de forma sustentável, de modo a preservar os nossos recursos escassos, e terão também de ser saudáveis, seguros e nutritivos. E acessíveis.

À semelhança de muitas outras pessoas, eu acredito que, nos próximos 20 anos, teremos de colocar os recursos no centro das nossas políticas e estratégias de negócio. Todos nós, consumidores ou empresas, teremos de aprender a viver com as restrições futuras impostas pela escassez de recursos e teremos também de nos preparar para isso.

É evidente que o desafio de compatibilizar recursos reduzidos com uma população crescente terá de ser assumido por cada um de nós e as políticas públicas terão de ter isso em conta. Para o setor da alimentação e bebidas, este desafio é ainda mais decisivo, já que não só temos a responsabilidade de produzir ali-

mentos de qualidade e em quantidade suficiente para todos, mas também temos de garantir que os recursos são preservados e que continuaremos a poder contar com matérias-primas seguras, de elevada qualidade e a preços acessíveis.

* * *

Em 1798, o pensador inglês Thomas Malthus defendeu no seu famoso *Ensaio sobre o Princípio da População* que já não havia terra suficiente no mundo para alimentar uma população mundial em rápido crescimento, com a subsequente ameaça de pobreza e fome. Felizmente, o século XIX assistiu à revolução agroindustrial, que transformou por completo as economias da Europa e da América do Norte, e os receios de Malthus revelaram-se infundados. Será que, cerca de 220 anos depois, regressámos ao mesmo ponto? Estamos, efetivamente, perante uma deterioração ambiental crescente que, por sua vez, gera uma oferta alimentar cada vez mais vulnerável. É necessário garantir uma maior produtividade dos recursos e devemos utilizar todos os meios ao nosso alcance para o conseguir.

À semelhança de muitas outras pessoas, eu acredito que, nos próximos 20 anos, teremos de colocar os recursos no centro das nossas políticas e estratégias de negócio. Todos nós, consumidores ou empresas, teremos de aprender a viver com as restrições futuras impostas pela escassez de recursos e teremos também de nos preparar para isso.

Combater as batalhas certas passa também por apoiar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), adotados em setembro de 2015 pela Organização das Nações Unidas (ONU). Os ODS fazem parte da nova agenda de desenvolvimento sustentável da ONU, exortando os governos, o setor privado, a sociedade civil e cada um de nós a desempenhar o seu papel no futuro do planeta. Os 17 ODS abordam todos os aspetos da sustentabilidade e alguns objetivos específicos têm relevância direta para o setor da alimentação e bebidas (entre os quais, o Objetivo 12: Consumo Sustentável).

O Combate ao Desperdício Alimentar

Um primeiro passo evidente no sentido de um consumo sustentável é o combate aos nossos hábitos atuais em matéria de desperdício alimentar.

É um facto sobejamente conhecido que, a nível global, todos os anos cerca de um terço dos alimentos para consumo humano se perdem ou são desperdiçados, o que implica também que todos os recursos despendidos na sua produção, como água ou combustível (ambos recursos escassos), são igualmente desaproveitados. Sem contar com as emissões de gases com efeito de estufa associadas à produção destes alimentos desperdiçados. Trata-se, assim, de uma oportunidade falhada de alimentar uma população mundial crescente, e de um considerável impacto económico negativo em toda a cadeia alimentar.

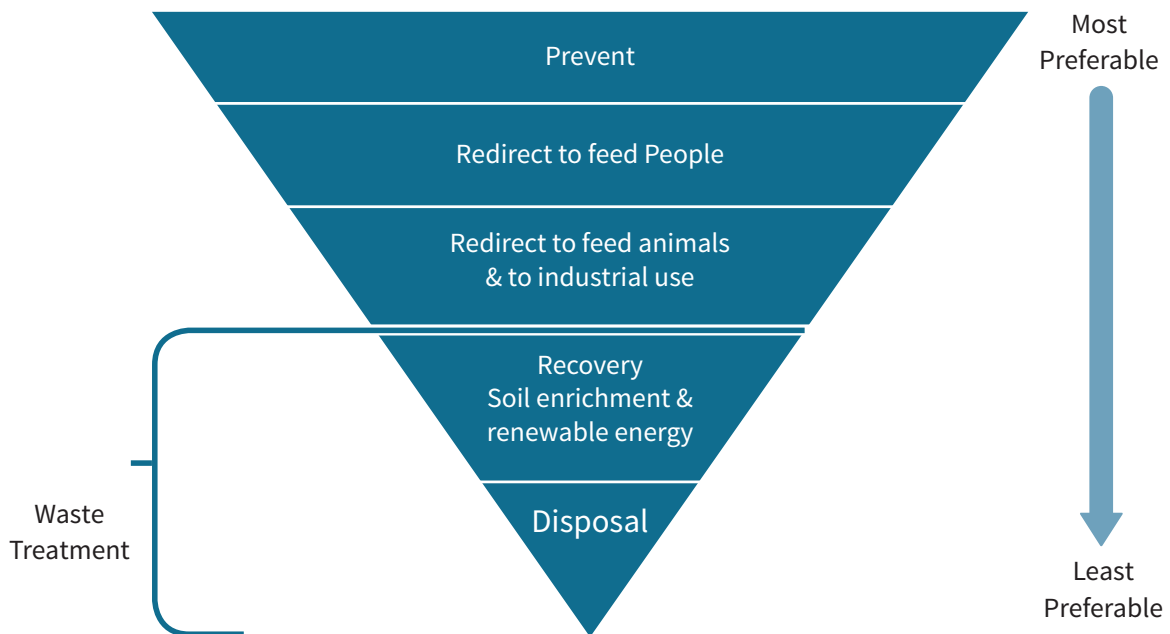
Há uma hierarquia no desperdício alimentar

Quando não é possível redirecionar o desperdício alimentar para a alimentação humana (sob outras formas, por exemplo), devemos ponderar se será adequado direcioná-lo para a alimentação animal. Poderá também ser considerada a possibilidade da

sua utilização como matéria-prima noutras indústrias (detergentes, plásticos, cosméticos, tintas, etc.) ou na valorização de resíduos (através da transformação em fertilizante, adubo ou energia renovável). Em último recurso, poderá ser incinerado ou enviado para o aterro.

Existem muitas iniciativas de promoção do combate ao desperdício alimentar a todos os níveis da cadeia alimentar e as políticas públicas devem apoiar tais ações [...] A iniciativa “Every Crumb Counts” (“Todas as Migalhas Contam”) da FoodDrinkEurope conta-se entre estas ações, reunindo 18 organizações europeias que se comprometem com diversas medidas concretas.

O desperdício alimentar ocorre a todos os níveis da cadeia alimentar e todos somos responsáveis por ele, pelo que todos devemos contribuir para a sua erradicação. Quando pre-



servamos a segurança e a qualidade dos alimentos, estamos a contribuir ativamente para evitar o desperdício alimentar.

Existem muitas iniciativas de promoção do combate ao desperdício alimentar a todos os níveis da cadeia alimentar e as políticas públicas devem apoiar tais ações, quer estas sejam lançadas por particulares, organizações ou empresas. Todas estas iniciativas serão bem mais eficientes se forem acompanhadas de formação adequada, tanto a nível dos consumidores como das empresas, assim como de estímulos positivos.

A iniciativa “Every Crumb Counts” (“Todas as Migalhas Contam”) da FoodDrinkEurope conta-se entre estas ações, reunindo 18 organizações europeias que se comprometem com diversas medidas concretas, complementando-as com recomendações específicas aos decisores políticos sobre incentivos, políticas, harmonização, etc.

O Desafio das Alterações Climáticas

Em 2050, o acréscimo de 1,7 mil milhões de pessoas no planeta deverá resultar num aumento da procura de mais 60% nos alimentos, 45% na ener-

gia e cerca de 30% na água para a agricultura, a nível mundial.

Uma das respostas a este grande desafio passa pela cooperação. Todos os agentes que intervêm na cadeia alimentar devem trabalhar em conjunto para atenuar o impacto das alterações climáticas. Governos, organizações não-governamentais, sociedade civil, investigadores e outros intervenientes têm de definir uma estratégia conjunta de combate às alterações climáticas para, na medida do possível, reverterem os seus efeitos negativos.

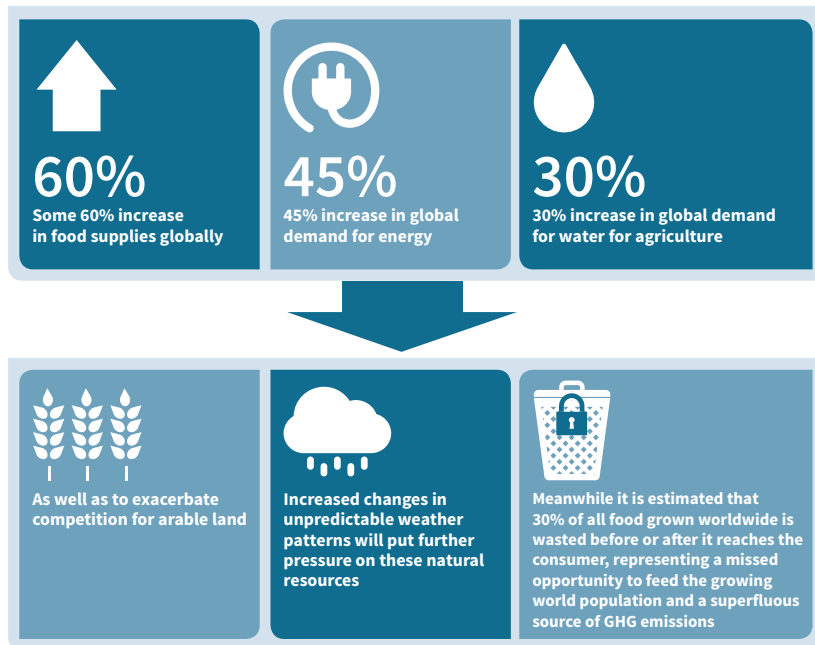
Pela sua parte, o setor da alimentação e bebidas deverá desempenhar um papel relevante na mitigação das alterações climáticas, adotando as medidas necessárias ou úteis para reduzir o impacto destas nos recursos e na produção, o que significa reduzir as emissões de gases com efeito de estufa e o consumo de água e energia, aumentar a utilização de energias renováveis e otimizar a embalagem, o transporte e a logística. A obtenção de matérias-primas de forma sustentável será outra medida essencial. As melhores práticas existentes devem ser partilhadas entre todos os operadores ao longo da cadeia alimentar, a fim de multiplicar o seu impacto positivo.



billion

World population expected to reach 9 billion by 2050

Projected to require:



A Ação Climática (Objetivo 13 dos ODS) abrange uma vasta gama de questões, muitas das quais estão já a promover comportamentos empresariais responsáveis. Assim, é importante continuarmos a trabalhar em conjunto para mitigar as alterações climáticas a nível global. Foram já alcançados resultados ambiciosos na Cimeira COP21, que decorreu em Paris, em dezembro de 2015. Os governos conseguiram congregar os meios e a vontade política para chegarem a acordo sobre um novo quadro global para as alterações climáticas, que não só deverá permitir uma maior mitigação e adaptação, mas também irá ajudar as empresas a promoverem um sistema de produção alimentar mais sustentável e resiliente.

Produção Sustentável e Alimentação Saudável

No entanto, a produção de alimentos e bebidas de alta qualidade, seguros e acessíveis, por si só, não basta. Os consumidores atuais exigem uma

maior possibilidade de escolha, para que possam decidir com base nos seus hábitos alimentares, mantendo simultaneamente uma dieta equilibrada e um estilo de vida saudável, da maneira mais simples possível. O setor da alimentação e bebidas está consciente desta exigência e tem vindo a desenvolver todos os esforços para se adaptar e responder a ela, através da oferta de mais inovação e novas opções.

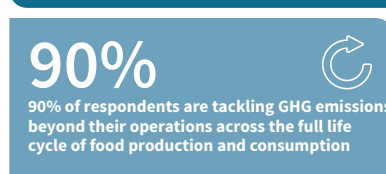
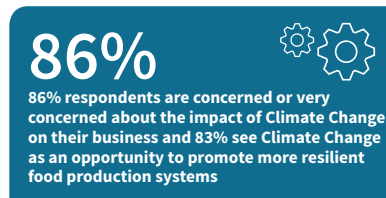
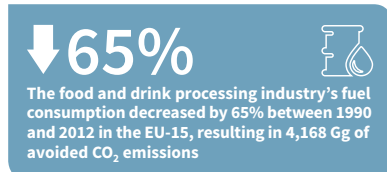
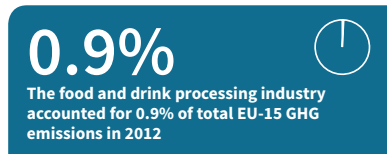
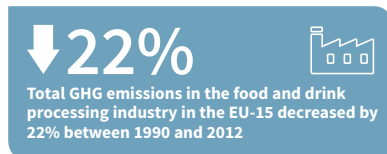
Diz-se que “a necessidade aguça o engenho” e, na verdade, a inovação surge geralmente, e como é natural, em tempos de risco de escassez. Temos de promover a nossa investigação científica e tecnológica no domínio alimentar com o apoio de políticas não

intrusivas, que permitam uma investigação honesta e transparente, facilitem a aplicação e reduzam o período de tempo que decorre entre a investigação, a aprovação e a colocação no mercado de um novo produto.

A informação aos consumidores permanece igualmente uma prioridade: rotulagem clara, informação sobre o tamanho das porções, orientações sobre a dose diária dos vários nutrientes, etc. Os consumidores de hoje exigem saber onde e como os seus alimentos e bebidas foram produzidos, o que contêm e como devem integrá-los na sua dieta quotidiana. Existem já iniciativas de autorregulação em apoio destas exigências e o trabalho prossegue nesta área, com o objetivo de responder a futuras exigências, expectáveis da parte de cidadãos cada vez mais conscientes no domínio alimentar.

Em termos mais globais, o comércio deve ser facilitado e os acordos devem ser negociados de modo

In line with FoodDrinkEurope's 2030 vision and action plan on environmental sustainability, the food and drink industry is actively working to try to mitigate and adapt to Climate Change...



inovação, a qualidade e a segurança, e para a sustentabilidade. É essencial que o setor alimentar europeu continue a ser um setor líder nesta zona do mundo, contribuindo assim de forma significativa para uma evolução positiva a nível global. A UE ainda não atingiu o seu pleno potencial, sobretudo porque ainda não conseguiu criar um Mercado Único Europeu inteiramente operacional.

A regulamentação e as normas em matéria de segurança alimentar são, naturalmente, idênticas em toda a Europa, permitindo-nos desfrutar de uma produção alimentar que é das mais seguras do mundo. No entanto, estas normas comuns não se aplicam a tudo e há demasiados obstáculos que ainda dificultam a livre circulação de mercadorias através das fronteiras da União.

a promover a troca de produtos e matérias-primas, principalmente numa altura em que algumas dessas matérias-primas escasseiam e certas zonas do mundo enfrentam condições climáticas ou demográficas extremas.

* * *

A indústria alimentar europeia é efetivamente um setor vital a nível global, em termos do seu contributo não só para o volume de negócios alimentar (a UE é primeiro produtor mundial de alimentos e bebidas, em volume de negócios), mas também para a

Se queremos manter a competitividade da nossa indústria, é essencial que esta tenha acesso aos benefícios do Mercado Único. O papel da regula-

Os consumidores de hoje exigem saber onde e como os seus alimentos e bebidas foram produzidos, o que contém e como devem integrá-los na sua dieta quotidiana. Existem já iniciativas de autorregulação em apoio destas exigências e o trabalho prossegue nesta área, com o objetivo de responder a futuras exigências.

mentação europeia é facilitar a circulação de bens e produtos dentro da UE. Nessa medida, precisamos daquilo a que chamamos uma “regulamentação inteligente”, ou seja, não uma regulamentação como um fim em si mesma, mas uma regulamentação que vise claramente facilitar o Mer-

cado Único. Temos de procurar eliminar barreiras à circulação de produtos alimentares e bebidas atra-

vés da aplicação e do cumprimento eficazes das normas existentes no mercado interno. Complementarmente, temos de desenvolver políticas climáticas e energéticas integradas.

De um modo mais geral, temos de dispor dos instrumentos necessários para criar uma verdadeira política industrial da UE para o setor da alimentação e bebidas. Para além de um funcionamento adequado do mercado interno, isso significa também fomentar a produção e o consumo sustentáveis a nível da UE, desenvolver o emprego e a produtividade do trabalho de forma sustentável, aumentar as oportunidades comerciais, apoiar as PME, que são a espinha dorsal da economia europeia e, finalmente, construir na Europa uma verdadeira União da inovação.

Em contrapartida, um bom funcionamento do Mercado Único Europeu irá favorecer as trocas comerciais a nível global. Se todos os países da UE falarem a uma só voz, serão muito mais fortes na cena internacional e poderão ser muito mais competitivos nas negociações comerciais internacionais.

* * *

Se queremos manter a competitividade da nossa indústria, é essencial que esta tenha acesso aos benefícios do Mercado Único. O papel da regulamentação europeia é facilitar a circulação de bens e produtos dentro da UE. Nessa medida, precisamos daquilo a que chamamos uma “regulamentação inteligente”.

Seja qual for o aspeto considerado, a verdade é que temos de nos preparar, agora, para os desafios que teremos de enfrentar no futuro, tanto na Europa como a nível global. A cooperação com as autoridades é extremamente importante, já que os operadores do setor têm um papel fundamental a desempenhar, mas não podem desempenhá-lo sozinhos.

As parcerias e as alianças serão essenciais e a facilitação do diálogo com as autoridades e os representantes dos consumidores será fundamental para que possamos prosseguir os mesmos objetivos sem travar a inovação e o desenvolvimento de novos produtos.

A FoodDrinkEurope está convicta de que agora, e no futuro, uma abordagem que congregue os múltiplos intervenientes é a maneira mais consistente, viável e eficiente de enfrentar os desafios associados a uma alimentação saudável. Já nos comprometemos, por exemplo, a ajudar a reduzir para metade o desperdício alimentar na UE, até 2020, e podemos aproveitar esta dinâmica para ponderarmos objetivos ainda mais ambiciosos. Não queremos, contudo, fazê-lo sozinhos. Estamos prontos a desempenhar o nosso papel, continuando a inovar, adaptar e mitigar, mas precisamos de uma frente unida para ultrapassar os enormes desafios sociais que teremos de enfrentar nos próximos 30 anos.

Population Growth Versus Limitation of Resources

Predicting the future is not something that any of us would like to chance, but we do know some things for sure and we must prepare ourselves accordingly. We know that by 2050 the world population will reach some 9 billion, compared to the current 7.3 billion. While the world population grows by 60-65 million every year, our natural resources are declining. Climate change is one of the reasons for this; generating many risk-multiplying and unpredictable effects, and therefore imposing further constraints on the production of resources.

Food security is naturally affected by climate change, and so too are prices. As a consequence, the food we will produce needs to be produced in a sustainable manner, to preserve our scarce resources. And it still needs to be healthy, safe and nutritious. And affordable.

Clearly the challenge of balancing reduced resources with a growing population is one we all have to face and public policies will need to take it into account. For the food and drink industry, the challenge is even more crucial as not only do we have a responsibility to produce enough quality food for all, but we also need to ensure that our resources are preserved and that we can still rely on safe, high-quality and affordable raw materials.

* * *

In 1798, the English thinker Malthus argued in his famous Essay on the principle of population that there was “no longer sufficient land in the world to feed a rapidly growing world population, threatening poverty and famine”. Fortunately, the XIXth century saw the agro-industrial revolution completely transform the economies of Europe and North America, and his fears proved unfounded. Could it be that almost 220 years later, we are back to the same point?

We are facing increasing environmental deterioration which, in turn, leads to a more and more vulnerable supply of food. Higher resource productivity is needed and all the means we can develop to ensure it should be put to good use.

Like many, I believe that over the next 20 years, we need to put resources at the heart of our policies and business strategies. We need to educate ourselves, consumers and businesses alike, to prepare for and live with the future constraints imposed by the scarcity of resources.

Fighting the right battles is also how we are going to support the Sustainable Development Goals (SDGs) adopted last September by the United Nations. The Goals are part of the UN's new sustainable agenda and call upon governments, the private sector, civil society and individuals to do their part for the future of the planet. The 17 SDGs touch upon all aspects of sustainability and some specific goals are of direct relevance to the food and drink industry; Goal 12: Sustainable Consumption is one of them.

The Fight Against Food Waste

A first obvious step towards sustainable consumption is to counter the current food waste habits.

It is a known fact that about one third of food for human consumption is lost or wasted globally every year. This also means that all the resources put into the production are also lost, such as water and fuel, which are also scarce resources. Not taking into account the greenhouse emissions associated with the production of the food that is wasted. We are therefore talking about missing a major opportunity to feed the growing world population, and the subsequent negative economic consequences along the food chain.

There is a hierarchy in food waste.

When it is not possible to re-direct food waste to feed people (in another form, etc.), we must consider whether it is fit to feed livestock. It could also be considered as suitable raw material for other industries (detergents, plastics, cosmetics, inks, etc.) or recovery (by transforming it into fertilisers or compost or renewable energy). Or finally, as a last resort, it could be incinerated or sent to landfill.

Food waste occurs at all levels of the food chain and we are all responsible for it, so we should all contribute to its eradication. When we preserve food safety and quality, we actively contribute to preventing food waste.

Many initiatives exist to promote the fight against food waste at all levels in the food chain and public policies should support them, whether they are initiated by individuals, organisations or industry. They will be made more efficient if supported by relevant education, of consumers and businesses alike, and positive encouragements.

FoodDrinkEurope's "Every Crumb Counts" is one such initiative, bringing together 18 European organisations who commit to a number of concrete measures and complement them by specific recommendations made to policy-makers about incentives, policies, harmonisation, etc.

The Challenge of Climate Change

By 2050, an extra 1.7 billion people on the planet will result in the demand for an extra 60% in food supply globally, a 45% increase in demand for energy and some 30% more water for agriculture.

One of the answers to this major challenge is cooperation. All partners along the food chain will have to work together and engage with other parties in order to mitigate the impact of climate change. Governments, non-governmental organisations, civil society, researchers and other stakeholders have to agree together on a strategy to counter the effects of climate change – and as much as possible to reverse what they can of its negative effects.

For the time being, the food and drink industry must play its role in mitigating climate change and adapt whatever measures deemed necessary or useful to reduce its impact on resources and production. This means reducing greenhouse gas emissions, water and energy consumption, increasing the use of renewable energy and optimising packaging, transport and logistics. Sustainable sourcing of raw materials is another such measure. Best practices exist and should be shared amongst all the operators across the food chain in order to multiply their positive impact.

Climate Action (Goal 13 of the SDGs) covers a broad array of issues, many of which are already promoting responsible business conduct.

With this in mind, it is important to continue working together to globally mitigate climate change and to achieve ambitious results at the Paris COP21 Summit, to take place this December. As we go to press, it is not clear yet whether governments will have the means and the will to really reach an agreement on a new global framework for climate change, one which would not only allow for further mitigation and adaptation to climate change but also one which would help our industry promote a more sustainable and resilient food production system.

Sustainable Production and Healthy Eating

But producing high quality, safe and affordable food and drinks is not enough. Today's consumers demand more choice so they can decide on their eating habits and maintain a balanced diet and a healthy lifestyle in the least troublesome way possible. The food and drink industry is conscious of this demand and endeavours to adapt and offer ever more innovation and options to meet it.

It is said that "necessity is the mother of invention" and indeed, innovation generally comes naturally at times of risk of shortages. We need to go further with our food science and technology research and be supported by non-intrusive policies, which allow for honest and transparent research, facilitate implementation and shorten the timespan between research, approval and putting a new product on the market.

Consumer information also remains a priority; clear labelling, information on portion sizes, guidelines on daily intake of various nutrients etc. Today's consumers are demanding to know where and how their food and drink was produced, what it contains and how they should integrate it in their daily diets. Self-regulatory initiatives already exist

to support these demands and work continues in this area to respond to anticipated future demands of the ever more food conscious citizen.

On a more global note, trade must be facilitated and agreements negotiated to allow for the exchange of products and raw materials, particularly when some raw materials become scarce or some areas of the world are facing dire climate or demographic conditions.

* * *

The European food industry is really key in the global playfield not only in terms of contribution to the global food turnover (the EU is the number 1 food and drink producer in terms of turnover) but also innovation, quality & safety as well as sustainability. It is essential that the food sector in Europe remains a leading industry in this part of the world and contributes substantially to global developments.

We have not yet reached our full potential, in particular because we have not yet managed to create a completely operational Single European Market.

Of course, food safety regulation and standards are similar throughout Europe and allow us to enjoy one of the safest foods in the world. But these common standards do not apply to everything and too many obstacles still hamper the free circulation of goods across borders from one European Union country to another.

It is essential for our industry to be able to enjoy the benefits of the Single Market if we are to remain competitive. The role of European regulation is to facilitate the circulation of goods and products within the EU. To that extent, we need what we call “smart regulation” ie not regulation for the sake of regulation, but regulation which clearly aims to facilitate the Single Market. We must look to remove barriers for food and drink products through effective implementation and enforcement of the existing Single Market rules. To support those, we should develop integrated policies for climate and for energy.

More generally, we need to be given the tools to generate an actual EU industrial policy for the food and drink sector. Besides a functioning Single market, this also means fostering sustainable production and consumption at EU level; developing sustainable employment and labour productivity; increasing trade opportunities; supporting SMEs, which are the backbone of Europe’s economy; and finally building a real innovation Union in Europe.

Similarly, a smoothly functioning European Single Market will enhance global trade. If all European countries speak with one voice, they are much stronger on the international scene and can be much more competitive in international trade negotiations.

* * *

Whatever aspect we look at, we need to prepare ourselves now in view of the challenges that lie ahead, in Europe and globally. Cooperation with authorities plays a crucial part. The food industry has a key role to play but it cannot do it alone. Partnerships and alliances will prove essential and facilitating dialogues with authorities and consumer representatives will be key, so that we can continue to pursue the same goals without blocking innovation and product development.

FoodDrinkEurope is convinced that now, and in the future, a multi-stakeholder approach is the strongest, most viable and efficient way to tackle societal challenges related to food and healthy nutrition.

We have already committed for example to helping halve edible food waste in the EU by 2020, so why stop there; we are now contemplating even more ambitious goals. But not alone. We are ready to play our part, to continue innovating, adapting and mitigating but we need a united front to tackle the huge societal challenges that lie ahead in the coming 30 years....

Contributos para uma estratégia de promoção da alimentação saudável e sustentável em Portugal

PEDRO GRAÇA^{1,2}, DUARTE TORRES²

¹ Diretor do Programa Nacional de Promoção da Alimentação Saudável, Direção-Geral da Saúde.

² Faculdade de Ciências da Nutrição e Alimentação da Universidade do Porto.

Introdução

Pretende-se neste breve texto, refletir sobre as estratégias adotadas nos últimos anos para assegurar um adequado estado nutricional das populações. São tidas em consideração as preocupações iniciais e as atuais para garantir uma produção alimentar sustentável e uma alimentação saudável num mundo com uma população em crescimento contínuo e com recursos naturais limitados. Entende-se neste texto como um dos objetivos de uma política alimentar e nutricional garantir a segurança alimentar das populações (*food security*), ou seja, “uma situação em que todas as pessoas, em qualquer momento, têm acesso físico, social e económico a alimentos suficientes, seguros e nutricionalmente adequados, que permitem satisfazer as suas necessidades nutricionais e as preferências alimentares para uma vida ativa e saudável”.

Anos 70 e o início promissor das políticas de nutrição em Portugal

Portugal é um dos poucos países Europeus que, até muito recentemente, não possuía uma Estraté-

gia Nacional para a Alimentação e Nutrição, ou seja, “um conjunto concertado e transversal de ações destinadas a garantir e incentivar a disponibilidade e o acesso a determinado tipo de alimentos tendo como objetivo a melhoria do estado nutricional e a promoção da saúde da população” (1). Um pouco por toda a Europa e principalmente desde 1974, os países decidiram criar quadros de pensamento e intervenção na área da promoção de consumos alimentares saudáveis (2). Estas estratégias tiveram o seu ponto de partida mais recente na Conferência conjunta OMS/FAO em 1974 em Roma que é considerado um ponto de viragem na história das políticas alimentares e nutricionais, isto porque em 1974 foi proposto pela primeira vez, por peritos Nórdicos, a necessidade de implementar políticas de alimentação e nutrição com o objetivo de prevenir doenças crónicas associadas a um consumo alimentar inadequado (3). Em resultado da Resolução V, todos os países signatários incluindo Portugal, comprometeram-se a implementar políticas nacionais na área da alimentação e nutrição com o objetivo de melhorar o estado nutricional das populações e em especial dos grupos mais vulneráveis, garantindo ao mesmo tempo uma suficiente produção

de alimentos de modo a satisfazer as necessidades nutricionais da população. Esta Conferência é assim considerada um marco histórico na evolução do conceito de política de alimentação e nutrição, tendo estimulado a necessidade de integrar propostas da agricultura e da saúde em torno de objetivos comuns como o do combate à fome e malnutrição. A Noruega foi o país pioneiro na resposta a esta linha de orientação, tendo desenvolvido em 1975 a primeira “política de alimentação e nutrição moderna”, que combinava objetivos relacionados com a autossuficiência e produção com objetivos de saúde que se prendiam, por exemplo, com a redução do teor de gordura na alimentação humana (4). Outros países europeus se seguiram, principalmente ao longo da década de 80, com a formulação de políticas alimentares e de nutrição no âmbito da promoção da saúde, sendo a alimentação e a nutrição consideradas como áreas prioritárias na construção de políticas de saúde pública. Em 1988, a “Declaração de Adelaide” apontou como metas essenciais para a melhoria da qualidade de vida, a eliminação da fome, da má nutrição e dos problemas relacionados com a pré-obesidade/obesidade (5). Posteriormente, em 1992, na Conferência Internacional de Nutrição (Roma) foi expressa a importância do desenvolvimento de políticas alimentares e de nutrição a nível de cada país e a partir da década de 90 até aos dias de hoje diversos documentos da OMS instituíram quadros de referência na área das políticas alimentares, que entretanto evoluíram bastante, integrando outros conceitos como o da “Saúde em todas as políticas” e a necessidade da integração da vertente ambiental no pensamento das estratégias alimentares e nutricionais a que voltaremos mais tarde (6).

O que se passou em Portugal, entretanto?

Nas décadas de 70 e 80, no nosso país, foram dados alguns passos importantes no sentido da construção de uma política alimentar e nutricional. O primeiro passo foi, provavelmente, a criação do Centro de Estudos de Nutrição (CEN), no ano de 1976,

como uma unidade de estudo e investigação na área da alimentação e nutrição (7,8). O CEN tinha como objetivos principais desenvolver estudos na área da composição nutricional dos alimentos portugueses, estudar e analisar as disponibilidades alimentares nacionais e o real consumo de alimentos e ainda estruturar as bases para uma política alimentar em Portugal (9, 10). No ano seguinte, em 1977, foi criado o Instituto de Qualidade Alimentar (IQA) pelo Decreto-Lei nº 221/77 com o objetivo de atuar na definição de uma política de qualidade alimentar, em especial na regulamentação, promoção e controle da qualidade dos alimentos, tendo mais tarde adquirido também competências de vigilância e fiscalização do comércio dos alimentos. Em 1980, com a criação do Conselho Nacional de Alimentação (CAN) pelo Decreto-Lei nº 265/80, tudo fazia crer que estavam reunidas as condições necessárias para a formulação e concretização de uma política de alimentação e nutrição em Portugal. Este órgão interministerial e consultivo do governo, instituiu-se com a principal atribuição de formular e implementar uma política de alimentação e nutrição em Portugal, tendo a sua designação sido alterada para Conselho Nacional de Alimentação e Nutrição (CNAN) em 1984. Durante as décadas de 70 e 80, vários estudos de interesse e documentos referenciais para a elaboração de uma política alimentar em Portugal resultaram do trabalho desenvolvido por parte destas entidades, nomeadamente a Tabela da Composição dos Alimentos Portugueses, a Tabela Portuguesa de Necessidades em Calorias e Nutrientes (1978 e a 2ª edição em 1982), o 1º Inquérito Alimentar Nacional em 1980 e o documento “Contribuição para uma Política Alimentar e Nutricional em Portugal – Situação Alimentar e Nutricional Portuguesa e Recomendações do CNAN para melhoria da situação existente” (10,11). Apesar deste ímpeto inicial, em grande parte conduzido por um dos grandes nomes da investigação e pensamento sobre alimentação em Portugal, o Prof. Doutor Francisco Gonçalves Ferreira, a definição de “um conjunto concertado e transversal de ações destinadas a garantir e incentivar a disponibi-

lidade e o acesso a determinado tipo de alimentos tendo como objetivo a melhoria do estado nutricional e a promoção da saúde da população” marca passo ao longo das 2 décadas seguintes. Só a partir de 2008 com a criação da Plataforma contra a Obesidade no seio da Direção-Geral da Saúde (DGS) e, mais tarde, já em 2012 com a criação do Programa Nacional para a Promoção da Alimentação Saudável (PNPAS), também no seio da DGS, através do Decreto-Lei nº 124/2011, de 29 de Dezembro, com o objetivo de “melhorar o estado nutricional da população incentivando a disponibilidade física e económica dos alimentos constituintes de um padrão alimentar saudável e criar as condições para que a população os valorize, aprecie e consuma integrando-os nas suas rotinas diárias” se volta a instituir de forma integrada uma estratégia para a promoção da alimentação saudável em Portugal (12). Também só em 2015 se volta a iniciar o mapeamento do consumo alimentar em Portugal (2º Inquérito Alimentar Nacional) cuja última recolha datava de ...1980. Sem este instrumento de recolha sistemática dos hábitos alimentares de uma amostra representativa da população portuguesa, através de metodologias validadas e comparáveis no espaço europeu, e sua conversão em nutrientes, é impossível (com qualidade) definir recomendações nutricionais para a população e posteriormente definir prioridades de intervenção alimentar no espaço público.

Durante este período de quase duas décadas, presente-se a pressão da Comunidade Económica Europeia (CEE) mais tarde União Europeia (EU) em promover a livre circulação dos géneros alimentícios e a segurança dos mesmos e menos a autonomia dos países em matéria de política alimentar e nutricional. Somente com a assinatura do Tratado

de *Maastrich*, em 1993, se inicia, de facto, o primeiro quadro de ação efetivo na área da saúde pública. Neste contexto, em 1997, é criada a Direção-Geral da Saúde e da Proteção dos Consumidores (DG SANCO) na Comissão Europeia tendo responsabilidades ao nível da higiossanidade dos géneros alimentícios e da promoção da saúde da população apresentando também atribuições ao nível das políticas de alimentação e nutrição. Contudo, os primeiros anos desta Direção-Geral vão centrar-se nas questões da higiossanidade dos alimentos e na comunicação e gestão dos seus riscos. Isto porque e paralelamente a este interesse crescente pelas questões da nutrição e saúde na Comunidade Europeia, a partir de 96 surge uma crescente e alarmante preocupação com as questões da segurança dos ali-

mentos (*food safety*). As crises alimentares que ocorreram nos anos 90, como a da BSE em 1996, contribuíram para que as questões da garantia da higiossanidade dos alimentos dominassem a discussão no âmbito das políticas agrícolas e alimentares europeias. Em resultado das crises alimentares dos anos 90 e na tentativa de fortalecer a política

Em resultado das crises alimentares dos anos 90 e na tentativa de fortalecer a política europeia do Mercado Único (1992) que permitia a livre circulação de pessoas, mercadorias, serviços e capitais entre os países europeus, a Comunidade Europeia passou a desempenhar um papel regulador importante aos mais variados níveis da cadeia alimentar, desde a produção até à distribuição.

europeia do Mercado Único (1992) que permitia a livre circulação de pessoas, mercadorias, serviços e capitais entre os países europeus, a Comunidade Europeia passou a desempenhar um papel regulador importante aos mais variados níveis da cadeia alimentar, desde a produção até à distribuição. Neste âmbito, aumentar a confiança dos consumidores, rever, alterar, uniformizar e harmonizar a legislação ao nível da produção e distribuição de alimentos, na tentativa de aproximar a legislação entre todos os Estados membros foram as prioridades assumidas pela nova abordagem da segurança dos alimentos na Europa. Estas medidas são também medidas económicas pois permitiam uma circulação mais segura e uniformizada de produ-

tos alimentares no espaço único europeu tendo as questões específicas da alimentação e do impacto de uma alimentação inadequada sobre as doenças crónicas (obesidade, cancro, doenças cardiovasculares) ficado em segundo plano praticamente até aos meados da década de 2000, altura em que estas questões são relançadas (13,14,15,16,17).

O que acontece neste séc. XXI que relança as políticas de alimentação e nutrição?

Essencialmente, a avaliação económica e social do brutal impacto da obesidade e das doenças crónicas de base alimentar sobre os sistemas de saúde e as economias do mundo ocidental. Na década de 2000 é desenvolvido o Primeiro Plano de Ação para as políticas alimentares e nutricionais (WHO *Euro-pean Region* 2000-2005), que expressa a necessidade do desenvolvimento de políticas de alimentação e nutrição voltadas para a promoção da saúde, contribuindo por um lado para a redução das doenças relacionadas com a alimentação e por outro para o desenvolvimento socioeconómico e a sustentabilidade ambiental, por meio de uma ação intersectorial. Este plano de ação proposto para o período de 2000 a 2005, define um conjunto de abordagens e atividades que ajudam a apoiar os Estados membros no desenvolvimento, implementação e avaliação das políticas de alimentação e nutrição. Isto porque a meio da década e de forma progressiva as questões da higiossanidade dão lugar às preocupações com os impactes das doenças crónicas, sendo aqui central a questão da obesidade. Reconhecendo a obesidade como um gravíssimo problema de saúde pública na Europa, em 2006, é adotada a Carta Europeia de Luta Contra a Obesidade, em que todos os signatários, ministros e delegados, incluindo o Comissário Europeu para a Saúde e Proteção do Consumidor e o Ministro da Saúde Português, na altura o Prof. Doutor António Correia de Campos, assumiram o compromisso de intensificar a ação dirigida ao combate da obesidade e colocar este problema numa posição prioritária na agenda política (15). Neste docu-

mento ficou evidente a necessidade de desenvolver e implementar políticas de combate à obesidade, invocando a necessidade de desenvolver políticas integradoras e intersectoriais, nas quais todos os sectores deviam ser chamados à responsabilidade, nomeadamente todos os setores e níveis governamentais, a sociedade civil, o setor privado e os meios de comunicação, dada a etiologia multifatorial desta doença. O problema da epidemia da obesidade também coloca em discussão pública a necessidade de utilizar mais instrumentos políticos de carácter legislativo e regulamentar. Seguindo este modo de atuação é assim lançada em Portugal, em 2007, a Plataforma contra a Obesidade, divisão da DGS que pretendia combater a obesidade numa lógica integrada. Justificava-se então a sua existência com a situação vivida em Portugal na altura e relacionada com a elevada prevalência da obesidade, o aumento da sua incidência, a morbilidade e mortalidade associadas e os elevados custos que a determinavam, constituindo-se, como os principais fundamentos que explicavam a necessidade da sua existência. A Plataforma Contra a Obesidade tinha como missão a concretização dos objetivos definidos na Carta Europeia de Luta Contra a Obesidade subscrita pelos Estados-Membros europeus da Organização Mundial da Saúde, entre os quais Portugal, nomeadamente: "Conseguir progressos visíveis na redução da obesidade nas crianças e nos jovens nos próximos 4 anos; Contribuir para o controlo do crescimento da epidemia da obesidade até 2009; Quantificar a incidência, prevalência e número de recidivas da pré-obesidade e obesidade em crianças e adolescentes; Quantificar a incidência, prevalência e número de recidivas da pré-obesidade e obesidade em adultos." Esta divisão funciona entre 2007 e 2011 altura em que é lançado um movimento mais vasto no sentido da concretização de uma estratégia alimentar e nutricional a nível nacional através do Ministério da Saúde.

Em 2011, foi publicada a Resolução *Action Plan for implementation of the European Strategy for*

the Prevention and Control of Noncommunicable Diseases 2012-2016 (WHO Europe), reconhecendo que as doenças crónicas são a principal causa de mortalidade e morbilidade capaz de ser prevenida na região Europeia.

De acordo com a declaração da *First Global Ministerial Conference on Healthy Lifestyles and Noncommunicable disease control*, a promoção de uma alimentação saudável, através da redução do consumo de gordura saturada, de gordura *trans*, de sal e de açúcar e através do aumento do consumo de fruta e hortícolas, merece particular atenção (18). Segundo este documento, produzido

pelas Nações Unidas, o atual desafio que se coloca é a necessidade de desenvolver e implementar políticas de alimentação e nutrição que apesar de centradas na promoção da saúde, sejam ao mesmo tempo capazes de ser um importante veículo de posicionamento da economia europeia e ainda um elemento agregador dos interesses de vários sectores – agricultura, educação, turismo, cultura, economia, restauração/indústria, comércio e ambiente.

A estratégia alimentar e nutricional, inicialmente centrada na sua ligação com a saúde e na disponibilidade de alimentos com o objetivo de combater a fome e a inadequação nutricional veio gradualmente a focar-se na promoção da saúde e na prevenção e combate à doença crónica numa perspectiva intersectorial.

É neste contexto que surge em 2012 o Programa Nacional para a Promoção da Alimentação Saudável. Em Portugal, à semelhança do que se passa em outras regiões desenvolvidas, estima-se que 28% dos DALY (DALY – *Disability Adjusted Life Years* – Número de anos de vida perdidos devido a morte

prematura e número de anos de produtividade perdidos por incapacidade e reforma prematura) sejam imputáveis a fatores de risco comuns às doenças crónicas (tabagismo, abuso de álcool, baixo consumo de frutas e hortícolas e défice de atividade física), número que se eleva aos 35% quando se inclui a obesidade e a pré-obesidade (37). Neste contexto as “doenças do aparelho circulatório” representavam em 2013, a principal causa de morte com 300,5 óbitos por 100 000 habitantes, seguindo-se os “tumores” com 247,3 óbitos e depois a diabetes com 43,5 óbitos por 100 000 habitantes (Portada, 2013). A WHO estima

Na década de 2000 é desenvolvido o Primeiro Plano de Ação para as políticas alimentares e nutricionais (WHO European Region 2000-2005), que expressa a necessidade do desenvolvimento de políticas de alimentação e nutrição voltadas para a promoção da saúde [...] Isto porque a meio da década e de forma progressiva as questões da higienssanidade dão lugar às preocupações com os impactes das doenças crónicas, sendo aqui central a questão da obesidade.

que na Europa, a proporção de casos de doenças crónicas atribuíveis ao valor elevado do peso corporal estimado pelo Índice de Massa Corporal (IMC) (superior a 21 kg/m²) em adultos com idade superior a 30 anos, seja, para doenças como a diabetes tipo 2 de 78 % para homens e 84 % para mulheres ou, no caso da hipertensão, de 56 % para homens e 50% para mulheres, o que demonstra o elevado fator de risco que a pré-obesidade/obesidade pode representar para o desenvolvimento destas doenças. A obesidade sendo um cofator no aparecimento de outras doenças crónicas pode também ser considerada per si uma doença crónica e é talvez o maior problema de saúde pública entre nós. Portugal insere-se, assim, num contexto nutricional caracterizado por uma elevada prevalência de obesidade concomitante com um alargado cenário de insegurança alimentar ligeira, sendo as doenças crónicas as principais causas de morte.

Neste contexto, era imperativa a implementação de uma política alimentar em Portugal que fosse capaz de melhorar o estado nutricional da população colocando à sua disposição alimentos protetores

res da sua saúde, capazes de permitirem o máximo do seu desenvolvimento e potencial genético e proteção face à doença. O objetivo geral da estratégia implementada em 2012 é o de melhorar o estado nutricional da população incentivando a disponibilidade física e económica e o acesso a alimentos constituintes de um padrão alimentar saudável e criar condições para que a população os valorize, aprecie e consuma, integrando-os nas suas rotinas diárias. Assim, construiu-se uma estratégia nacional de alimentação e nutrição através de medidas que visaram (1) aumentar o conhecimento sobre os consumos alimentares e estado nutricional da população portuguesa, seus determinantes e consequências (2) melhorar os conhecimentos dos cidadãos para que possam tomar decisões mais conscientes face à alimentação (3) melhorar a disponibilidade de certos alimentos, nomeadamente em ambiente escolar, laboral e em espaços públicos (4) identificar e promover ações que incentivem o consumo de alimentos de boa qualidade nutricional de forma articulada e integrada com outros sectores (sectores da educação, proteção social, ambiental, agrícola, indústria alimentar, económico e autárquico) e (5) melhorar a qualificação e o modo de atuação dos profissionais que, pela sua atividade, possam influenciar conhecimentos, atitudes e comportamentos na área alimentar.

A integração recente das questões da sustentabilidade dos padrões alimentares

As preocupações ambientais no seio das políticas alimentares e nutricionais apesar de já antigas, só recentemente e nestes últimos anos ganharam maior peso político e foram definitivamente integradas nas estratégias da saúde e alimentação, como se pode constatar na 5ª Conferência Ministerial de Ambiente e Saúde com o tema *Protecting children's health in a changing environment* (Parma, 2010). Realizada sob auspícios da Organização Mundial da Saúde (OMS), visou reforçar o compromisso dos países em proteger a saúde da população das ameaças ambientais, assim como garantir um futuro com qua-

lidade, segurança e bem-estar às gerações presentes, em particular das crianças, pela promoção de ambientes saudáveis. De facto, o aumento da população mundial (aproximadamente 9 mil milhões em 2050), e o aumento do poder de compra de grande parte dessa população, duplicará, a médio prazo, a procura de alimentos. Este aumento acontece num cenário de aquecimento global, perda de biodiversidade e forte pressão sobre os recursos naturais finitos (solo arável, água doce e nutrientes) (19). Estima-se que o consumo alimentar já seja o principal contribuinte do aquecimento global na Europa (31%) ultrapassando a habitação (23,6%) e os transportes (18,5%) (20).

Já nesta década, a FAO e a *Biodiversity International* enfatizaram a importância da sustentabilidade da dieta humana, reconhecendo assim a estreita relação entre a saúde humana e a saúde dos ecossistemas (21). Para atingir uma “dieta sustentável” é necessário alterar os sistemas de produção agroalimentar, no sentido de melhorar o bem-estar dos produtores e das comunidades, promovendo a recuperação e conservação dos recursos naturais, onde se incluem a biodiversidade, os solos e a água (19). É ainda necessário propor alterações do consumo alimentar optando por alimentos nutricionalmente densos e, simultaneamente, com baixo impacto ambiental. (22). Uma política de alimentação e nutrição deve por isso, considerar a minimização do impacto ambiental na definição das suas medidas. A promoção de um padrão alimentar do tipo mediterrânico com aumento da presença de produtos de origem vegetal, sazonais e de produção local pode contribuir para minimizar os impactos que o consumo alimentar produz no meio ambiente.

Tendo em conta estas necessidades, uma estratégia para a promoção da alimentação saudável poderá adotar as seguintes estratégias:

- Promover o consumo de alimentos frescos, produzidos na época e o mais perto possível do

local de consumo e com recurso a embalagens ou meios de transporte que reduzem a emissão de poluentes;

- Incentivar o consumo de fontes proteicas de origem vegetal, sempre que possível e quando aceitável do ponto de vista da saúde e por outro lado incentivar a redução do consumo de fontes proteicas de origem animal;
- Promover a Dieta Mediterrânica como forma de obter uma alimentação saudável e, ao mesmo tempo, ambientalmente sustentável;
- Contribuir para o conhecimento sobre os impactos ambientais da ingestão alimentar, de modo a que os cidadãos possam fazer escolhas alimentares saudáveis e ao mesmo tempo sustentáveis do ponto de vista ambiental.
- Promover a interdisciplinaridade, incluindo as ciências sociais e económicas no processo de investigação, inovação, desenvolvimento e melhoria dos sistemas agroalimentares. Centrar os processos de inovação e desenvolvimento no consumidor possibilitando abordagens mais centradas nas suas aspirações e motivações no momento da escolha alimentar.
- Promover o aprofundamento do conhecimento sobre os indicadores de impacto ambiental dos vários elos da cadeia alimentar. Desenvolver formas eficazes de comunicar essa informação ao consumidor.
- Contribuir para a redução dos desperdícios alimentares em todas as fases de produção e consumo; promover a utilização eficiente dos subprodutos da produção e processamento ali-

mentar incorporando abordagens de economia circular.

- Cerca de 2 mil milhões de pessoas no mundo apresentam carências em micronutrientes, situação também designada por “fome escondida”. (23) Parte deste problema pode ser resolvido através da promoção de práticas de melhoramento do valor nutricional dos alimentos pelo aumento do seu conteúdo em micronutrientes (recuperação e manutenção do conteúdo de micronutrientes dos solos, ou integrar o valor nutricional no momento da seleção das variedades vegetais a cultivar).

Conclusão

Uma política de alimentação e de nutrição, com o objetivo de melhorar o estado nutricional e de saúde da população, deve englobar um conjunto de medidas que visem capacitar os cidadãos para escolhas alimentares conscientes e saudáveis e ao mesmo tempo um conjunto de medidas que alterem a disponibilidade alimentar a fim de facilitar a adoção de hábitos alimentares saudáveis. Neste processo, será difícil o sucesso se os destinatários destas políticas não entenderem que o consumo

alimentar tem um forte impacto na sua saúde, mas no ambiente ao mesmo tempo. As escolhas alimentares dos consumidores serão um dos fatores mais decisivos para a mudança climática e têm impactos sobre o consumo de água, de energia e sobre o uso do solo. São muito diferentes as necessidades de energia, água e terra para a

As escolhas alimentares dos consumidores serão um dos fatores mais decisivos para a mudança climática e têm impactos sobre o consumo de água, de energia e sobre o uso do solo. São muito diferentes as necessidades de energia, água e terra para a produção, transporte, consumo e armazenamento de diferentes tipos de alimentos, bem como os resíduos produzidos.

produção, transporte, consumo e armazenamento de diferentes tipos de alimentos, bem como os resíduos produzidos. Também os profissionais de saúde terão de estar preparados para este diálogo e

para as ambivalências que naturalmente se criam entre objetivos nutricionais e objetivos ambientais que nem sempre serão compatíveis. Outro aspeto central das tradicionais intervenções em política nutricional prende-se com a modificação da disponibilidade dos alimentos nutricionalmente menos interessantes e eventualmente com maior impacto ambiental, no futuro. Este tipo de intervenções tem vindo a revelar-se eficiente na mudança de consumos, por ex. no sal no pão e na oferta alimentar em meio escolar em Portugal ou na taxação de alimentos em alguns países europeus. Mais uma vez e aqui será essencial, procurar conciliar a garantia da saúde e do meio ambiente com a autonomia dos consumidores para fazerem livremente as suas escolhas alimentares.

Referências Bibliográficas:

- Helsing E. "The History of Nutrition Policy". *Nutrition Reviews*. 1997; 55(11):S1-S3.
- Gonçalves Ferreira FA. "Política Alimentar e de Nutrição em Portugal". *Rev CEN*. 1978; 2(1):3-28.
- Food and Agriculture Organization (FAO)/ World Health Organization (WHO). Declaração da Conferência Mundial de Alimentação Roma; 1974.
- Kjaernes U. "Experiences with the Norwegian nutrition policy". *Appetite*. 2003; 41:251-57.
- Segunda Conferência Internacional sobre Promoção da Saúde. Declaração de Adelaide. Adelaide, Austrália; 1988. [atualizado em: 5 – 9 Abril 1988].
- Food and Agriculture Organization (FAO)/ World Health Organization (WHO). International Conference on Nutrition. Final Report of the Conference. Rome: FAO/ WHO; 1992.
- Gonçalves Ferreira FA. "Posição de Portugal em Política Alimentar e de Nutrição". *Rev CEN*. 1979; 3(1):3-18.
- Gonçalves Ferreira FA. "Criação do Conselho de Alimentação e Nutrição". *Rev CEN*. 1980; 4(3):3-21.
- Gonçalves Ferreira FA. "Política Alimentar e Saúde. A Perspectiva em Portugal". *Rev CEN*. 1981; 5(1):3-23.
- Gonçalves Ferreira FA. "Política Alimentar e Saúde. Perspectiva e atrasos na elaboração da política alimentar para a população portuguesa". *Rev CEN*. 1983; 7(1):3-29.
- Amorim Cruz JA, Pereira AA, Miguel JP. Contribuição para uma Política Alimentar e Nutricional em Portugal. Situação Alimentar e Nutricional Portuguesa e Recomendações do CNAN para a melhoria da situação. Lisboa: Conselho Nacional de Alimentação e Nutrição 1989.
- Direção-Geral da Saúde. Programa Nacional para a Promoção da Alimentação Saudável. Orientações programáticas. 2012
- World Health Organization. Global Strategy on Diet, Physical Activity and Health. Resolution of the Fifty-seventh World Health Assembly. Geneva: WHO; 2004.
- World Health Organization Europe. WHO European Action Plan for Food and Nutrition Policy 2007-2012. Denmark, Copenhagen; 2008.
- World Health Organization Europe, WHO European Ministerial Conference on Counteracting Obesity. Diet and physical activity for health. European Charter on counteracting obesity. Istanbul, Turkey; 2006. [atualizado em: 15 – 17 November].
- World Health Organization Europe. The challenge of obesity in the WHO European Region and the strategies for response. Denmark, Copenhagen; 2007.
- Commission of the European Communities. White Paper on A Strategy for Europe on Nutrition, Overweight and obesity related health issues. Brussels; 2007.
- World Health Organization, Ministry of Public Health and Social Development of Russian Federation. First Global Ministerial Conference on Healthy Lifestyles and Non-communicable Disease Control. Moscow Declaration Preamble. Moscow; 2011.
- Freibauer A, Mathijs E, Brunori G, Damianova Z, Faroult E, i Gomis JG, et al. Sustainable Food Consumption and Production in a Resource-constrained World Summary Findings of the EU SCAR Third Foresight Exercise. *EuroChoices*. 2011;10(2):38-43.
- Tukker A, Huppes G, Geerken T, Nielsen P. Environmental impact of products (EIPRO). Draft report of the Institute for Prospective Technological Studies (IPTS) and the European Science and Technology Observatory (ESTO). Brussels 2006.
- Burlingame BA, Dernini S, Food and Agriculture Organization of the United Nations., Biodiversity International (Organization). Sustainable diets and biodiversity: directions and solutions for policy, research and action. Rome: FAO; 2012. 307 p. p.
- Drewnowski A, Rehm CD, Martin A, Verger EO, Voinneson M, Imbert P. Energy and nutrient density of foods in relation to their carbon footprint. *Am J Clin Nutr*. 2015;101(1):184-91.
- Myers SS, Zanolletti A, Kloog I, Huybers P, Leakey ADB, Bloom AJ, et al. Increasing CO2 threatens human nutrition. *Nature*. 2014;510(7503):139.

OBSERVATÓRIO

CULTIVAR

Fig. *FORMAR PELA INSTRUÇÃO, DESENVOLVER.*

Comércio Internacional do Complexo Agroflorestal e Pescas

Gabinete de Planeamento, Políticas e Administração Geral (GPP)

1. Enquadramento

O Instituto Nacional de Estatística (INE) apresenta as estatísticas de comércio internacional sob diferentes nomenclaturas, Nomenclatura Combinada (NC), Classificação por Grandes Categorias Económicas (CGCE) ou Classificação estatística dos produtos por atividade (CPA), e domínios estatísticos, Contas Nacionais ou Estatísticas do Comércio Internacional.

No que se refere aos sectores agroflorestais, não é possível chegar a agregados exatamente equivalentes através das várias fontes (ver anexo metodológico), embora isso não coloque em causa as principais ilações que se podem tirar a partir de cada uma das bases de informação utilizadas.

A opção pelas várias fontes prende-se sobretudo com o objeto da análise (análise sectorial ou por produto, análise exclusiva de variáveis de comércio internacional ou da sua relação com variáveis macroeconómicas como o VAB, as produções sectoriais ou o PIB) e com o desfasamento temporal que se quer ter entre o momento da análise e a data a que se referem os dados.

Nesta publicação, ir-se-á estudar o comércio internacional de bens e serviços das componentes do complexo agroflorestal e pescas (CAFP), através de indicadores anuais que dão a visão global das dinâmicas observadas nos últimos 15 anos e dos principais produtos que mais contribuíram para as evoluções verificadas, utilizando as várias fontes disponíveis e adequadas a cada situação. Em particular, utilizou-se a informação disponibilizada em setembro de 2015 relativa às Contas Nacionais.

2. Resumo

- O complexo agroflorestal e das pescas tem um papel importante no comércio internacional da economia portuguesa, representando, em 2014, 14,2% dos valores das exportações e 15,8% dos valores das importações.
- Entre 2000 e 2014 as exportações do CAFP cresceram a uma taxa de variação média anual de 5,3% enquanto as importações cresceram a 2,9%. Em particular, no complexo alimentar as exportações evoluíram a um ritmo de 8% ao ano, com destaque para a agricultura, com 10,8%, mesmo

que tenha que se tomar em conta o valor muito baixo de partida.

- Os produtos mais representativos das exportações agroflorestais e pescas são os provenientes da indústria florestal – madeira pasta de madeira, papel e cartão – (33%), a cortiça (14%), as bebidas (13%), os hortofrutícolas frescos e transformados (8%) e o pescado (6%).
- Os produtos mais representativos das importações agroflorestais e pescas são o pescado (12,9%), o papel e cartão (11,1%), a carne (7,8%), os cereais (6,7%) e a madeira (6,2%).
- A taxa de cobertura das importações pelas exportações do CAFPP passou de 65,6 % em 2000 para 91% em 2014.
- A orientação do complexo agroflorestal e pescas para o mercado externo tem aumentado de modo significativo em todos os segmentos, variando em 2013 entre 11% na silvicultura e 52% nas indústrias florestais.
- O défice alimentar constitui um dos desequilíbrios estruturais da economia portuguesa, embora a sua redução substancial nos anos mais recentes tenha contribuído para a inversão da posição do saldo da balança de bens e serviços nacional de negativa para positiva.
- A diminuição do défice comercial fez-se sentir sobretudo pelo aumento das exportações, com a produção e as importações mais estáveis e uma interrupção do crescimento do consumo dirigido ao sector.
- A continuação da melhoria dos indicadores de comércio internacional dependerá, quando a procura interna de bens alimentares voltar a crescer, de aumentar mais a produção e conseguir alguma substituição de importações.

3. Análise da informação

3.1. Fontes disponíveis

O comércio internacional português pode ser analisado com base em duas fontes estatísticas disponibilizadas pelo INE: as Contas Nacionais e as Estatísticas do Comércio Internacional de bens.

As **Contas Nacionais** reúnem a informação estatística respeitante às principais variáveis macroeconómicas, entre as quais as de comércio internacional de bens e serviços, dispostos segundo a nomenclatura “Classificação dos Produtos por Atividade” CPA 2008, dos principais sectores de atividade económica (CAE Rev.3.) a partir dos quais o GPP define o complexo agroflorestal e pescas (CAFPP).

As **Estatísticas do Comércio Internacional** agrupam a informação estatística referente à importação e exportação de bens, classificados segundo a Nomenclatura Combinada NC8 para produtos, ou segundo a nomenclatura CGCE para grupos de produtos, ou nomenclatura CPA2008 para os produtos resultantes dos principais sectores de atividade económica (CAE Rev.3.) e seus agregados.

1) Nomenclatura combinada – NC

- A Nomenclatura Combinada (NC) é a nomenclatura das mercadorias da União Europeia que satisfaz as exigências das estatísticas do comércio internacional (intra e extracomunitário) e da pauta aduaneira, nos termos do artigo 9º do Tratado que institui a Comunidade Económica Europeia. A NC baseia-se no SH (“Sistema Harmonizado de Designação e Codificação de Mercadorias”) uma nomenclatura que serve de referência, em todo o mundo, para as estatísticas do comércio internacional e para as pautas aduaneiras e refere-se a todos os objetos físicos incluindo a eletricidade, mas excluindo os serviços.
- O INE disponibiliza informação mensal e anual, em valor (euros) e em volume (kg), sobre o

comércio internacional português segundo a NC8 (8 dígitos).

- É fonte de informação para o acompanhamento de evolução do comércio internacional de bens, per si, dada a periodicidade e atualidade da informação desagregada.

2) Classificação por Grandes Categorias Económicas – CGCE

A CGCE é uma nomenclatura utilizada a nível internacional que agrupa os produtos em grandes categorias económicas tendo por base a utilização final dos mesmos, sendo uma classificação que corresponde às classes fundamentais do Sistema de Contas Nacionais (bens de equipamento, bens intermédios e bens de consumo).

O INE disponibiliza informação mensal e anual sobre o comércio internacional português segundo a CGCE.

3) Classificação estatística dos produtos por atividade – CPA

- A classificação estatística dos produtos por atividade (CPA) na Comunidade Económica Europeia é uma nomenclatura de bens e serviços, utilizada pelas contas nacionais, nomeadamente ao nível do “Quadro de Equilíbrio de Recursos e Utilizações”, como pelas estatísticas do comércio internacional de bens, neste último caso excluindo os serviços.
- É a classificação que possibilita uma análise do comércio internacional enquadrado na economia nacional (ou análise macroeconómica do comércio internacional), dado o enquadramento nas contas nacionais.
- No entanto, a periodicidade é anual e disponibilizada com algum desfasamento temporal em relação à data dos últimos dados pelo que se recorre à CPA bens (que é divulgada de forma periódica e atual) quando se pretende abordar

os movimentos mais recentes, como foi feito no nº1 da publicação Cultivar. Neste número publicam-se os dados atualizados em setembro de 2015 que introduzem algumas correções aos dados anteriores.

O Complexo Agroflorestal e Pescas (CAFP) inclui os seguintes ramos das Contas Nacionais:

Complexo Alimentar:

- Agricultura: ramo 01 (Agricultura, Produção Animal, Caça e atividades dos serviços relacionados)
- Pescas: ramo 03 (pescas e aquicultura)
- IABT – Indústrias Alimentares, Bebidas e Tabaco: ramo 10 (Indústrias Alimentares) ramo 11 (Indústrias das Bebidas) e ramo 12 (Indústria do Tabaco)

Complexo Florestal:

- Silvicultura: ramo 02 (Silvicultura e Exploração Florestal)
- IF – Indústrias Florestais: ramo 16 (Indústrias da Madeira e da Cortiça...), ramo 17 (Fabricação de Pasta, de Papel e de Cartão) e ramo 18 (Edição, impressão; reprodução de suportes gravados)

3.2. Comércio internacional CAFP 2000-2014

a) A importância do CAFP na economia portuguesa

O **complexo agroflorestal e pescas**, que inclui o complexo alimentar e o complexo florestal, tem um papel importante no comércio internacional representando, atualmente 14,2% dos valores das exportações (das quais 8,7% o complexo alimentar) e 15,8% dos valores das importações (13,0% o complexo alimentar), de bens e serviços da Economia. Em particular, o sector agrícola gera 1,3% das exportações e 3,7% das importações da economia, mas é de referir que os produtos para serem exportados ou importados requerem frequentemente algum grau de transformação (ver alínea d) sobre orientação exportadora).

b) Principais variações 2000-2014

Entre 2000 e 2014 as exportações do CAFP cresceram a uma taxa de variação média anual de 5,3% enquanto as importações cresceram a 2,9%.

**Quadro 1 – Importância do comércio Agro-florestal e Pescas no Comércio Internacional
(Economia – bens e serviços) – %**

		2000	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014 ^P
Agricultura (1)	IMP	3,6	3,6	3,7	3,7	3,7	4,0	4,2	4,2	3,7
	EXP	0,6	0,9	1,0	1,3	1,2	1,1	1,2	1,1	1,3
Pesca (2)	IMP	0,2	0,3	0,3	0,4	0,4	0,4	0,4	0,4	0,5
	EXP	0,2	0,2	0,3	0,3	0,3	0,3	0,3	0,2	0,3
Ind. Alimentares Bebidas e Tabaco (3)	IMP	7,2	7,6	7,7	8,9	8,3	8,9	9,1	9,3	8,8
	EXP	4,9	5,9	6,5	7,0	6,7	6,7	6,8	7,1	7,2
Silvicultura (4)	IMP	0,5	0,3	0,3	0,2	0,3	0,3	0,3	0,4	0,4
	EXP	0,2	0,3	0,3	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,1
Indústrias Florestais (5)	IMP	2,9	2,7	2,5	2,6	2,6	2,6	2,4	2,4	2,5
	EXP	7,3	5,7	5,4	5,6	6,0	5,6	5,5	5,4	5,3
Sector Primário (6=1+2+4)	IMP	4,3	4,2	4,3	4,4	4,4	4,8	4,9	5,0	4,5
	EXP	1,0	1,4	1,6	1,7	1,7	1,6	1,6	1,5	1,7
Complexo Agroalimentar (7=1+3)	IMP	10,8	11,1	11,4	12,6	12,0	13,0	13,3	13,5	12,5
	EXP	5,4	6,8	7,5	8,3	8,0	7,9	8,0	8,2	8,5
Complexo Alimentar (8=1+2+3)	IMP	11,0	11,5	11,7	13,1	12,4	13,4	13,7	13,9	13,0
	EXP	5,7	7,0	7,8	8,6	8,3	8,2	8,2	8,4	8,7
Complexo Florestal (9=4+5)	IMP	3,4	3,0	2,7	2,9	2,9	2,9	2,7	2,8	2,9
	EXP	7,5	5,9	5,7	5,7	6,1	5,8	5,6	5,6	5,5
Complexo Agro Florestal (7+9)	IMP	14,2	14,1	14,1	15,5	14,9	15,8	16,0	16,3	15,4
	EXP	13,0	12,7	13,2	14,1	14,1	13,7	13,6	13,7	13,9
Complexo Agro Florestal e Pescas (8+9)	IMP	14,4	14,4	14,4	16,0	15,3	16,2	16,4	16,7	15,8
	EXP	13,2	12,9	13,5	14,4	14,4	14,0	13,9	14,0	14,2
Economia – bens	IMP	88,2	87,5	87,4	85,6	86,1	85,8	85,7	85,6	84,7
	EXP	77,3	73,4	72,6	70,7	72,6	73,6	73,7	73,2	72,4
Economia – bens e serviços	IMP	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
	EXP	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

^P – dados provisórios

Fonte: GPP, a partir de Contas Nacionais, INE (Base 2011); Data de versão dos dados: setembro de 2015.

Em particular, no **complexo alimentar** as exportações evoluíram a um ritmo de 8% ao ano, mais do que os 4,8% do conjunto da economia, com destaque para a agricultura que evidenciou um crescimento anual das exportações de 10,8%, mesmo que tenha que se tomar em conta o valor muito baixo de partida. As importações também cresceram acima do conjunto da economia embora não tão expressivamente: 3,3 %, o complexo alimentar, 2,5%, a agricultura e 2,2%, o conjunto da economia.

No mesmo período, as exportações do **complexo florestal** cresceram 2,4% ao ano, mais que as respetivas importações (0,9% ao ano).

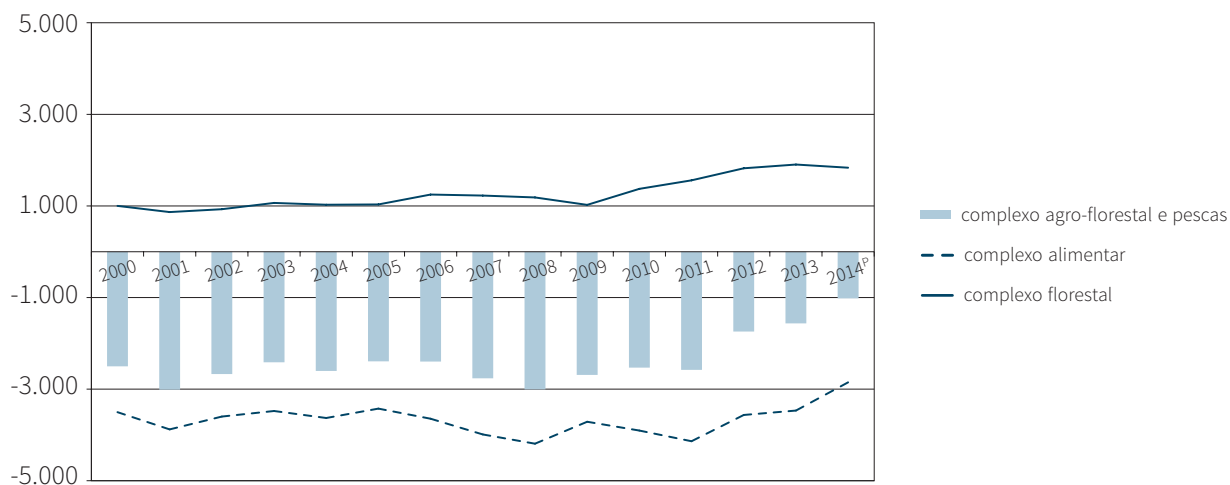
O défice alimentar é um dos défices estruturais da economia portuguesa. Nos anos anteriores à crise de 2008 representava cerca de 25% do défice externo nacional. Em 2013 e 2014, o saldo da balança de bens e serviços portuguesa tornou-se positivo pela primeira vez em muitos anos, depois de atingir valores em 2008 de -17 mil milhões

Quadro 2 – Comércio internacional Agroflorestal e Pescas (Economia – bens e serviços) – preços correntes
(milhões de euros)

		2000	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014 ^P	Taxa de crescimento médio anual (%)	Taxa de variação (%)	Taxa de crescimento médio anual	Taxa de variação (%)
											2000/2014	2014	2007/2014	2013/2014
Agricultura (1)	IMP	1 793	2 411	2 712	2 211	2 507	2 752	2 686	2 740	2 547	2,5	42,0	0,8	-7,1
	EXP	207	471	570	604	670	680	753	744	873	10,8	321,6	9,2	17,3
	SC	-1 586	-1 940	-2 142	-1 607	-1 837	-2 072	-1 933	-1 996	-1 673				
Pescas (2)	IMP	119	231	227	268	277	281	274	282	310	7,1	159,6	4,3	10,0
	EXP	86	119	163	151	168	191	182	162	180	5,4	110,0	6,0	11,1
	SC	-34	-112	-64	-117	-109	-90	-91	-120	-130				
Ind. Alimentares Bebidas e Tabaco (3)	IMP	3 645	5 145	5 596	5 334	5 577	6 052	5 842	6 097	6 058	3,7	66,2	2,4	-0,6
	EXP	1 761	3 207	3 611	3 346	3 620	4 077	4 303	4 744	5 010	7,8	184,5	6,6	5,6
	SC	-1 884	-1 938	-1 985	-1 989	-1 957	-1 975	-1 539	-1 353	-1 048				
Silvicultura (4)	IMP	271	196	188	125	188	216	208	264	266	-0,1	-2,0	4,4	0,8
	EXP	67	146	171	75	103	121	106	122	96	2,6	43,0	-5,7	-21,3
	SC	-204	-51	-17	-50	-85	-94	-102	-141	-170				
Indústrias Florestais (5)	IMP	1 449	1 813	1 797	1 580	1 744	1 737	1 553	1 585	1 698	1,1	17,2	-0,9	7,1
	EXP	2 654	3 090	3 000	2 653	3 203	3 390	3 476	3 631	3 702	2,4	39,5	2,6	2,0
	SC	1 205	1 277	1 203	1 073	1 459	1 653	1 923	2 045	2 004				
Sector Primário (6=1+2+4)	IMP	2 184	2 839	3 127	2 604	2 972	3 249	3 168	3 285	3 122	2,6	43,0	1,4	-5,0
	EXP	360	736	904	830	941	993	1 042	1 029	1 149	8,6	219,2	6,6	11,7
	SC	-1 824	-2 102	-2 223	-1 774	-2 031	-2 256	-2 126	-2 257	-1 973				
Complexo Agroalimentar (7=1+3)	IMP	5 438	7 556	8 309	7 545	8 084	8 804	8 528	8 837	8 605	3,3	58,2	1,9	-2,6
	EXP	1 969	3 678	4 181	3 949	4 289	4 757	5 056	5 488	5 884	8,1	198,9	6,9	7,2
	SC	-3 469	-3 878	-4 127	-3 596	-3 795	-4 047	-3 472	-3 349	-2 721				
Complexo Alimentar (8=1+2+3)	IMP	5 557	7 787	8 536	7 814	8 361	9 086	8 802	9 119	8 915	3,4	60,4	2,0	-2,2
	EXP	2 054	3 797	4 345	4 101	4 457	4 948	5 238	5 650	6 063	8,0	195,2	6,9	7,3
	SC	-3 503	-3 990	-4 191	-3 713	-3 904	-4 137	-3 564	-3 468	-2 852				
Complexo Florestal (9=4+5)	IMP	1 720	2 009	1 985	1 705	1 932	1 953	1 761	1 849	1 964	0,9	14,2	-0,3	6,2
	EXP	2 722	3 236	3 170	2 728	3 306	3 511	3 582	3 753	3 798	2,4	39,5	2,3	1,2
	SC	1 001	1 227	1 185	1 023	1 374	1 558	1 822	1 904	1 834				
Complexo Agro Florestal (7+9)	IMP	7 158	9 565	10 294	9 250	10 016	10 757	10 288	10 686	10 569	2,8	47,6	1,4	-1,1
	EXP	4 690	6 914	7 352	6 677	7 595	8 268	8 638	9 241	9 682	5,3	106,4	4,9	4,8
	SC	-2 468	-2 651	-2 942	-2 573	-2 421	-2 489	-1 650	-1 445	-887				
Complexo Agro Florestal e Pescas (8+9)	IMP	7 278	9 797	10 521	9 519	10 293	11 038	10 562	10 968	10 879	2,9	49,5	1,5	-0,8
	EXP	4 776	7 033	7 515	6 828	7 763	8 460	8 820	9 403	9 861	5,3	106,5	4,9	4,9
	SC	-2 502	-2 763	-3 006	-2 690	-2 530	-2 579	-1 742	-1 565	-1 017				
Economia – bens	IMP	44 454	59 349	63 824	51 070	58 011	58 325	55 172	56 130	58 269	2,0	31,1	-0,3	3,8
	EXP	27 982	39 925	40 411	33 603	39 021	44 471	46 833	49 270	50 286	4,3	79,7	3,4	2,1
	SC	-16 472	-19 424	-23 413	-17 466	-18 990	-13 854	-8 339	-6 860	-7 983				
Economia – bens e serviços	IMP	50 401	67 814	73 048	59 655	67 351	67 952	64 359	65 573	68 801	2,2	36,5	0,2	4,9
	EXP	36 216	54 405	55 675	47 513	53 751	60 410	63 504	67 284	69 455	4,8	91,8	3,6	3,2
	SC	-14 185	-13 409	-17 374	-12 143	-13 600	-7 542	-855	1 711	654				

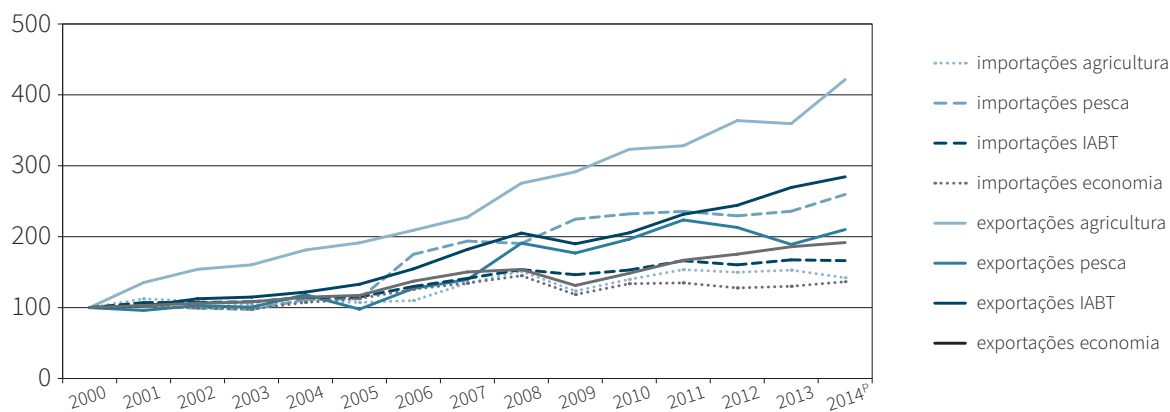
^P – dados provisórios

Fonte: GPP, a partir de Contas Nacionais, INE (Base 2011); Data de versão dos dados: setembro de 2015.

Gráfico 1 – Evolução do saldo comercial agro-florestal e pescas

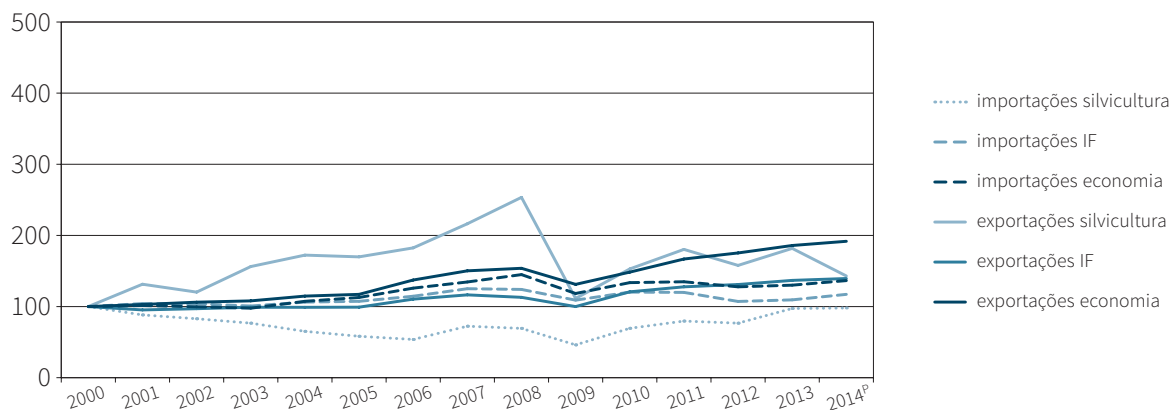
P – dados provisórios

Fonte: GPP, a partir de Contas Nacionais, INE (Base 2011); Data da versão dos dados: setembro de 2015.

Gráfico 2 – Evolução do comércio internacional alimentar (2000=100)

P – dados provisórios

Fonte: GPP, a partir de Contas Nacionais, INE (Base 2011); Data da versão dos dados: setembro de 2015.

Gráfico 3 – Evolução do comércio internacional florestal (2000=100)

P – dados provisórios

Fonte: GPP, a partir de Contas Nacionais, INE (Base 2011); Data da versão dos dados: setembro de 2015.

Quadro 3 – Contributo médio dos produtos para a variação das exportações agroflorestais e pescas

	Peso médio 2000/2014 (%)	Variação média 2000/2014 (%)	Contributo médio para a variação das exportações agroflorestais e pescas (p.p.)
	(1)	(2)	(3)=(1)*(2)/100
Animais vivos	0,8	13,9	0,1
Carnes	1,1	21,3	0,2
Bovino	0,1	27,1	0,0
Suíno	0,5	27,4	0,1
Pescado	6,1	8,4	0,5
Leite e lacticínios	3,2	4,9	0,2
Ovos	0,3	16,6	0,1
Flores	0,7	10,7	0,1
Produtos hortícolas	2,1	9,0	0,2
Frutos	2,9	13,4	0,4
Café e chá	0,6	8,4	0,0
Cereais	0,6	17,4	0,1
Trigo	0,2	24,6	0,1
Milho	0,1	70,2	0,1
Sementes e frutos oleaginosos	0,6	11,2	0,1
Gorduras e óleos animais ou vegetais	3,8	12,3	0,5
Azeite	2,0	14,9	0,3
Preparações de carne e pescado	2,7	8,6	0,2
Açúcares	1,6	9,3	0,1
Cacau	0,1	19,1	0,0
Preparações à base de cereais	2,3	11,9	0,3
Preparações de produtos hortícolas e frutos	3,4	8,6	0,3
Vinho	9,2	2,5	0,2
Cerveja	1,8	14,4	0,3
Tabaco	3,9	21,8	0,8
Madeira	8,6	4,8	0,4
Cortiça	13,5	-0,5	-0,1
Pastas de madeira	6,6	1,8	0,1
Papel e cartão	17,3	6,2	1,1
Livros e jornais	0,9	5,3	0,0
Outros	5,2	8,3	0,4
Total	100,0	5,5	5,5

Fonte: GPP, a partir de Estatísticas do Comércio Internacional, INE

Quadro 4 – Contributo médio dos produtos para a variação das importações agroflorestais e pescas

	Peso médio 2000/2014 (%)	Variação média 2000/2014 (%)	Contributo médio para a variação das importações agroflorestais e pescas (p.p.)
	(1)	(2)	(3)=(1)*(2)/100
Animais vivos	1,9	3,6	0,1
Carnes	7,8	4,5	0,3
Bovino	3,5	4,9	0,2
Suíno	2,7	4,9	0,1
Pescado	12,9	3,1	0,4
Leite e lacticínios	4,4	6,6	0,3
Ovos	0,2	6,1	0,0
Flores	0,9	2,5	0,0
Produtos hortícolas	2,9	3,6	0,1
Frutos	4,8	3,9	0,2
Café e chá	1,5	5,7	0,1
Cereais	6,7	4,8	0,3
Trigo	2,8	3,4	0,1
Milho	2,7	7,4	0,2
Sementes e frutos oleaginosos	4,8	7,5	0,4
Gorduras e óleos animais ou vegetais	3,8	10,2	0,4
Azeite	1,8	10,2	0,2
Preparações de carne e pescado	1,8	8,4	0,2
Açúcares	2,7	2,7	0,1
Cacau	1,6	3,6	0,1
Preparações à base de cereais	3,9	4,9	0,2
Preparações de produtos hortícolas e frutos	2,3	4,8	0,1
Vinho	1,0	2,8	0,0
Cerveja	0,2	2,7	0,0
Tabaco	1,4	8,9	0,1
Madeira	6,2	1,3	0,1
Cortiça	1,6	-0,3	0,0
Pastas de madeira	0,6	9,2	0,1
Papel e cartão	11,1	1,0	0,1
Livros e jornais	2,4	-2,6	-0,1
Outros	10,6	2,3	0,2
Total	100,0	3,2	3,2

Fonte: GPP, a partir de Estatísticas do Comércio Internacional, INE

de euros. O CAPF deu um importante contributo para esta evolução, tendo reduzido o seu défice, entre 2008 e 2014, de 2,9 para 0,9 mil milhões de euros, com destaque para o complexo alimentar cujo défice diminuiu de 4,1 para 2,7 mil milhões de euros.

c) Comércio internacional 2000-2014 por principais bens

Os produtos mais representativos das **exportações** agroflorestais e pescas no período referido são os provenientes da indústria florestal – madeira pasta de madeira, papel e cartão – (33%), a cortiça (14%), as bebidas (13%), os hortofrutícolas frescos e transformados (8%) e o pescado (6%).

Com exceção da cortiça, foram também estes produtos que mais contribuíram para o crescimento das exportações, sendo ainda de destacar neste âmbito, o tabaco e as gorduras, nomeadamente o azeite.

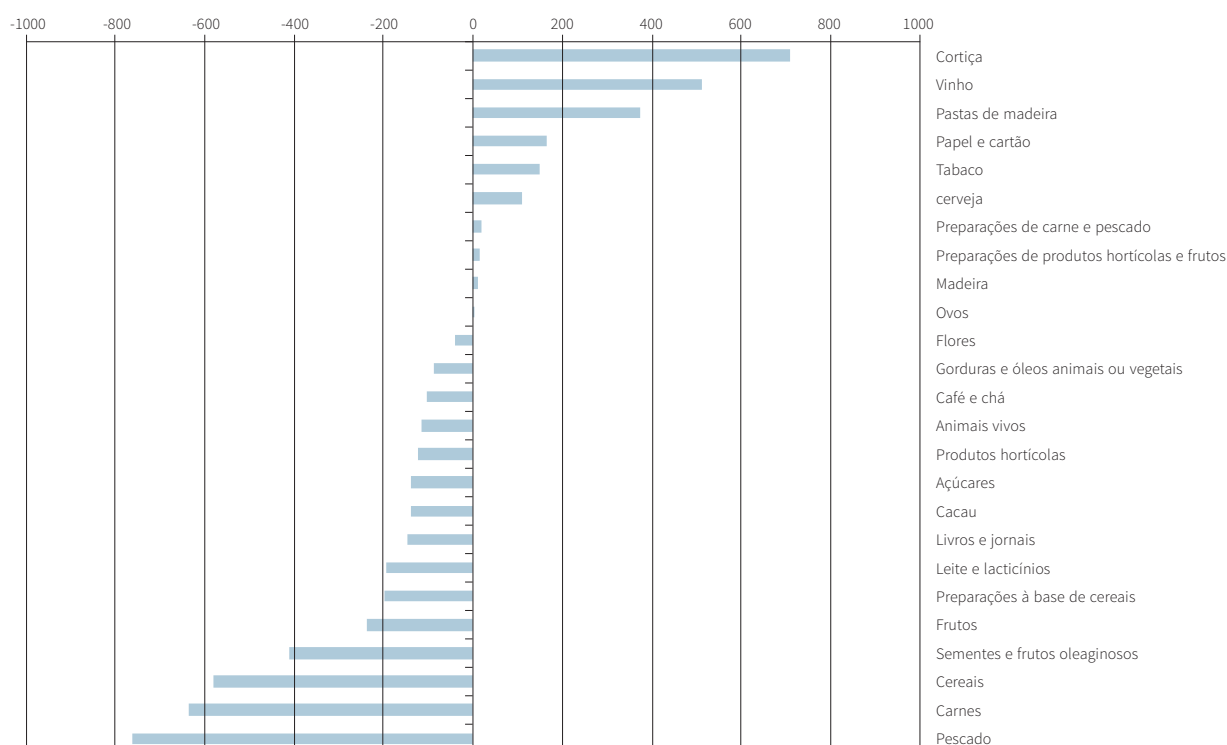
Os produtos mais representativos das **importações** agroflorestais e pescas no período referido são o pescado (12,9%), o papel e cartão (11,1%), a carne (7,8%), os cereais (6,7%) e a madeira (6,2%).

Com exceção da madeira e do papel e cartão, foram também estes produtos que mais contribuíram para o crescimento das importações, sendo ainda de destacar neste âmbito, o leite, as sementes e frutos oleaginosos e as gorduras, designadamente o azeite.

Note-se que, com exceção da carne, dos cereais e do leite, estes bens foram igualmente relevantes para o crescimento das exportações.

Entre 2000 e 2014, os produtos agroflorestais e pescas que apresentaram um contributo médio negativo para o **saldo comercial** foram o pescado, a carne, nomeadamente a bovina e suína, os cereais, como o trigo e o milho, e as sementes e frutos olea-

Gráfico 4 – Saldo comercial médio por produto (média 2000-2014) – milhões de euros



Fonte: GPP, a partir de Estatísticas do Comércio Internacional, INE

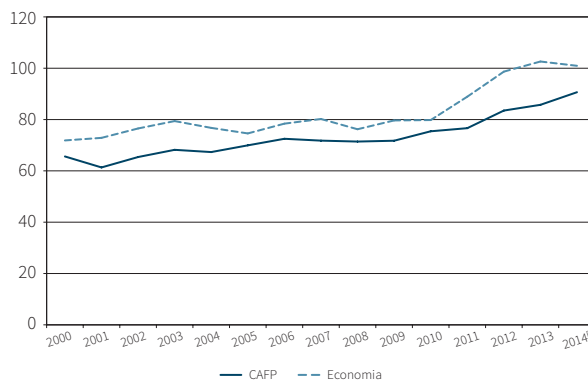
ginosos, como a soja. Os que contribuíram positivamente para o saldo comercial foram a cortiça, o vinho, a pasta de madeira e o papel e cartão.

d) Indicadores de Comércio Internacional

No que se refere à **taxa de cobertura** das importações pelas exportações, a percentagem das compras ao estrangeiro que é compensada pelas vendas do país ao estrangeiro, a evolução no CAFP também tem sido positiva, passando de 65,6% em 2000 para 91% em 2014. Destacam-se as indústrias florestais com 218% de taxa de cobertura.

O **grau de abertura** do complexo agroflorestal e pescas, que dá uma indicação da exposição do sector ao exterior, é muito elevado e crescente,

Gráfico 5 – Evolução da taxa de cobertura agroflorestal e pescas e economia

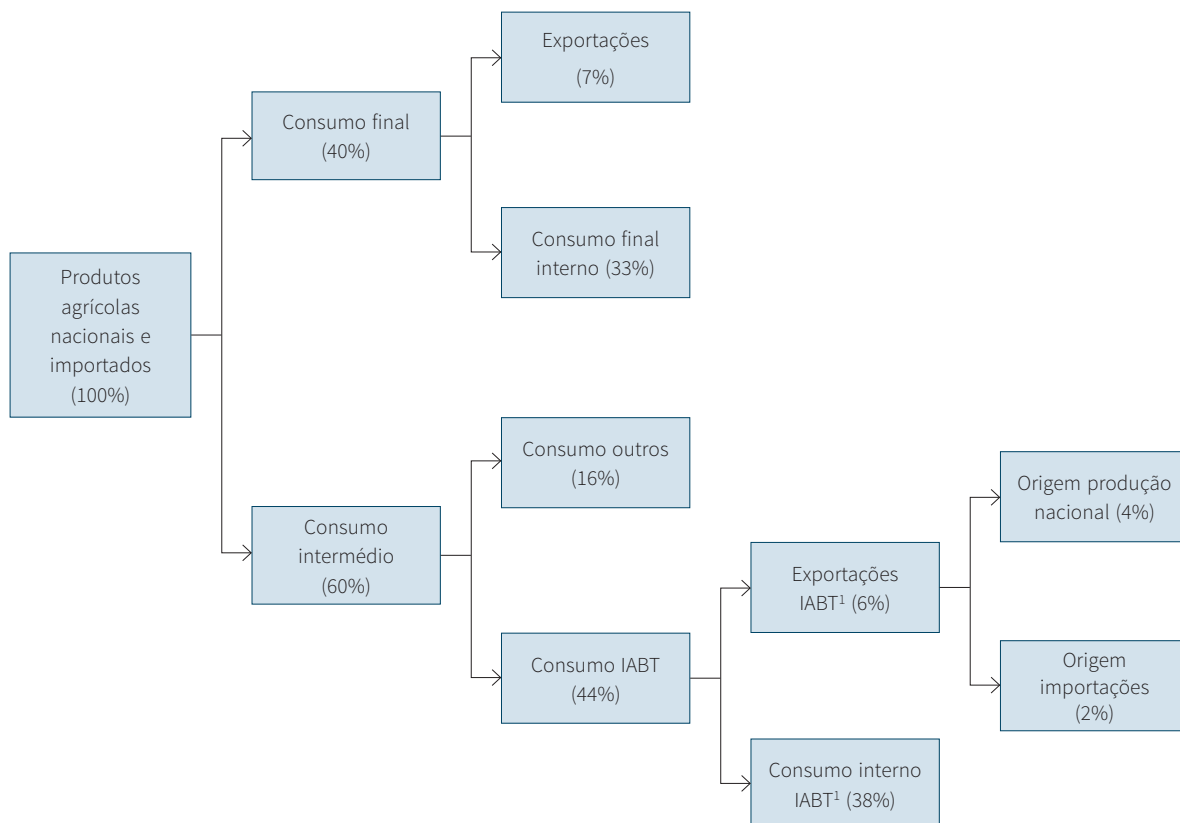


^P – dados provisórios

Fonte: GPP, a partir de Contas Nacionais, INE (Base 2011); Data da versão dos dados: setembro de 2015.

evidenciando o carácter transaccionável da produção respetiva.

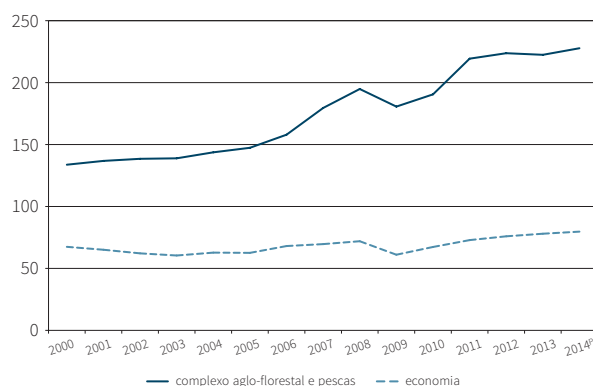
Figura 1 – Destino dos Produtos Agrícolas Nacionais



¹ – Estimativas GPP

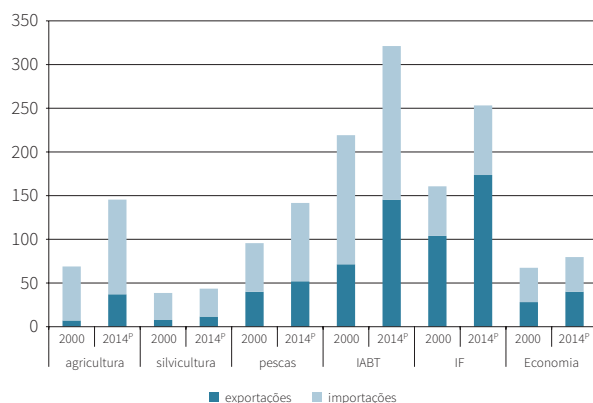
Fonte: GPP, a partir do QERU 2013, INE

A partir dos dados fornecidos pelo Quadro de Equilíbrio de Recursos e Utilizações, respeitantes a 2013 (último ano disponível), podemos identificar o destino dos produtos agrícolas e, por exemplo, concluir que 6% dos produtos agrícolas são exportados via IABT.

Gráfico 6 – Evolução do grau de abertura agroflorestal e pescas e economia (%)

P – dados provisórios

Fonte: GPP, a partir de Contas Nacionais, INE (Base 2011); Data da versão dos dados: setembro de 2015.

Gráfico 7 – Grau de abertura por componente agroflorestal e pescas e economia (%)

P – dados provisórios

Fonte: GPP, a partir de Contas Nacionais, INE (Base 2011); Data da versão dos dados: setembro de 2015.

A **orientação** do complexo agroflorestal e pescas para o mercado externo tem aumentado de modo significativo em todos os segmentos, variando em

Quadro 5 – Orientação exportadora do complexo alimentar – %

	2010	2011	2012	2013
Agricultura	11,9	11,9	13,0	12,6
Pescas	33,5	35,5	34,1	30,9
IABT	23,9	26,0	26,9	28,9
Alimentar	21,0	22,6	23,4	24,7
Alimentar corrigido ¹	38,4	43,6	46,5	48,2

¹ Com correção das produções alimentares que são dirigidas para consumos intermédios dos próprios ramos alimentares

Fonte: GPP, a partir de Contas Nacionais, INE (Base 2011); Data da versão dos dados: setembro de 2015

Quadro 6 – Orientação exportadora do complexo florestal – %

	2010	2011	2012	2013
Silvicultura	10,5	11,6	10,0	10,8
IF	45,2	46,4	49,1	51,7
Florestal	40,9	42,1	44,0	46,0
Florestal corrigido ¹	64,6	69,5	72,0	75,1

¹ Com correção das produções florestais que são dirigidas para consumos intermédios dos próprios ramos florestais

Fonte: GPP, a partir de Contas Nacionais, INE (Base 2011); Data da versão dos dados: setembro de 2015

2013 entre 11% na silvicultura e 52% nas indústrias florestais. Se for corrigido das produções alimentares que são dirigidas para consumos intermédios dos próprios ramos alimentares, deduzindo, portanto, as duplicações ao longo da fileira (ver notas metodológicas nos quadros 5 e 6) a orientação exportadora do CAFPP corresponderá a 56,2% em 2013, embora distinta nas suas componentes alimentar que apresenta uma orientação exportadora

Quadro 7 – Grau de autoaprovisionamento¹ de bens alimentares² (%)

	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Grau de autoaprovisionamento (%)	83,6	82,8	83,0	83,7	83,5	83,1	85,1	85,5
Grau de autoaprovisionamento corrigido ³ (%)					73,1	71,6	74,1	75,0

¹ Grau de Autoaprovisionamento=produção/consumo aparente=produção/(produção+importações-exportações)

² Corresponde ao agregado agricultura, pescas e indústrias alimentares e bebidas.

³ Com correção das produções alimentares que são dirigidas para consumos intermédios dos próprios ramos alimentares

Fonte: GPP, a partir de Contas Nacionais (Base 2011) e Estatísticas do Comércio Internacional, INE.

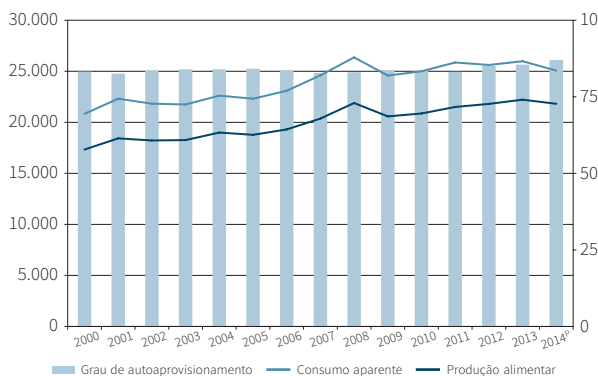
Quadro 8 – Grau de autoaprovisionamento¹ de bens florestais² (%)

	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Grau de autoaprovisionamento florestal (%)	117,2	115,9	115,9	116,0	119,7	122,0	127,1	128,5

¹ Grau de Autoaprovisionamento=produção/consumo aparente=produção/(produção+importações-exportações)

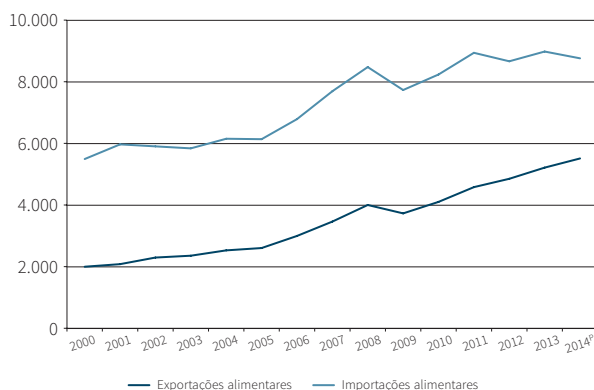
² Corresponde ao agregado silvicultura e indústrias florestais (ramos 16, 17 e 18)

Fonte: GPP, a partir de Contas Nacionais (Base 2011) e Estatísticas do Comércio Internacional, INE.

Gráfico 8 – Grau de autoaprovisionamento alimentar (%) e respetivas componentes (milhões de euros)

P – dados provisórios

Fonte: GPP, a partir de Contas Nacionais, INE (Base 2011); Data da versão dos dados: setembro de 2015.

Gráfico 9 – Exportações e Importações alimentares (milhões de euros)

P – dados provisórios

Fonte: GPP, a partir de Contas Nacionais, INE (Base 2011); Data da versão dos dados: setembro de 2015.

de 48,2% e florestal com 75,1% de orientação para o mercado externo.

Esta evolução é reveladora da capacidade que o sector teve em diversificar o destino dos seus produtos em resposta às dificuldades da procura interna em resultado da crise económica. Mesmo para a agricultura, em que muitos bens pelas suas dificuldades de conservação não permitem a exportação na sua forma primária, os mercados externos representam 12,6%, a que haverá que somar as exportações indiretas em particular sob a forma agroindustrial (4% da produção agrícola – ver quadro abaixo) e através do turismo.

O grau de autoaprovisionamento alimentar teve recentemente um pequeno crescimento, apresen-

tando um valor, em 2013, de 85,5% (75%, se usarmos o indicador corrigido dos consumos intermédios duplicados, o que nos parece mais correto).

O grau de autoaprovisionamento de bens florestais manteve-se relativamente estável até 2010, a partir deste ano tem vindo a crescer tendo registado 128,5% em 2013.

O indicador **Produção/(Produção + Importações – Exportações)** é utilizado habitualmente como uma aproximação à capacidade de autoaprovisionamento (e o seu complementar à dependência do exterior) mas deve ser interpretado com prudência, em particular, quando calculado a um nível agregado, como acontece neste caso.

Mesmo quando calculado para um produto específico (como por ex. na Balança Alimentar do INE), o facto de ser superior a 100% não permite concluir sobre a capacidade de o país se abastecer desse bem sem recurso ao exterior. Efetivamente, o facto de o país estar a produzir uma quantidade suficiente para satisfazer todo o consumo interno não significa que o conseguisse fazer no caso de não poder importar os fatores de produção necessários para essa produção (por ex., combustíveis, máquinas, rações).

Em sentido contrário, o facto de o país não estar a produzir a quantidade necessária de um bem, num determinado momento, não significa que não o pudesse fazer com os recursos disponíveis internamente (por ex., há terra e capacidade de trabalho não utilizadas ou com outras utilizações que poderiam ser afetadas à produção desse bem).

Quando se analisa a questão em termos agregados para todos os bens alimentares, aumenta a complexidade da análise, nomeadamente, porque o valor dos bens alimentares reflete custos de fatores de produção que provêm do resto da economia e do próprio sector alimentar.

O somatório de todas as produções alimentares comporta, ainda, algumas contabilizações repetidas. É o caso das produções alimentares que são sucessivamente transformadas antes de serem consumidas pelo consumidor final (por ex., cereais que são incorporados nas rações que são, por sua vez, usadas na alimentação dos animais, que irão ser abatidos e transformados até serem objeto de consumo humano). O efeito de contabilizações repetidas pode ser melhorado, deduzindo ao valor da produção os intra consumos do complexo agroalimentar, ou seja os bens utilizados pelos ramos de transformação alimentar e não diretamente pelos consumidores finais.

O indicador resultante é o seguinte: **Produção consolidada/Produção consolidada + Importações – Exportações**

3.3 Conclusões

O CAFP apresenta um défice comercial sistemático apesar do excedente do sector florestal, constituindo o défice alimentar um dos desequilíbrios estruturais da economia portuguesa. O défice do CAFP reduziu-se substancialmente nos anos mais recentes, em particular pela redução do défice alimentar, contribuindo para a inversão da posição do saldo da balança de bens e serviços nacional de negativa para positiva, verificada em 2013 e 2014.

O grau de autoaprovisionamento alimentar melhorou ligeiramente e a orientação exportadora cresceu de modo significativo em resultado da diminuição do défice comercial se ter feito sentir sobretudo pelo aumento das exportações, com a produção e as importações mais estáveis e uma interrupção do crescimento do consumo.

A continuação da melhoria dos indicadores de comércio internacional dependerá, quando a procura interna de bens do sector voltar a crescer, de aumentar mais a produção e conseguir alguma substituição de importações.

Nota Metodológica

Quadro 9 – Relação entre nomenclaturas e domínios estatísticos no comércio internacional

		Domínio Estatístico	
		Contas Nacionais	Estatísticas do Comércio Internacional
Nomenclatura	NC		bens desagregados
	CGCE		bens agregados
	CPA	bens e serviços agregados	bens agregados

Fonte: GPP

O comércio internacional português pode ser analisado consoante a nomenclatura (que apresenta níveis de agregação diferentes), NC, CGCE ou CPA, e domínio estatístico, contas nacionais (bens e ser-

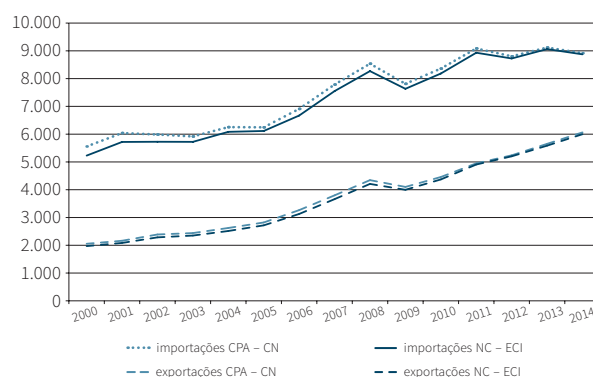
viços) ou estatísticas do comércio internacional (bens).

Para ilustrar as diferenças metodológicas e conceituais presentes nas nomenclaturas e domínios estatísticos vamos recorrer à análise do comércio internacional do complexo alimentar que inclui os produtos da agricultura, pescas e indústrias conexas. Neste caso, por impossibilidade de agregação dos valores associados ao complexo alimentar da CGCE, apenas vamos considerar as nomenclaturas NC e CPA.

Como se verifica, a evolução das importações/exportações alimentares decorre de forma aproximada entre as várias nomenclaturas ou domínios estatísticos. Contudo, existem algumas diferenças que convém explicar nomeadamente:

- **Análise de bens e serviços pelas CN e de bens pelas ECI:** A análise de **bens e serviços**, pelas contas nacionais, ou de bens, pelas estatísticas do comércio internacional conduz a diferentes valores. Em princípio, os valores das contas nacionais são superiores aos contabilizados pelas estatísticas do comércio internacional por incluírem também os serviços. Contudo, como vamos poder ver de seguida, nem sempre tal acontece por questões ligadas ao tratamento da informação.

Gráfico 10 – Evolução das exportações e importações alimentares por NC e CPA



P – dados provisórios

Fonte: GPP, a partir de Contas Nacionais e Estatísticas do Comércio Internacional

Quadro 10 – Importações alimentares por nomenclatura estatística (milhões de euros)

		2000	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014 ^P
Contas nacionais (bens e serviços)										
CPA	Produtos da agricultura, da produção animal, da caça e dos serviços relacionados	1 793	2 411	2 712	2 211	2 507	2 752	2 686	2 740	2 547
	Produtos da pesca e da aquicultura e serviços relacionados	119	231	227	268	277	281	274	282	310
	Produtos alimentares, das bebidas e Produtos da indústria do tabaco	3 645	5 145	5 596	5 334	5 577	6 052	5 842	6 097	6 058
	Complexo alimentar	5 557	7 787	8 536	7 814	8 361	9 086	8 802	9 119	8 915
Estatísticas do comércio internacional (bens)										
NC	Animais vivos	140	166	183	182	212	216	197	212	217
	Carnes e miudezas, comestíveis	537	775	743	799	808	797	795	898	962
	Peixes e crustáceos, moluscos e outros invertebrados aquáticos	939	1 328	1 293	1 159	1 282	1 378	1 327	1 270	1 396
	Leite e lacticínios...	241	464	547	535	525	518	517	523	533
	Outros produtos de origem animal...	37	40	53	46	45	48	57	59	54
	Plantas vivas e produtos de floricultura	68	94	111	92	92	79	73	75	85
	Produtos hortícolas, plantas, raízes e tubérculos, comestíveis	205	305	285	265	315	309	278	345	306
	Frutas; cascas de citrinos e de melões	320	451	504	456	519	479	450	535	509
	Café, chá, mate e especiarias	117	131	156	165	178	240	239	212	220
	Cereais	431	698	803	609	640	830	834	747	710
	Produtos da indústria de moagem; malte; amidos e féculas; inulina; glúten de trigo	26	47	58	49	49	74	80	84	78
	Sementes e frutos oleaginosos...	258	478	651	449	517	562	608	654	575
	Gomas, resinas e outros sucos e extratos vegetais	15	18	16	17	19	26	21	20	25
	Matérias para entrançar...	1	3	4	3	1	2	1	4	3
	Gorduras e óleos animais ou vegetais...	148	337	448	353	436	609	566	597	475
	Preparações de carne, de peixes...	89	168	194	197	202	221	224	268	266
	Açúcares e produtos de confeitaria	190	289	283	288	251	315	291	349	227
	Cacau e suas preparações	110	170	181	161	166	166	158	167	175
	Preparações à base de cereais...	239	364	400	413	445	444	446	459	463
	Preparações de produtos hortícolas...	159	216	237	264	280	285	273	284	299
	Preparações alimentícias diversas	166	301	325	346	351	356	322	326	329
	Bebidas, líquidos alcoólicos e vinagres	384	368	419	403	410	407	380	416	403
	Resíduos e desperdícios das indústrias alimentares...	301	242	314	299	322	360	364	336	342
	Tabaco e seus sucedâneos manufaturados	108	99	60	83	118	212	224	220	222
	Complexo alimentar	5 228	7 551	8 269	7 632	8 182	8 932	8 725	9 063	8 874
CPA	Produtos da agricultura, da produção animal, da caça e dos serviços relacionados		2 329	2 622	2 136	2 421	2 750	2 688,3	2 775,6	2 579,6
	Produtos da pesca e da aquicultura e serviços relacionados		246	241	251	276	280	272,8	280,9	310,0
	Produtos alimentares		4 698	5 089	4 874	5 123	5 570	5 407,8	5 619,9	5 580,7
	Bebidas		346	404	398	400	405	378,8	412,5	396,3
	Produtos da indústria do tabaco		71	43	62	99	120	110,2	115,4	131,9
	Complexo alimentar		7 690	8 398	7 720	8 319	9 125	8 857,9	9 204,3	8 998,3

Fonte: GPP, a partir de Contas Nacionais e Estatísticas do Comércio Internacional, INE
Última atualização: setembro de 2015

Quadro 11 – Exportações alimentares por nomenclatura estatística (milhões de euros)

		2000	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014 ^P
Contas nacionais (bens e serviços)										
CPA	Produtos da agricultura, da produção animal, da caça e dos serviços relacionados	207	471	570	604	670	680	753	744	873
	Produtos da pesca e da aquicultura e serviços relacionados	86	119	163	151	168	191	182	162	180
	Produtos alimentares, das bebidas e Produtos da indústria do tabaco	1 761	3 207	3 611	3 346	3 620	4 077	4 303	4 744	5 010
	Complexo alimentar	2 054	3 797	4 345	4 101	4 457	4 948	5 238	5 650	6 063
Estatísticas do comércio internacional (bens)										
NC	Animais vivos	16	53	70	78	73	70	90	95	92
	Carnes e miudezas, comestíveis	21	56	113	95	105	125	153	175	213
	Peixes e crustáceos, moluscos e outros invertebrados aquáticos	244	396	474	389	544	623	586	585	675
	Leite e laticínios...	170	248	297	258	299	302	335	327	347
	Outros produtos de origem animal...	24	32	37	44	53	58	65	78	69
	Plantas vivas e produtos de floricultura	16	60	49	54	58	61	55	51	52
	Produtos hortícolas, plantas, raízes e tubérculos, comestíveis	69	157	189	189	167	171	197	219	213
	Frutas; cascas de citrinos e de melões	83	163	208	209	270	285	325	341	438
	Café, chá, mate e especiarias	28	32	36	46	49	59	66	68	79
	Cereais	19	46	40	43	34	42	32	28	69
	Produtos da indústria de moagem; malte; amidos e féculas; inulina; glúten de trigo	6	19	21	21	22	30	33	33	44
	Sementes e frutos oleaginosos...	20	29	36	35	58	61	55	46	62
	Gomas, resinas e outros sucos e extratos vegetais	11	17	20	13	10	7	10	7	7
	Matérias para entrançar...	1	1	2	1	3	3	1	1	1
	Gorduras e óleos animais ou vegetais...	122	230	333	247	295	416	440	536	525
	Preparações de carne, de peixes...	104	186	207	199	205	252	279	324	316
	Açúcares e produtos de confeitaria	46	136	153	180	152	178	141	181	114
	Cacau e suas preparações	2	10	11	12	11	18	18	19	21
	Preparações à base de cereais...	63	157	184	180	199	230	255	293	298
	Preparações de produtos hortícolas...	132	222	254	277	286	320	344	388	400
	Preparações alimentícias diversas	68	107	117	124	117	118	139	139	152
	Bebidas, líquidos alcoólicos e vinagres	615	872	890	856	917	1 032	1 106	1 097	1 158
	Resíduos e desperdícios das indústrias alimentares...	34	72	109	55	70	58	66	94	90
	Tabaco e seus sucedâneos manufacturados	55	361	361	391	373	387	412	460	564
	Complexo alimentar	1 969	3 662	4 209	3 998	4 369	4 907	5 202	5 587	5 999
CPA	Produtos da agricultura, da produção animal, da caça e dos serviços relacionados		440	560	621	678	697	784,2	818,5	960,0
	Produtos da pesca e da aquicultura e serviços relacionados		127	154	134	167	190	180,0	159,3	172,7
	Produtos alimentares		1 867	2 281	2 059	2 304	2 663	2 808,0	3 156,5	3 235,9
	Bebidas		872	889	856	913	1 028	1 107,2	1 093,0	1 162,6
	Produtos da indústria do tabaco		348	322	322	311	325	331,4	371,7	482,2
	Complexo alimentar		3 654	4 206	3 991	4 373	4 902	5 210,8	5 599,0	6 013,5

Fonte: GPP, a partir de Contas Nacionais e Estatísticas do Comércio Internacional, INE
 Última atualização: setembro de 2015

- **Diferente tratamento da informação:** A metodologia de cálculo associada ao comércio internacional das contas nacionais e das estatísticas do comércio internacional não é igual. “O Sistema Europeu de Contas (SEC 2010) estabelece a “mudança de propriedade” como critério para registrar, ou não, como exportação e importação, os fluxos internacionais de bens destinados a, ou na sequência de, trabalhos de transformação dos bens. Contrariamente, no Comércio

Internacional este tipo de bens que entram ou saem do território económico são registados na sua totalidade”.

- **Diferente agregação de produtos:** A análise da agregação de produtos isolados, pela NC, ou de produtos previamente agregados, pelo CPA também pode conduzir a valores distintos, pela dificuldade em estabelecer uma correlação direta entre estas nomenclaturas.

Distribuição de valor ao longo da cadeia alimentar

Gabinete de Planeamento, Políticas e Administração Geral (GPP)

1. Introdução

Entre meados de 2007 e meados 2008 verificou-se um aumento acentuado do preço das matérias-primas agrícolas motivado, nomeadamente, pelo aumento da procura mundial de alimentos e aumento do preço do petróleo. Em 2009 verificou-se uma diminuição do preço das matérias-primas agrícolas devido, designadamente, às melhores condições meteorológicas, à redução do preço da energia, ao levantamento de algumas restrições à exportação e ao abrandamento das limitações ligadas à PAC (e.g. suspensão da retirada obrigatória de terras aráveis e o aumento das quotas leiteiras a partir de 2008).

O aumento dos preços propagou-se a todas as fases da cadeia de abastecimento alimentar. Mas na fase de diminuição dos preços, com origem nos bens agrícolas, a difusão pela indústria e pela distribuição dá-se de uma forma mais lenta. Este contraste ilustra bem as diferenças na capacidade influenciar a formação dos preços entre os vários segmentos da cadeia alimentar.

Esta assimetria que se traduz em diferentes posições de partida de capacidade negocial, resulta sobretudo da maior dispersão de agentes económicos a montante por contraponto com a concentra-

ção que se verifica a jusante, levando a que muitos produtores agrícolas vejam a viabilidade económica das suas explorações posta em causa sem que os consumidores beneficiem completamente das descidas de preços.

A situação tem gerado crescente atenção na UE e nos seus Estados-Membros, incluindo Portugal. É de destacar um vasto conjunto de iniciativas relacionadas com a cadeia alimentar, desde logo da OCDE, da União Europeia (desde a Comunicação da Comissão Europeia, de Outubro de 2009, intitulada “Melhor Funcionamento da Cadeia de Abastecimento Alimentar na Europa”) e em Portugal com o Relatório Final sobre Relações Comerciais entre a Distribuição Alimentar e os seus Fornecedores da Autoridade da Concorrência (outubro de 2010).

Em Novembro de 2011, foi criada em Portugal a Plataforma de Acompanhamento das Relações na Cadeia Agroalimentar (PARCA), com representantes dos Ministérios da Agricultura e da Economia e das associações da produção agrícola, indústria e distribuição alimentares, com a missão de promover a análise das relações entre os sectores de produção, transformação e distribuição de produtos agrícolas, com vista ao fomento da equidade e do equilíbrio na cadeia alimentar.

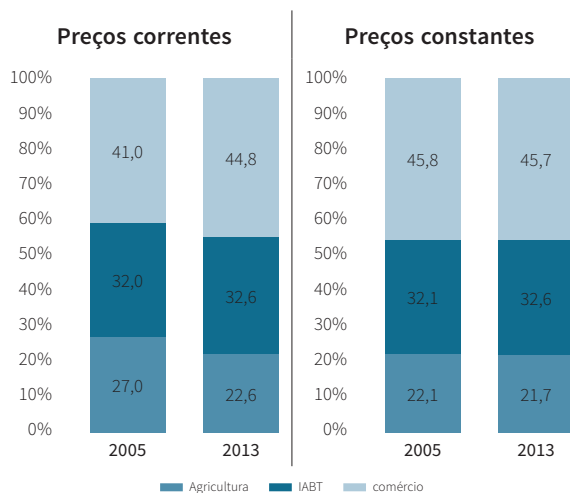
Mais recentemente, face à situação específica que atravessam os mercados do leite e dos suínos, foi criado o Gabinete de Crise dos setores do leite e da carne de suínos, com a missão de acompanhar a evolução dos mercados, promover uma maior articulação e cooperação entre os vários operadores da cadeia alimentar (produção, indústria e distribuição) e propor medidas tendentes à mitigação dos impactos negativos nos setores em causa.

2. Constatções

No artigo publicado na CULTIVAR nº 1, “Índices de Preços na Cadeia de Abastecimento Alimentar”, constatou-se, nomeadamente, que:

- Os preços agrícolas apresentam uma maior volatilidade que os preços na indústria e no consumidor.
- Após um período de crescimento dos preços em toda a cadeia de abastecimento alimentar em 2010-13, seguiu-se um decréscimo dos preços em 2014, particularmente acentuado no produtor (-6,9%) seguido da indústria (-2,5%) e do consumidor (-1,4%).

Gráfico 1 – Repartição do valor ao longo da cadeia em 2005 e 2013 – VABpb preços correntes e preços constantes



Fonte: GPP, a partir de Contas Nacionais (Base 2011), INE.

- A produção agrícola não conseguiu fazer repercutir nos preços de venda o grande aumento dos custos de produção, o que teve um impacto fortemente negativo sobre as margens dos agricultores.

Esta evolução traduz-se numa repartição do valor na cadeia alimentar que se vai deslocando para jusante, por via do efeito dos preços, sem que isso corresponda a um menor crescimento real do valor acrescentado da produção agrícola face aos outros segmentos.

Gráfico 2 – VABpb, índice de preços implícitos, na agricultura, IABT e comércio a retalho e Economia (2000=100)

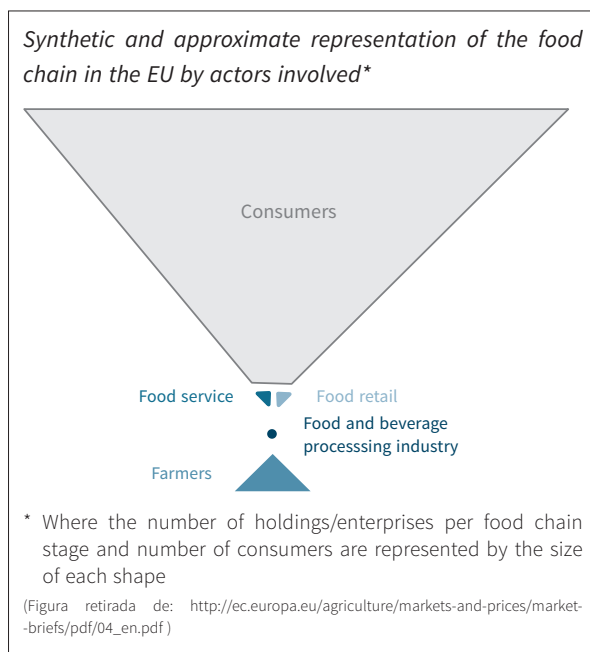


Fonte: GPP, a partir de Contas Nacionais (Base 2011), INE.

3. Desenvolvimento

A primeira década do século XXI assistiu a um conjunto de importantes transformações estruturais na maior parte dos Estados-Membros da União Europeia que tiveram repercussões significativas na forma como os agentes económicos se relacionam ao longo da cadeia alimentar – desde a produção agrícola de base até ao consumidor –, que influenciaram as relações de equilíbrio de poder negocial. A grande volatilidade nos preços das mercadorias agrícolas, a par dos movimentos de concentração no retalho alimentar trouxeram à evidência a imperfeição dessas relações. O resultado é um notório desequilíbrio nas relações de forças entre os elos a montante e a jusante da cadeia agroalimentar.

Em 2008 a Comissão Europeia cria *O Grupo de Alto Nível sobre a Capacidade Concorrencial da Indústria Agroalimentar*, que identificou as principais questões na base do atraso do sector em termos de competitividade em relação a outros blocos económicos, propôs um conjunto de recomendações, algumas das quais se basearam no reconhecimento de falta de transparência nos mecanismos de formação dos preços e os desequilíbrios entre os agentes como preocupações fundamentais para a cadeia de abastecimento alimentar.



Mas é a partir de 2009, com a Comunicação *Melhor funcionamento da cadeia de abastecimento alimentar na Europa*, que em definitivo a Comissão Europeia introduz na agenda política da União o tema das relações e distribuição de valor na cadeia alimentar, quando conclui que “a falta de transparência do mercado, as desigualdades em termos de poder de negociação e as práticas anti concorrenciais levaram a distorções do mercado com efeitos negativos sobre a competitividade da cadeia de abastecimento alimentar no seu todo, sendo fundamental exercer uma vigilância constante para identificar e eliminar as distorções do mercado que têm contribuído para as assimetrias observa-

das na transmissão de preços ao longo da cadeia alimentar”.

Nesta mesma linha, a OCDE passou a incluir no seu programa de trabalhos de 2010-2011, a análise mais aprofundada das relações na cadeia alimentar, tendo instituído plataforma para o diálogo, o *OECD Food Chain Analysis Network*, lançado em novembro de 2010, composto por representantes das administrações públicas, associações empresariais, ONG e peritos da academia.

Em 2010 é criado o Fórum de Alto Nível sobre a Melhoria do Funcionamento da Cadeia de Abastecimento Alimentar, cuja missão passava por apoiar a Comissão na implementação das recomendações da sua comunicação de 2009 e nas recomendações do *Grupo de Alto Nível sobre a Capacidade Concorrencial da Indústria Agroalimentar*.

O Fórum, cujo mandato foi renovado em 2013 e em 2015, permitiu entre outros, a criação da plataforma de peritos sobre as relações entre empresas, que elaborou uma lista, uma descrição e uma avaliação das práticas comerciais que podem ser consideradas manifestamente desleais. Possibilitou também a criação da Iniciativa Cadeia de Abastecimento, que resultou na adoção de um conjunto de princípios de boas práticas nas relações entre empresas da cadeia de abastecimento alimentar e num quadro voluntário para a aplicação desses princípios.

Em Portugal e em simultâneo a Autoridade da Concorrência (AdC) publicava em 2010 o *Relatório Final sobre Relações Comerciais entre a Distribuição Alimentar e os seus Fornecedores*, no qual foram identificadas quatro áreas onde “o desequilíbrio negocial entre distribuidores e fornecedores se parece manifestar de forma mais acentuada”, como a imposição unilateral de condições (i.e., negociação de contrato-tipo), descontos e outras contrapartidas, penalizações e prazos de pagamento.

A AdC recomendava a promoção de uma maior cultura de concorrência que permitisse aprofundar a autorregulação para a melhoria das relações contratuais e comerciais entre produtores e distribuidores, a análise da oportunidade de regulamentar práticas comerciais problemáticas que não se afigurassem suscetíveis de resolução através da autorregulação e, por fim, o reforço da recolha, tratamento e difusão de informação estatística sobre preços ao longo da cadeia de abastecimento alimentar.

É este contexto, onde escasseavam soluções no quadro comunitário para responder aos problemas identificados, que levou à necessidade de atuar a nível nacional, tendo para esse efeito em 2011 sido criada a PARCA – Plataforma de Acompanhamento das Relações na Cadeia Alimentar, através de despacho conjunto dos Ministros da Agricultura e da Economia, com a missão de promover a análise das relações entre os sectores de produção, transformação e distribuição de produtos agrícolas, com vista ao fomento da equidade e do equilíbrio na cadeia alimentar.

A distribuição de valor ao longo da cadeia alimentar e as relações de poder entre os diferentes elos é matéria que vai continuar a merecer atenção técnica e política. A recente comunicação¹ de janeiro de 2016 da Comissão Europeia sobre as *práticas comerciais desleais nas relações entre empresas da cadeia de abastecimento alimentar* sinaliza os progressos das iniciativas voluntárias, quer ao nível da UE (Iniciativa Cadeia de Abastecimento), quer a nível nacional, bem como o contributo que a revisão dos diferentes quadros normativos nacionais tiveram nesse sentido. A Comissão constata espaço para melhorias, na expectativa que o Fórum de Alto Nível sobre a Melhoria do Funcionamento da Cadeia de Abastecimento Alimentar possa promover o reforço do diálogo para garantir a promoção de boas práticas, a criação de plataformas nacionais e, em especial, o reforço da Iniciativa Cadeia de Abastecimento, deixando para uma análise antes do final do seu mandato (2014-2019), a reavaliação dos progressos e da eventual necessidade de outro nível de atuação.

¹ COM(2016) 32, de 29.1.2016

As Indústrias Alimentares e das Bebidas

FIPA – Federação das Indústrias Portuguesas Agroalimentares

Síntese

A indústria alimentar e das bebidas (IAB) é a indústria transformadora que mais contribui para a economia nacional, tanto em volume de negócios como em Valor Acrescentado Bruto (VAB). É ainda a que mais emprega em Portugal, tendo sido responsável por mais de 104 000 postos de trabalho em 2014.

Tem contribuído para o equilíbrio da balança comercial, registando atualmente uma taxa de crescimento das exportações superior à das importações. Desde 2010 que tem mantido uma performance acima da média da economia nacional.

Apesar da crise, e em contraciclo com a indústria transformadora nacional, a indústria alimentar e das bebidas nacional cresceu, entre 2013 e 2014, em termos de número de empresas e Valor Acrescentado Bruto.

O número de empresas aumentou 1,5% em 2014 e o VAB aumentou 1,31%.

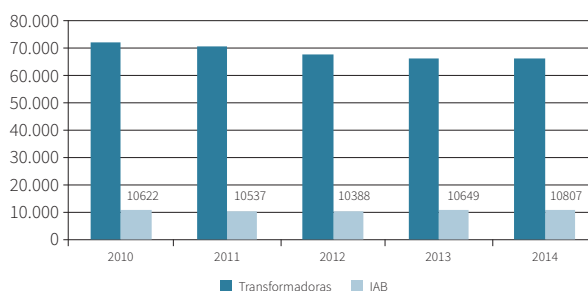
Em relação à competitividade externa, as exportações da indústria alimentar e das bebidas em 2015 aumentaram 0,96% quando comparado com 2014,

atingindo 4 440 milhões de euros (8,91% do total de exportações de bens de Portugal).

Empresas

No final de 2014, a indústria alimentar e das bebidas contava com 10 807 empresas ativas, o que representa 16% do total da indústria transformadora em Portugal. Comparativamente, o número de empresas da indústria transformadora diminuiu 0,18%, em relação a 2013, e a indústria alimentar e das bebidas aumentou 1,48%.

Gráfico 1 – Nº de empresas indústria transformadora e IAB (2010 – 2014)

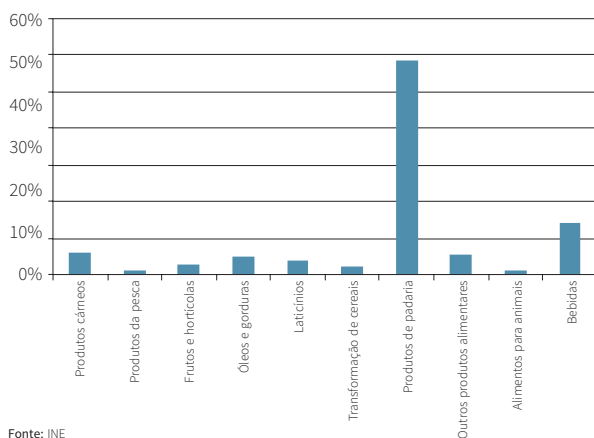


Fonte: INE

No que diz respeito ao número de empresas por setor, o que tem maior peso é o da “fabricação de produtos de padaria e outros produtos à base de farinha”, contando com 58% do total, e em segundo lugar encontra-se a “indústria das bebidas” com

14%. De notar que, no primeiro grupo, o INE inclui padarias, que na sua maioria são pequenas e micro empresas.

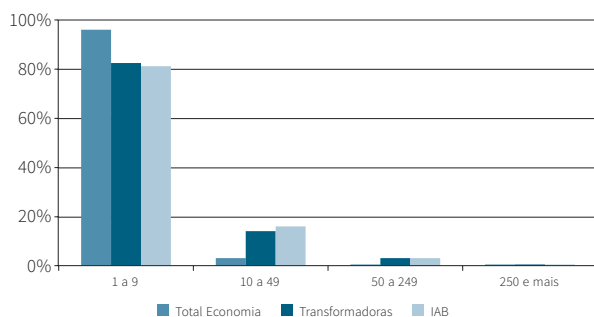
Gráfico 2 – Nº de empresas por setor (2010 – 2014)



Fonte: INE

As microempresas (1 a 9 trabalhadores) no setor de alimentos e bebidas representam 81,1% do total do setor, o que adicionado às empresas que têm entre 10 a 49 trabalhadores representa 96,9% do total, estando em linha com o total da indústria (96,6%) e da economia (99,5%). O peso das médias empresas (50 a 249 empregados) na indústria de alimentos e bebidas é semelhante ao da indústria de transformação, 2,8% e 3,0%, respetivamente. As grandes empresas não excedem 0,3% do total das empresas ativas na indústria de alimentos e bebidas, na economia total representam 0,1% e na indústria transformadora 0,4%.

Gráfico 3 – Nº de empresas por escalão de pessoal ao serviço (2010 – 2014)

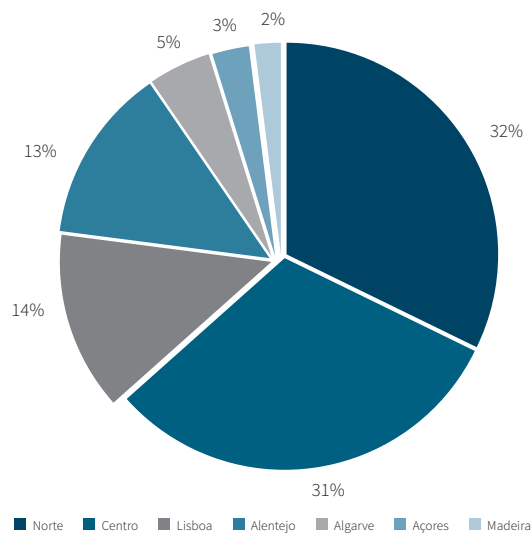


Fonte: INE

Em relação à dispersão das empresas da indústria alimentar e das bebidas e tendo em conta a classificação NUTS 2 (Nomenclatura das Unidades Terri-

toriais para Fins Estatísticos – constituído por sete unidades, das quais cinco no continente e os territórios das Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira), a maioria situa-se no Norte e Centro do país (63,4%), seguida de Lisboa e Alentejo, 13,6% e 13,4% respetivamente.

Gráfico 4 – Nº de empresas por NUTS 2 (2010-2014)

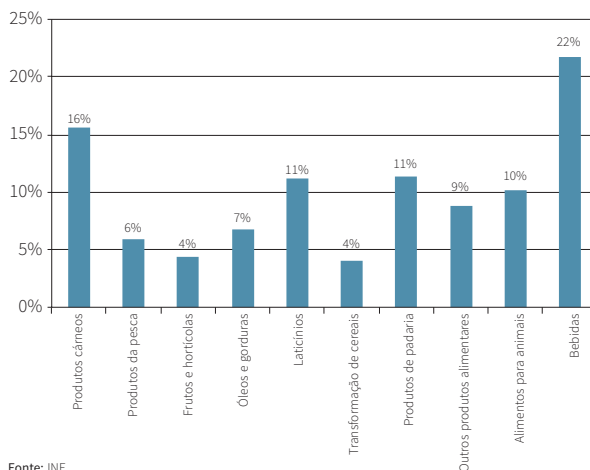


Fonte: INE

Produção e Valor Acrescentado

A produção das empresas da indústria alimentar e das bebidas em 2014 diminuiu 1,72% quando comparado com 2013, enquanto a indústria transformadora aumentou 0,84%. No que diz respeito aos setores, o que apresenta um maior valor é o da

Gráfico 5 – Produção por setor (2014)

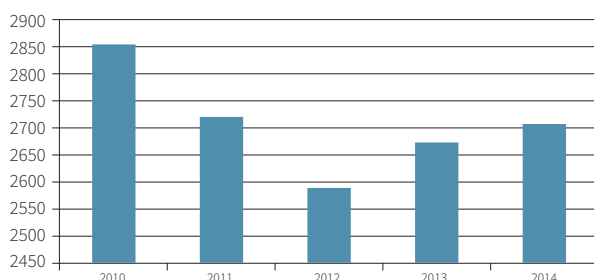


Fonte: INE

“indústria das bebidas”, representando 22% do total da produção da indústria alimentar e das bebidas.

Em termos de Valor Acrescentado Bruto, a indústria alimentar e das bebidas aumentou 1,31% em 2014, para um valor de 2 708 milhões de euros.

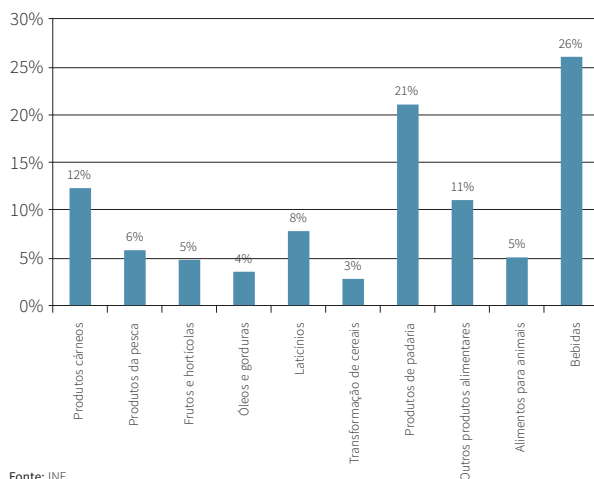
Gráfico 6 – VAB (2010-2014)



Fonte: INE

No que diz respeito aos subsectores, o que representa um maior peso no VAB é o da “indústria das bebidas” (26%), seguido pela “fabricação de produtos de padaria e outros produtos à base de farinha” (21%).

Gráfico 7 – VAB por setor (2014)



Fonte: INE

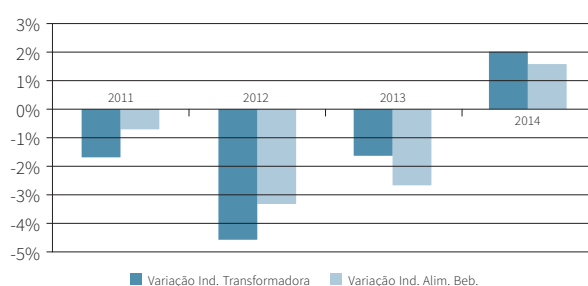
Mercado de trabalho

O setor de alimentos e bebidas emprega atualmente cerca de 104.000 pessoas.

No período compreendido entre 2010 e 2014, houve três anos em que o emprego teve um crescimento negativo (2011, 2012 e 2013), embora com melhor

desempenho que o total da indústria transformadora.

Gráfico 8 – Variação nº de trabalhadores (2010-2014)

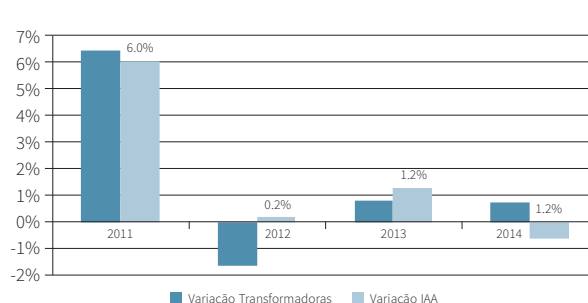


Fonte: INE

Volume de Negócios

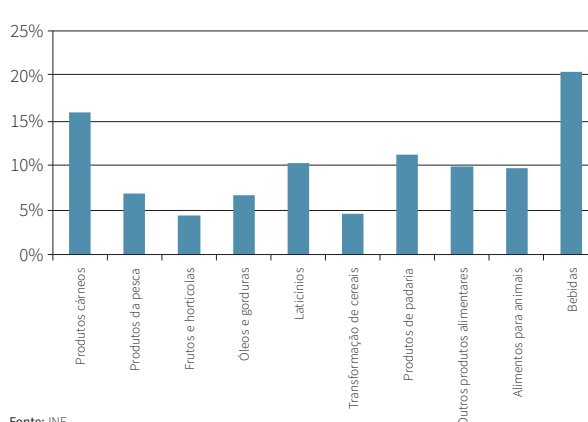
O volume de negócios da indústria alimentar e das bebidas tem mantido um crescimento pouco acentuado, à exceção de 2014, ano em que houve uma diminuição para os 14 868 milhões de euros. No que diz respeito à indústria transformadora, esta teve um decréscimo em 2012, mas desde aí que tem vindo a crescer.

Gráfico 9 – Variação volume de negócios (2010-2014)



Fonte: INE

Gráfico 10 – Volume de negócios por setor (2014)



Fonte: INE

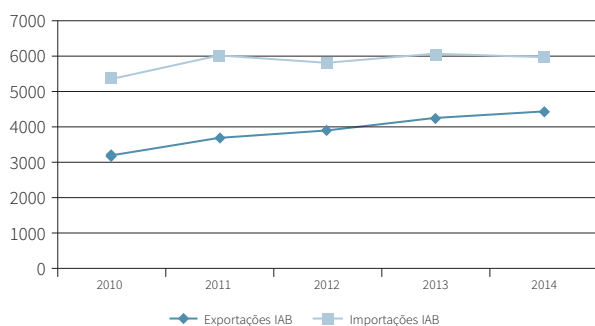
De entre os setores da indústria alimentar e das bebidas, aquele que representa um maior volume de negócios é a “indústria das bebidas” (20%), seguido do “abate de animais, preparação e conservação de carne e de produtos à base de carne” (16%).

Comércio externo

As exportações da indústria alimentar e das bebidas (IAB) ascenderam aos 4 440 milhões de euros em 2015, 0,96% a mais que em 2014, representando 8,91% das exportações totais de bens no país.

Enquanto isso, as importações por parte do setor (6 158 milhões de euros) estão 3,04% acima do verificado em 2014.

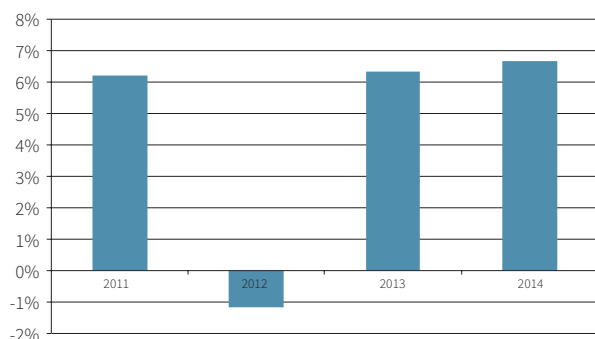
Gráfico 11 – Variação de Exportações e Importações (2010-2014)



Fonte: INE

Ao longo dos últimos anos tem vindo a ser consolidada a internacionalização da indústria alimentar e das bebidas. Desde 2010, o número de empresas exportadoras cresceu a uma taxa anual de 6%,

Gráfico 12 – Variação do nº de empresas exportadoras

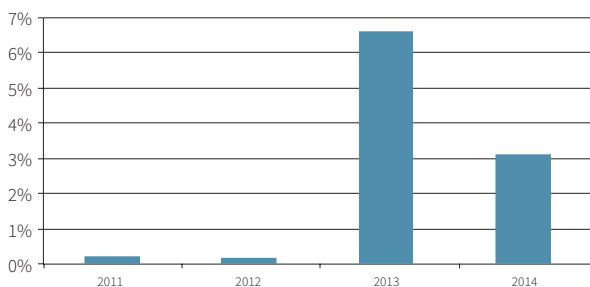


Fonte: INE

à exceção de 2012, acumulando um aumento de 19,1% em 2014, o ano em que o setor teve 1 555 empresas exportadoras, mais 6,65% que em 2013.

No que diz respeito às empresas importadoras, estas tiveram um aumento em 2013 e 2014, sendo que nos anos anteriores o seu aumento foi inferior a 1%. O número de empresas importadoras em 2014 era de 2 382.

Gráfico 13 – Variação do nº de empresas importadoras



Fonte: INE

No que diz respeito aos principais produtos exportados, encontram-se Bebidas, Peixes e crustáceos e Gorduras e óleos animais ou vegetais, representando 54% do valor total em 2015. Em relação aos mais importados temos Peixes e crustáceos, Produtos cárneos e Cereais, representando 53% do total em 2015.

Entre os principais destinos das exportações encontram-se Espanha, Angola, França e Reino Unido, representando no seu conjunto 60,1%. Os principais fornecedores são Espanha, França, Holanda e Alemanha, representando no seu conjunto 65%.

Em 2015, 1,4% das exportações da indústria de alimentos e bebidas da UE-28 corresponderam a Portugal.

Organização da Produção

Gabinete de Planeamento, Políticas e Administração Geral (GPP)

1. Introdução

Nas relações na cadeia alimentar entre produção, indústria e distribuição até ao consumidor, a atomização da produção tem constituído um desafio permanente de melhoria, não só por razões de escala económica, mas também por necessidade de uma crescente resposta melhor adaptada às necessidades do consumidor.

O setor da produção agrícola tem vindo a interiorizar a importância dos seus atores estarem cada vez mais e melhor organizados, num conjunto de objetivos comuns, de entre os quais se destaca a concentração da produção.

A reforma da PAC de 2013 veio dar novo fôlego à importância da organização da produção e da sua orientação para o mercado. Nesse sentido, o regulamento base da organização comum dos mercados agrícolas, contempla um conjunto de disposições que vêm harmonizar o processo de reconhecimento de organizações de produtores (OP) no espaço europeu. Concomitantemente tanto o legislador europeu, como o nacional consideraram instrumentos de política de desenvolvimento rural dirigidos ao incentivo a essa mesma organização da produção.

Em Portugal a organização dos produtores em OP reconhecidas, tem nos últimos anos conhecido um crescimento gradual, quer no número de entidades reconhecidas, quer no seu contributo para o valor da produção nacional. Permanece, por um lado, o desafio para as OP já reconhecidas de maiores ganhos de escala e eficiência e, por outro, que surjam novas OP, em particular nos setores e regiões onde ainda escasseiam.

2. Enquadramento legal

A Portaria n.º 169/2015, de 4 de junho, alterada pela Portaria n.º 25/2016, de 12 de fevereiro, veio estabelecer as regras nacionais complementares de reconhecimento de OP e respetivas associações, previstas no regulamento base da organização comum dos mercados agrícolas decorrente da Reforma da PAC de 2013.

Através deste diploma nacional, que transpõe e adapta a nível nacional o Regulamento UE n.º 1308/2013, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 17 de dezembro, foram revistos e integrados os regimes que anteriormente vigoravam, e adequaram-se à prossecução do objetivo principal de concentração da oferta e do reforço da posição dos produtores na cadeia de valor, determinados parâ-

metros para obtenção e manutenção do reconhecimento.

Num único diploma foram harmonizadas as regras de reconhecimento para todos os setores abrangidos pela PAC (inclusive o das frutas e produtos hortícolas) e incluídos também certos produtos das florestas, importando destacar os seguintes aspetos:

- Revisão de critérios de reconhecimento para promover aumento de dimensão média;
- Adequação dos valores mínimos de valor da produção comercializada (VPC) exigidos para o reconhecimento;
- Criação de novas figuras: “Agrupamento de Produtores” (AP) temporária, e “Organização de Comercialização de Produtos da Floresta”, (OCPF) de cariz comercial;
- Revisão de critérios adicionais de reconhecimento (ex. normas de harmonização de produção, externalização).

Todo este processo consagrou um período transitório para adaptação das OP previamente reconhecidas, bem como um conjunto de regras que visaram atender a especificidades de determinados produtos, setores, regiões e sistemas de produção, para que o reconhecimento pudesse manter características abrangente e não de exclusão, no que foi materializado através da criação de majorações do VPC e na instituição da figura de agrupamento de produtores, com menores requisitos.

3. Análise e avaliação da organização da produção (2014)

A reduzida dimensão económica continua a constituir um dos principais constrangimentos das explorações agrícolas nacionais, quer porque não lhes permite reduzir custos por efeitos de economias de escala, quer porque lhes permitir assumir ple-

namemente poder negocial, a montante ou a jusante. Muito embora se verifique uma resposta positiva aos incentivos das políticas existentes nesse domínio, o grau de organização e concentração da produção agrícola nacional é ainda baixo quando comparado com outros Estados-membros da UE.

Apresenta-se em seguida a informação comparável reportada ao último ano de dados consolidados (2014) de todas as OP oficialmente reconhecidas em Portugal, importando ter presente que o reconhecimento pode ser atribuído por setor ou produto. Na prática isso traduz-se na possibilidade de um mesmo produtor ser membro de mais do que uma OP reconhecida (desde que para produtos diferentes). Por outro lado, a mesma OP poderá estar reconhecida para mais do que um setor ou produto, pelo que o somatório do número total de OP deve, em certas condições, ser entendido como número de títulos de reconhecimento ativos e não necessariamente número total de OP.

Deve ter-se presente que sectores como o azeite, o vinho ou o leite, apesar de terem ainda reduzida expressão em termos de OP reconhecidas, têm importante implantação em cooperativas que cumprem também objetivos de concentração da oferta, a qual não é no entanto considerada para os indicadores aqui apresentados.

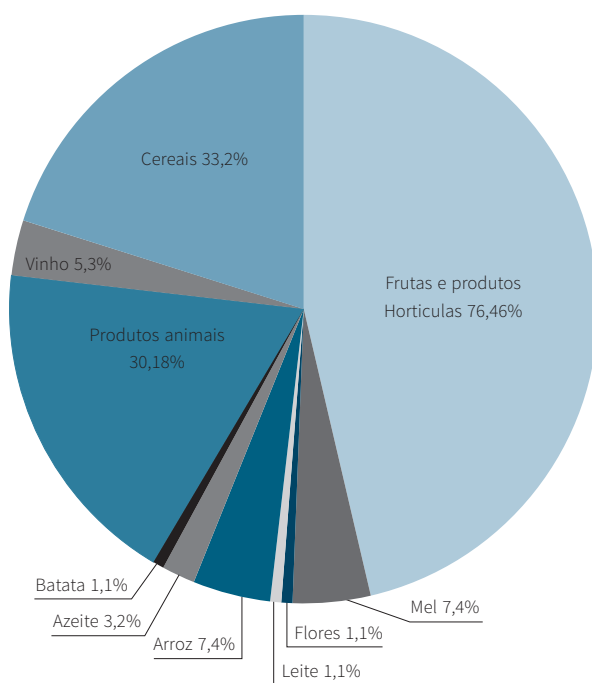
3.1. Número e distribuição das organizações de produtores reconhecidas

No final de 2014, estavam reconhecidas 129 OP. Mais de metade destas dedicava-se à comercialização de produtos hortofrutícolas, sendo de destacar também o número considerável de OP reconhecidas para o setor dos produtos animais e dos cereais (incluindo milho), sementes de oleaginosas e proteaginosas.

Das 129 OP reconhecidas, 73 pertenciam ao setor das frutas e produtos hortícolas (correspondendo a 76 títulos de reconhecimento) e 56 aos restan-

tes setores (correspondendo a 88 títulos de reconhecimento), com predominância para o milho e carne de bovino (16 títulos cada) e carne de ovino/caprino (12 títulos). Estas OP comercializaram produtos do setor/produto para o qual foram reconhecidas, encontrando-se algumas delas reconhecidas para mais que um setor. A Figura 1 fornece uma panorâmica da distribuição das OP por setor.

Figura 1 – OP reconhecidas no final de 2014; distribuição dos títulos de reconhecimento por setor



As 129 OP eram compostas por um total aproximado de 16.100 associados (dados declarativos das OP), dos quais cerca de 10.000 membros produtores com entrega de produção, numa área de cerca de 103.000 ha.

Tem termos de forma jurídica das OP, dominam as cooperativas (cerca de 50%), a que se seguem as sociedades comerciais (1/3) e depois as sociedades anónimas (10%).

3.2. Valor da produção comercializada

O VPC através de OP reconhecidas em Portugal foi em 2014 de 737 M€ (cf. Quadro 1), valor que tra-

duziu respetivamente crescimentos de 27% e 34% quando comparado com os VPC de 2013 (580 M€) e 2012 (550 M€). Em termos agregados, este VPC representa 11% do valor da produção do ramo agrícola divulgado pelo INE para o ano 2014, valor superior ao de 2013 (9%).

O Quadro 2 permite verificar a evolução de 2013 para 2014 do grau de concentração em OP por produto ou setor. Constata-se ter existido nesse período um acréscimo generalizado (26% e 157 M€ em termos globais), sendo de salientar os aumentos muito significativos em alguns setores ou produtos (arroz, carne de ovino/caprino, cereais, vinho, mel e azeite).

Estes aumentos devem contudo ser analisados com a devida prudência. No caso do setor do arroz ou dos cereais (sem inclusão do milho), oleaginosas e proteaginosas, há uma estabilização do número de OP, mas uma diminuição do valor da produção (global dos setores) em 2014. No caso do arroz essa diminuição em termos de valor da produção do setor (de 41,3 M€ para 32,1 M€) dever-se-á em parte a redução da produção provocada pela doença de piriculariose (queimadura do arroz), que afetou principalmente os arrozais da Beira Litoral, apesar de se ter registado um aumento nos preços de mercado.

Para cereais (sem inclusão do milho), oleaginosas e proteaginosas verifica-se uma diminuição do valor da produção nacional de 101,1 M€ para 80,2 M€, que se deve à combinação de preços de mercado inferiores e diminuição da área semeada. No caso do milho, apesar da diminuição da área de 4% e de uma quebra do preço médio em cerca de 20%, o reflexo no VPC das OP foi de uma ligeira diminuição.

A diminuição do valor (global) de produção de 2013 para 2014 para o setor da carne de bovino e de suíno, evidencia uma tendência semelhante, tendo a carne de bovino registado uma quebra no valor da

Quadro 1 – Organização da oferta em 2014; concentração em OP por setor

SETOR/PRODUTO	VPC 2014						
	Nº de OP ⁽¹⁾ (a)	VPC OP 2014 (M€) (b)	Δ (%) VPC/ setor OP 2013-2014 (c)	VPC médio/ OP (M€) (d = b/a)	Δ (%) VPC médio/OP 2013-2014 (e)	VPC Nacional (INE) (f)	Grau de concentração em OP (%) (g=b/f)
Arroz	7	26,2	6,07	3,7	5,7	32	82
Milho	16	76,1	-2,56	4,8	4,4	164	46
Hortofrutícolas	76	369,6	12,41	4,9	25,6	1448	26
Carne Ovino/Caprino	12	27,5	78,57	2,3	130,0	88	31
Cereais, Oleaginosas, Prot. (sem milho)	17	18,5	60,87	1,1	57,1	80	23
Carne Suíno	2	73,6	23,91	36,8	-38,1	588	13
Carne Bovino	16	45,1	10,27	2,8	16,7	457	10
Vinho	5	25,1	26,77	5	2,0	647	4
Mel	7	0,5	150	0,1	0	18	3
Azeite	3	13,7	2640	4,6	820,0	71	19
Leite ⁽²⁾	1					807	
Flores ⁽²⁾	1					454	
Batata ⁽²⁾	1					117	
Outros	–	–	–	–	–	1639	–
TOTAL	164	737,6				6609	11

Fonte: (INE): CEA (dados extraídos em janeiro de 2015, exceto mel).

⁽¹⁾ Uma OP pode estar reconhecida para vários produtos ou setores.

⁽²⁾ As OP destes setores são em número inferior a 3, pelo que ao abrigo do princípio do segredo estatístico, não é indicado o seu VPC.

produção em 2014, em virtude da queda da produção de carne em cerca de 5%. Os preços, pelo contrário, mantiveram-se elevados nas categorias mais significativas, nomeadamente no novilho R3 (principal categoria de referência).

No caso da carne de suíno a produção cresceu 4% em 2014 sendo que a queda do valor da produção do setor se deveu essencialmente à degradação acentuada das cotações de carcaça, mais expressiva a partir de meados de setembro de 2014.

O setor da carne de ovino e caprino registou uma concentração efetiva, com uma diminuição do número de OP que comercializou este produto (15 OP em 2013 e 12 OP em 2014). Merece ser reiterado que esta análise se reporta apenas às OP legalmente reconhecidas, pelo que o grau de organização da produção diz respeito àquela que é comercializada por OP.

Quadro 2 – Evolução do grau de concentração da produção nacional (em valor) em OP (2013-2014)

SETOR/PRODUTO	GRAU DE CONCENTRAÇÃO EM OP			
	2013	2014	Δ Grau de concentração (%) (2013/2014)	Δ Grau de concentração (M€) (2013/2014)
Arroz	60%	82%	36%	1,5
Milho	47%	46%	-2%	-2,0
Hortofrutícolas	24%	26%	7%	40,8
Carne Ovino/ Caprino	16%	31%	91%	12,1
Cereais, Oleaginosas, Prot. (sem milho)	11%	23%	102%	7,0
Carne Suíno	9%	13%	32%	14,2
Carne Bovino	9%	10%	13%	4,2
Vinho	3%	4%	41%	5,3
Mel	1%	3%	178%	0,3
Azeite	1%	19%	2790%	13,2
Leite	0%	7%	–	–
TOTAL	9%	11%	26%	157

Os recentes reconhecimentos atribuídos a OP dos setores da carne de suíno, de leite e do azeite, permitiram que estes importantes setores da agricultura nacional comecem a evidenciar uma maior concentração de oferta em OP (Quadro 2).

DESTAQUE: O setor hortofrutícola em OP

Em termos genéricos, durante o período 2004–2014, as OP reconhecidas do setor hortofrutícola registaram um crescimento de VPC em mais de 200%. São de salientar os aumentos de VPC de morangos, hortícolas ou kiwi (superiores a 500%). Por outro lado, novos setores como os pequenos frutos tornaram-se relevantes, com 13% do VPC das OP do setor hortofrutícola em 2014. Verifica-se assim um aumento muito significativo no valor de produção, acompanhado com uma alteração estrutural no tipo de produção comercializada.

Evolução do VPC das OP reconhecidas para frutas e produtos hortícolas (período 2004-2014)

Frutas e produtos hortícolas	Valor de VPC (M €)		
	2004	2014	Δ (2013-2014)
Produtos Hortícolas (s/ tomate)	5,7	45,2	693%
Tomate*	51,2	107,8	110%
Citrinos	9,27	23,36	152%
Maça	13,7	28,5	108%
Pera	18,3	69,9	283%
Kiwi	1,7	10,8	525%
Melancia/Melão/Meloa	1,4	7,1	405%
Morango	0,4	6,0	1470%
Pequenos Frutos	–	48,9	–
Frutos Secos	–	5,2	–
Outras F&H	6,1	16,1	164%
Total	107,8	369	242%

* Inclui tomate para indústria.

Em 2004 quase 50% do VPC do setor hortofrutícola estava concentrado no tomate (incluindo tomate para indústria). O crescimento do VPC entre os vários produtos não foi de todo uniforme, registando-se disparidades acentuadas, com consequências na relevância dos produtos no conjunto da produção nacional comercializada pelas OP. Em 2014, o tomate continua a ser a produção mais importante (28,5%), tendo contudo perdido relevância face ao crescimento acentuado da comercialização de outros produtos hortícolas e do aparecimento de produtos como os pequenos frutos.

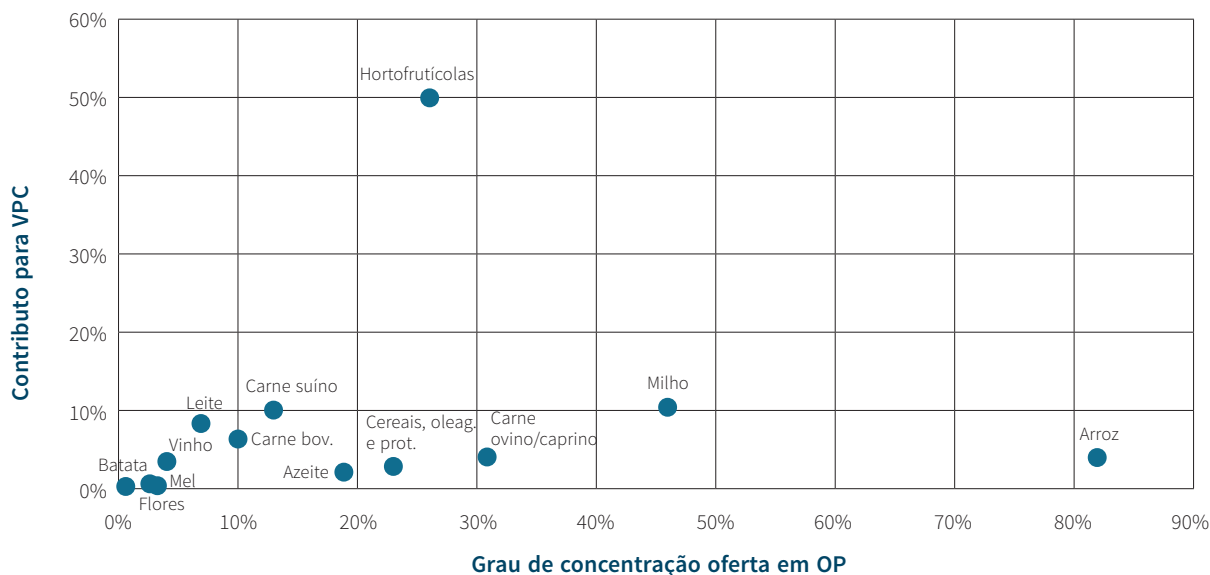
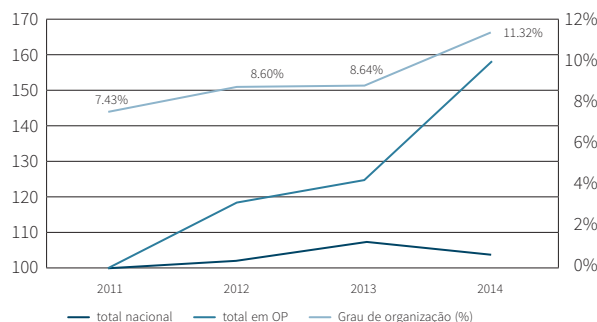
4. Conclusões

O panorama nacional de OP reconhecidas é diversificado. A predominância do setor hortofrutícola, que representava em 2014 cerca de 50% do VPC total das OP reconhecidas, não pode ser dissociada do regime específico consolidado de há anos de apoios através do financiamento de programas operacionais às OP deste setor. No entanto, há setores onde o grau de organização em OP é bastante superior, como o arroz ou o milho o que não deixa de estar relacionado com o facto de no passado terem existido ajudas específicas à comercialização nestes setores.

Tida em conta a relevância dos vários setores na produção nacional, facilmente se concluirá acerca do potencial de crescimento para o reconhecimento de organizações dedicadas à comercialização de diversas produções. Se há setores como o arroz, milho, carne de ovino e caprino em que o VPC das OP reconhecidas é já considerável face ao VPC global, noutros setores, existe ainda margem evidente de crescimento.

A figura 2 resume esse panorama. Há uma ampla margem de progressão em diversos setores para o aumento do grau de concentração em OP, o que se deverá vir a consolidar no futuro próximo em resultado dos incentivos disponíveis nos programas de desenvolvimento rural em Portugal. Por outro lado, a pressão de mercado ao nível das relações na cadeia alimentar entre produção, indústria e distribuição tende a uma maior profissionalização das estruturas e a movimentos de concentração horizontal (organizações produtores) e vertical (organizações interprofissionais).

Uma comparação entre o sub-universo OP e a produção total do ramo agrícola em Portugal permite concluir, em termos evolutivos, que o crescimento do valor de produção tem vindo a ser superior no sub-universo OP do que no total das economia agrícola, o que se acentuou em 2014, o que indicia um interesse crescente por estas estruturas.

Figura 2 – Grau de organização das OP reconhecidas e contributo para o VPC das OP em Portugal (2014)**Figura 3 – Concentração da oferta e índice de crescimento das OP vs produção nacional (base 2011 = 100)**

Fonte: INE-CEA 2015 para valores do total da produção agrícola nacional. Dados GPP para as OP

Por último, haverá que refletir que se escasseassem motivos para os agricultores livremente se associarem em OP, a realidade, não só de mercado, mas também de políticas ao nível da UE, hoje confere as estas formas de organização um estatuto de ator privilegiado. Mais do que o acesso de novos produ-

tores ao mercado e o acesso a determinadas majorações no âmbito dos instrumentos de política do desenvolvimento rural mais comuns como as medidas de carácter agroambiental ou o apoio ao investimento, a verdade é que o acesso à inovação, a sistemas de seguros, a fundos mutualistas e até na gestão de crises agrícolas, as OP podem ser hoje um polo agregador e dinamizador da economia à escala local, regional e também nacional.

A atual realidade no mercado interno europeu e no mercado mundial conduz a uma crescente importância das estruturas intermédias, como as OP, enquanto garante de sustentabilidade de produção e de abastecimento a mercados mais ou menos distantes, simultaneamente com capacidade de adaptação às tendências de consumo, e nesse contexto, parceiro indispensável na inovação, desenvolvimento.

A economia do bacalhau – cadeia de valor, mercados e dependência¹

FERNANDO CHAGAS DUARTE*

Direção-Geral de Recursos Marítimos (DGRM) / Geógrafo

1. Enquadramento alimentar, geográfico e histórico

O bacalhau é uma espécie íctia magra, com baixos teores de gordura na carne, armazenando-a no fígado – a partir do qual se prepara o célebre, e amargo, óleo de fígado de bacalhau. Esta característica torna o bacalhau muito apto para a salga uma vez que, ao não oxidar as gorduras, não rancifica, tal como acontece com outros peixes gordos salgados tais como a sardinha ou o carapau (com a correspondente coloração amarelada que, entretanto, os tornam menos valorizáveis, no sentido comercial).

O bacalhau fresco, sendo um peixe magro, apresenta teores médios de gordura inferiores a 1%, com valores proteicos consideráveis, entre 17 e 19%, e inexistência de quaisquer hidratos de carbono. As componentes de água e de outras substâncias minerais situam-se em cerca de 80% e 1,4%, respetivamente.

Uma vez salgado e seco nos moldes tradicionais (21 dias de salga, conteúdo em cloreto de sódio superior a 16% e humidade abaixo dos 45%), o bacalhau é caracterizado por um sabor e textura particulares e por uma capacidade de conservação elevada.

Quadro 1 – Valor Proteico comparativo

Tipos de Pescado	Humidade %	Proteínas %	Vitamina B1 mg %	Vitamina B2 mg %	Vitamina C mg %
Bacalhau fresco	80 a 82	16 a 18	0,08	0,16	2
Bacalhau Salgado Seco	42,6	34,71	0,06	0,17	0
Carapau	75,9	20,5	0,09	0,15	0,8

Fonte: Vários, citado por Mário Moutinho, 1985

* Doutorado em Geografia e Planeamento Regional – Economia e Sociedade pela Universidade Nova de Lisboa

¹ A análise que se segue, incluindo gráficos e tabelas, baseia-se em trabalho académico do Autor, com levantamentos estatísticos e de campo baseados em 2008, mas mantendo-se no essencial atualizada e correta. Foram corrigidos a 2014, quando possível, os dados apresentados, bem como os relativos à Balança Comercial.

O elevado valor proteico do bacalhau salgado seco resulta de este ter perdido uma grande parte da sua água de constituição, pelo que pode apresentar cerca de 34% de proteínas, quando a percentagem de humidade dos tecidos for reduzida para 43%. Obtém-se assim, com a secagem, um produto rico em proteínas, um autêntico concentrado proteico de elevado interesse alimentar e económico.

Com estas propriedades, tornou-se desde tempos imemoriais num alimento com garantias acrescidas de conservação – há indícios de salga de pescado desde o Paleolítico e concretamente de bacalhau salgado desde o Neolítico (Duarte, 2009).

A salga do pescado irá surgir a par dos processos de sedentarização das comunidades ribeirinhas, que culminaram, mais tarde, em importantes fluxos comerciais de civilizações tão importantes como a egípcia, cartaginesa ou romana.

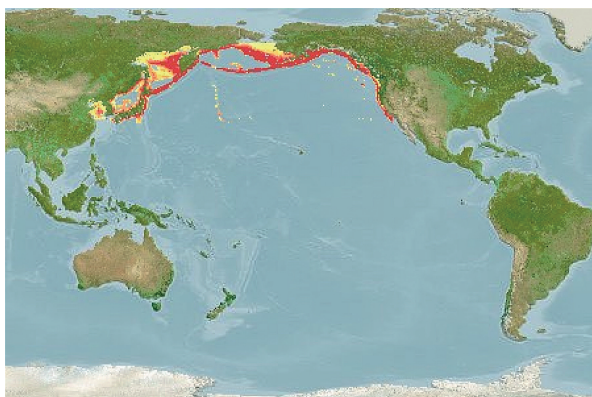
Mundialmente apreciado, dado que o seu consumo está registado na história dos povos que rodeiam a bacia do Atlântico Norte e também todo o arco de Leste a Oeste do Pacífico, o bacalhau apresenta uma história milenar. E os lusitanos, sem disporem deste recurso em abundância nas suas águas, irão aderir a esta “modernidade”.

A procura por parte do mercado português de bacalhau, sobretudo do peixe salgado seco, tem sido relativamente constante ao longo de séculos. Aspeto notável de uma economia alimentar muito particular e deficitária, que sempre se baseou na importação, uma vez que a espécie não está presente nos pesqueiros nacionais e, pior, dado que o acesso a estes sempre foi particularmente difícil por questões geo-fisiográficas, de política internacional e de economia.

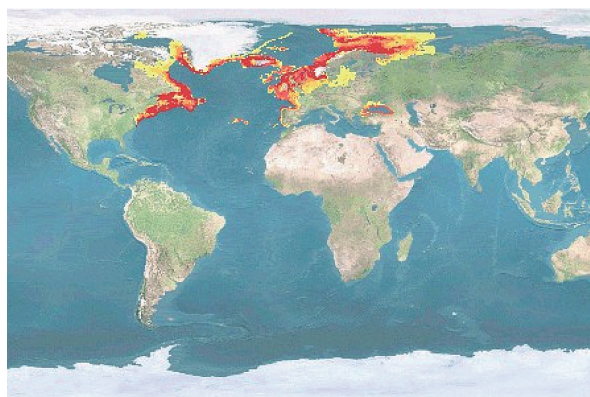
No início do século XVI a pesca de bacalhau nos bancos da Terra Nova assumirá um carácter regular, o que obrigou à utilização de técnicas de conservação que, por um lado, permitissem um longo tempo de viagem e que, por outro, suportassem as temperaturas de armazenagem a que o peixe seria sujeito quando já desembarcado.

De acordo com Varela (2001), os Portugueses foram os primeiros – desde 1506 – e os únicos àquela data, a consolidarem uma presença fixa e permanente nas terras das costas canadianas e na Terra Nova, com colónias asseguradas sobretudo por gentes de Viana, Aveiro e da ilha Terceira, Açores: o número de saída de navios no início do século XVI seria de cerca de 60, só de Aveiro. Em 1550 aquele número subiria para perto de 150 embarcações.

Figura 1 – Distribuição geográfica do habitat e disponibilidade dos stocks de Bacalhau do Pacífico (*Gadus macrocephalus*) de Bacalhau do Atlântico (*Gadus morhua*)



Fonte: FAO (www.fishbase.org)



Estima-se, de acordo com as diferentes fontes, que por volta de 1578 iam à pesca do bacalhau cerca de 350 navios por campanha de pesca, dos quais 150 franceses, 100 espanhóis, 50 portugueses e 50 ingleses.

Enquanto as bases de países concorrentes – dos espanhóis (bascos, quase todos), franceses (sobretudo bretões, bascos e normandos) e dos ingleses – seriam temporárias e sazonais, do género barracas e toldos, as bases portuguesas seriam mais permanentes, baseadas em comunidades fixas e em aglomerados populacionais especializados nas tarefas da transformação e salga do pescado e apoio às embarcações de pesca.

A partir do trabalho de Amzalak (1923), tem-se conhecimento da existência de secas pelo menos desde 1572 em Aveiro, do que se induz que a preparação do bacalhau, sendo terminada no Continente, se fazia paralelamente em pesca errante, com as capturas a serem complementadas com salga a bordo.

A dinastia filipina trouxe consequências gravosas, numa época já de si conflituosa e de declínio para a economia e para a sociedade portuguesa, em particular fora da metrópole. Ao tempo de Filipe II, em 1588, foram requisitadas todas as embarcações disponíveis para integrarem a Invencível Armada, ato que, num ápice, eliminou a frota de pesca portuguesa da Terra Nova e destruiu qualquer preponderância estratégica e económica que entretanto se havia alcançado. Por exemplo, sabe-se que em 1624 ainda não havia nenhum navio de Aveiro ou Viana de Castelo que pescasse naquelas águas (Garrido, 2004).

Em todos os países de matriz católica o consumo de bacalhau salgado acabou por se sustentar por imperativos religiosos, dado que a Igreja impunha abstinência de carne em quase metade dos dias do ano, com maior restrição ainda durante a Quaresma.

Com esta condição sociológica, no início do século XVIII, o comércio de bacalhau em Portugal passará a ser totalmente dominado pelos britânicos: detêm a hegemonia da pesca na Terra Nova, dominam grande parte dos circuitos produtores americanos (Nova Inglaterra) e conseguem uma penetração no mercado português de forma inaudita.

A produção de bacalhau salgado inicia, assim, um processo de internacionalização e globalização, que ainda hoje se mantém: produção em pesqueiros remotos, transformação total ou parcial em portos e localizações afastadas do consumo, a par de outras bem mais próximas deste alvo, colocação e comercialização nos portos em que se obtiver melhor preço de retalho.

Serão as firmas financeiras britânicas, capitalistas de vocação mercantil, que financiam a armação, cobrem os riscos do negócio, recrutam mão-de-obra, investem em infraestruturas de transformação e secagem, em aprestos e em armazenagem em terra. Não partilhavam o negócio com investidores portugueses, mantendo-se em sociedades que excluía por completo os capitais nacionais: eram acima de tudo agentes e importadores, comerciantes por grosso e, em muitos casos, com ramificações que chegavam ao comércio local.

A importação de bacalhau torna-se, assim, num elemento com um peso importante na balança comercial portuguesa. Nas palavras de Amzalak (1921), dirigidas ao Congresso Económico Nacional, no Porto, e referindo-se à história da atividade, constata que Portugal é um dos países onde se regista um dos maiores consumos de bacalhau; e onde as suas indústrias do mar nunca produziram sequer 10% do necessário ao seu consumo. Algo próximo da realidade, ainda hoje.

A média anual de importação de bacalhau salgado seco entre 1819 e 1829 foi de 282,8 mil quintais, ou seja, muito próximo das 17 mil toneladas anuais, para vir a crescer para 31,4 mil toneladas em 1912.

O início do século XX trará finalmente a liberação dos regimes de controlo, permitindo então a construção de novos navios em moldes mais rentáveis da sua exploração (Duarte, 2000). Após a Grande Guerra dar-se-á a grande expansão da frota, que em 1924 atingirá as 65 unidades.

De 1926 a 1934, a frota nacional capturou cerca de 5,5 mil toneladas anuais, enquanto que a importação ascendeu a 43 mil toneladas, ou seja, apenas cobria cerca de 12% do total necessário para o abastecimento do País.

Em 1934 o sector bacalhoeiro passará a ser sujeito a uma intervenção corporativa própria do Estado Novo, tendo sido fundada a Comissão Reguladora do Comércio de Bacalhau (CRCB) que tinha por missão regular o comércio do bacalhau pescado por navios nacionais e, simultaneamente, regular a importação. A importação do produto, seco ou verde, passou a ficar condicionada e sujeita à aprovação prévia por parte daquele organismo: o seu objetivo final era harmonizar os preços do bacalhau de origem nacional com o importado. Serão construídos os armazéns frigoríficos do Porto em 1939, de Lisboa em 1941 e de Aveiro em 1947, com capacidade para mais de 15 mil toneladas.

Em 1938 o País consumia cerca de 50 mil toneladas, das quais o armamento nacional apenas cobria em 52%. Já em 1953 o mercado praticamente duplicou a sua procura para, das quase 90.000 toneladas necessárias, a frota cobrir 77% daquele total.

Com exceção da década de 50 do século XX, após um esforço considerável das estruturas corporativas do Estado para diminuir a dependência do fornecimento baseado em importações, naquele que foi o momento histórico em que as importações totais de seco foram as mais baixas de sempre, a importação tem vindo a ganhar terreno.

Na realidade, conforme a produção pesqueira aumentou, a importação em seco conheceu um

decréscimo considerável (embora o salgado verde, matéria-prima da indústria de secagem, só tenha conseguido refletir algum desse potencial na década seguinte). Todavia, com a regressão da capacidade de pesca nacional, os volumes de importação de produto seco, o produto final, e de salgado verde, o constituinte absoluto de matéria-prima para a indústria de secagem, aumentaram exponencialmente.

Quadro 2 – Evolução Comparativa entre a Pesca e a Tipologia da Importação

(toneladas)

	Pesca Efetuada	Importado Seco	Importado Verde
1944	24.679	11.874	1.435
1948	35.324	16.710	1.965
1952	53.255	7.076	1.894
1955	68.537	7.285	11.669
1958	59.826	7.452	20.924
1962	72.531	7.816	18.299
1973	46.704	10.830	15.270
1981	14.738	...	38.936
1998	5.917	19.258	60.876

Nota: Os dados de importação relativos a 1981 não permitem a desagregação entre verde e seco.

Não estão incluídas as importações em congelado, muito relevantes para a indústria a partir da década de noventa (25.122 ton em 1998).

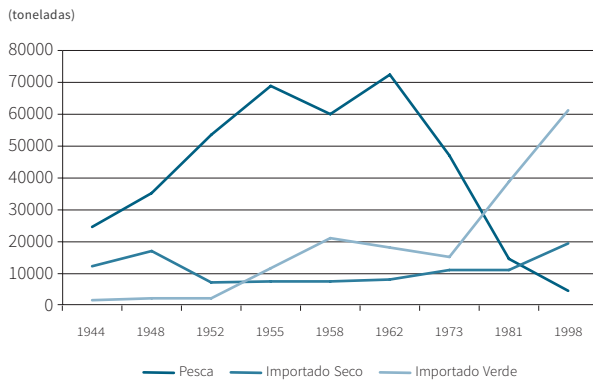
Quadro 3 – Evolução Comparativa entre Pesca, Produção e Importação

(toneladas)

	Pesca Efetuada	Produção Seco	Importação (verde e seco)
1951	48.959,2	35.638,4	16.662,0
1961	65.859,7	46.856,5	15.857,0
1976	40.305,0	...	44.179,6
1981	14.738,0	...	38.935,6
1985	16.721,0	36.125,0	89.886,4
1997	4.374,0	67.854,6	82.688,3

Fonte: Relatórios da CRCB e do GEP (1944 a 1985), Dados Técnicos, não publicados, da DGPA (1997). Cálculos a partir das Estatísticas da Pesca/INE (1997 e 1998)

Nota: Enquanto existiu armação nacional com produto destinado à salga e secagem, o consumo é calculado pela soma entre as quantidades processadas de bacalhau nacional e as quantidades de bacalhau importado. Desde que cessou a pesca de bacalhau destinada à salga e secagem, o consumo é igual ao valor do bacalhau salgado importado (com as correções sobre os totais de salgado verde). Os valores da produção de 1997 são praticamente o resultado parcial do bacalhau salgado verde importado.

Gráfico 1 – Evolução Comparativa entre Pesca, Produção e Importação

Fonte: Relatórios da CRCB e do GEP (1951 a 1981)
Dados Técnicos DGPA, não publicados (1998)

Após a adesão à CEE, em 1986, o mercado será definitivamente liberalizado. Em consequência, as capturas irão decair significativamente e a importação irá continuar a assumir papel central no abastecimento de bacalhau salgado.

A indústria de secagem deixará de contar com o bacalhau de origem nacional (os últimos lugares saíram em 1974; o arrasto mostra-se muito mais vocacionado para os produtos congelados semitransformados, como os filetes ou o posteadado, entre outros), passando a depender em exclusivo de matéria-

-prima importada, em verde, e, no final dos anos 90, sobretudo de peixe congelado, tipicamente sem cabeça e sem víscera.

2. A cadeia de valor do bacalhau em Portugal

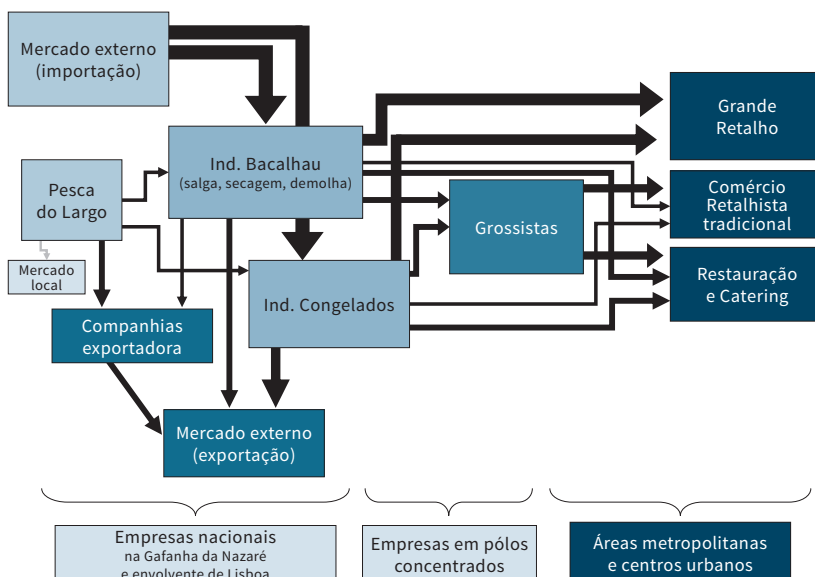
A estrutura da cadeia de valor para o bacalhau em Portugal, na atualidade, é relativamente complexa, embora a sua distribuição no território seja bem identificável.

A entrada de bacalhau em Portugal é concretizada por três linhas diferentes, por ordem de importância relativa: a importação, as aquisições internas (através de parceiros ou concorrentes que entretanto a importaram) e a produção nacional de pesca (ou captura nacional).

A exportação, em crescendo nos últimos anos, não será abordada no contexto deste texto.

Uma parte ínfima, proveniente da captura nacional, entra diretamente no mercado de consumo nacional, em congelado tal-qual.

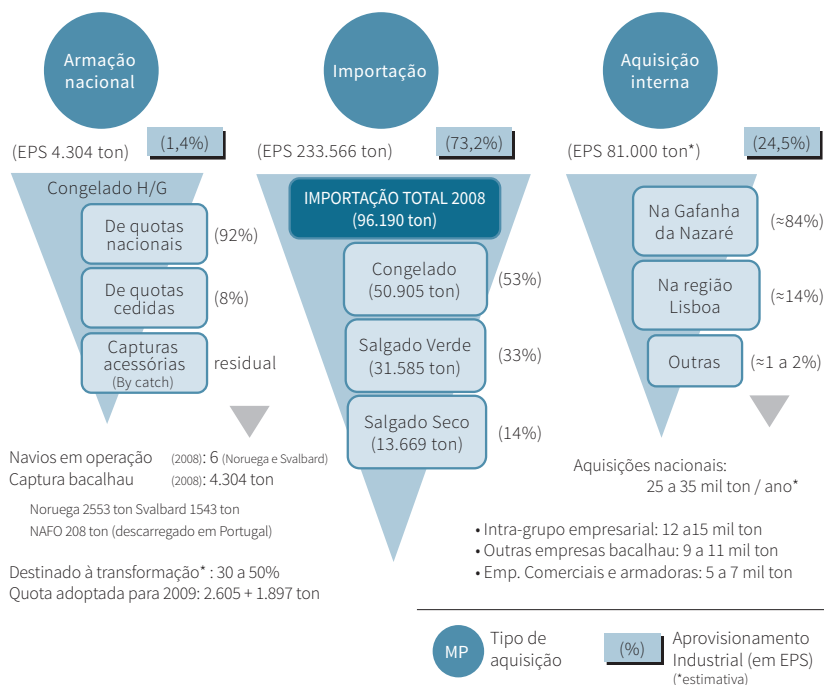
Do pescado capturado, proveniente da atividade dos navios que operam dirigidos ao bacalhau (cerca de 4 mil toneladas, bem longe dos tempos épicos da Grande Pesca), estima-se que entre 30 a 50% venha a ser absorvido pela indústria transformadora, em quantidades variáveis conforme as campanhas e conforme a situação do mercado. É, em maioria de caso e representando cerca de 1,4% da componente EPS² entrada, destinado à filetagem e congelação, enquanto os restantes 50 a 70% serão dirigidos

Figura 2 – Estrutura da cadeia de valor para o bacalhau em Portugal

Fonte: Fernando Chagas Duarte (2009)

² EPS – Estimativa de peso à saída de água

Figura 3 – Cadeia de Valor do subsector da salga e secagem em Portugal
Fluxos de Aquisição – da Pesca à Indústria



e tem três subcomponentes: congelado, salgado verde (BSV) e salgado seco (BSS). A quantidade importada total média será então de 233 mil toneladas (EPS), valor relativamente estabilizado nos últimos anos.

A componente de aquisição interna demonstra, entretanto, duas lógicas distintas: a que provém de ligação empresarial de grupo ou de parceria comercial (em alguns casos uma empresa tem uma ou várias componentes de transformação – salga, secagem, demolha, embalagem e expedição – e fornece outra com produto intermédio, semitransformado – BSV, congelado cortado, BSS cortado, desfiado, etc.);

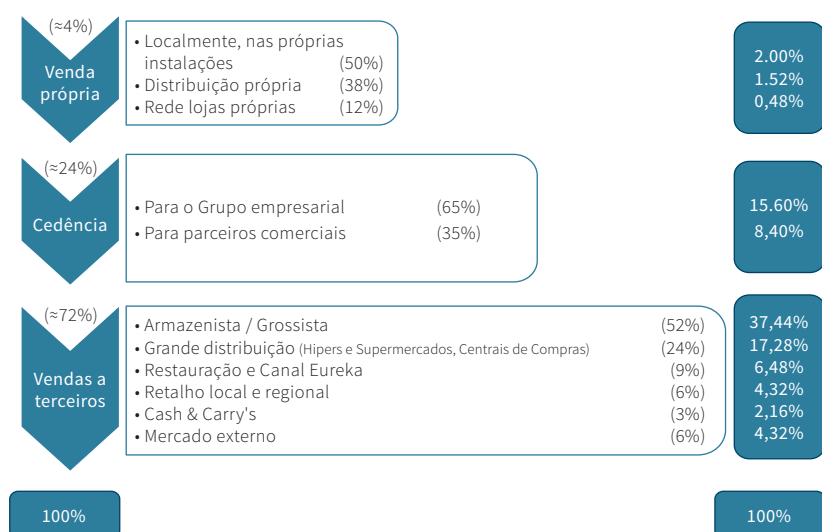
diretamente para mercados externos, sobretudo comunitários, como a Espanha ou França.

A componente externa (importações) representa 73% do total das aquisições, uma vez reduzidas a EPS para efeitos de normalização comparativa

e a que cumpre o papel estritamente comercial de compra, em plena concorrência, sendo quase sempre aquisições complementares das suas próprias importações.

Independentemente de proveniência, é possível

Figura 4 – Cadeia de Valor do subsector da salga e secagem
Fluxo de colocação no mercado do produto final pela indústria (2005/2007)



estimar a tipologia de colocação do produto final no mercado, permitindo abarcar a restante cadeia de valor, embora sem a possibilidade de atribuir uma valorização absoluta.

Especificamente quanto à colocação no mercado dos produtos “bacalhau salgado”, existem três componentes principais bem tipificadas: *Venda própria*, *Cedência* e *Vendas a terceiros*.

A *Venda própria*, ao consumidor final, tem um peso diminuto no total das vendas totais (4%),

mas é uma vertente essencial nas empresas mais pequenas e nas que apostam em “loja” integrada com o estabelecimento fabril.

A *Cedência*, que se pode desagregar entre a entrega a empresas-parceiro e a entrega a empresas que sendo juridicamente autónomas fazem parte do mesmo Grupo, podem ser meras transferências, por troca de produto, por exemplo de calibres diferentes, ou então uma evidente segmentação da produção entre diferentes estabelecimentos e empresas. Tem um peso significativo na movimentação interna total de produto, ascendendo a um quarto do total do “valor de vendas” (24%). Demonstra, embora as empresas tendam a minimizar esta lógica, que se verifica um certo grau de cooperação e/ou uma segmentação funcional no sistema local de produção do bacalhau salgado.

A esmagadora fatia de colocação no mercado nacional de bacalhau salgado é feita através da *Venda a terceiros* (72% dos totais transacionados), em seco e semi-seco, dado que o salgado verde, embora legalmente já possa ser comercializado, tem uma expressão residual enquanto produto de consumo.

A indústria entrega mais de metade do seu produto a armazenistas por grosso, sabendo que a maior parte deste será depois redirecionado para o grande retalho (*hipers* e supermercados). Por isso, ela própria tende a entregar a produção, sob condições contratadas *a priori*, àquelas cadeias, tentando marcar uma posição na formação do preço final ao consumidor. Todavia, dado não haver concertação associativa ou sectorial neste sentido, tem-se assistido a uma pulverização de estratégias muito mais benéficas para o grande comércio retalhista, enquanto elo final da cadeia de valor.

A restauração continua a ser uma importante linha de escoamento direto da produção. São muitos os casos, dada a excelente imagem que a indústria do bacalhau (produto tradicional) tem para o consumidor, em que os restaurantes adquirem diretamente

ao produtor-transformador, disso dando nota no seu menu ou no *marketing* envolvido. Ou seja, do total vendido a terceiros, cerca de 10% é diretamente adquirido por estabelecimentos de restauração e *catering* (enquanto que o restante sector irá adquirir o seu produto final junto dos armazénistas por grosso).

Dentro das *Vendas a terceiros*, a colocação em mercados externos, comunitários ou terceiros, ascende a cerca de 6%, valor em crescendo: tratam-se de mercados emergentes e, tal como o português, sem disponibilidade própria de matéria-prima (Brasil, Angola, etc.).

3. A balança comercial dos produtos da pesca – a importação de bacalhau

Algumas realidades permanecem, contudo, praticamente inalteráveis desde que a pesca industrial foi retomada em finais do século XIX – pesem algumas flutuações circunstanciais que são provenientes das lógicas da economia internacional e de duas guerras mundiais: o elevado consumo em Portugal de peixe (e de bacalhau salgado em particular); uma tipicidade gastronómica associada; e um elemento cultural de profundas raízes nas comunidades portuguesas. E isso tem permitido manter um padrão relativamente estável no consumo de bacalhau quanto à quantidade consumida, independentemente da origem da sua fonte de abastecimento, bem como uma inegável imagem de qualidade que é intrínseca ao alimento e ao saber-fazer.

Assim, a análise da importação nacional de bacalhau, nas suas diferentes componentes de matéria-prima *versus* produto final, ajudam a compreender algumas das *nuances* próprias do mercado de consumo e a explicar o atual estado da balança comercial dos produtos da pesca de Portugal.

A importação direta de bacalhau é, como se viu e desde há muito, um facto bem presente na nossa sociedade, existindo referências documentadas

Quadro 4 – Quantidade Importada de Bacalhau

(toneladas)

	Fresco	Congelado	Salgado Verde	Salgado Seco	Total reportado a peso à saída de água (EPS)
2009	1.574	50.792	26.888	19.304	242.963
2010	2.745	42.100	26.118	21.726	234.077
2011	4.107	38.054	27.836	24.617	243.177
2012	2.935	44.362	24.792	31.945	270.145
2013	4.186	52.045	32.525	31.963	308.954
2014	4.128	53.022	28.755	29.263	291.433

Fonte: Cálculos próprios, INE Estatísticas da pesca

pelo menos desde o início na nacionalidade. Esta atividade irá assumir particular relevância para o País após a destruição da Invencível Armada, na qual haviam sido integrados sob bandeira espanhola todos, ou quase todos, os veleiros portugueses, inviabilizando portanto o acesso aos pesqueiros da Terra Nova por parte na armação nacional.

O recurso à importação foi sendo uma solução comercial óbvia para o suprimento alimentar das populações, sobretudo com países com quem Portugal trocava bens de consumo ou matéria-prima valiosa como a França, Inglaterra ou a Flandres.

Após a adesão à CEE, Portugal tem gerido a aquisição de matéria-prima para a indústria com recurso a contingentes que beneficiam de redução de direitos dado que resultam de negociação direta da União com Países Terceiros. Contudo, é um dado adquirido que, pesem os contingentes com redução de direitos pautais instituídos pela UE, aqueles totais não são minimamente suficientes para satisfazer a procura da indústria de secagem, quando menos de 30% dos volumes de bacalhau importados beneficiam de redução de direitos.

Para efeitos de referência, em 2008, Portugal importou 96,2 mil toneladas de bacalhau nas suas diferentes componentes, congelado, refrigerado, salgado verde (BSV) e salgado seco (BSS), com um custo agregado de 455 milhões de euros, com as três primeiras destas componentes a se dirigirem

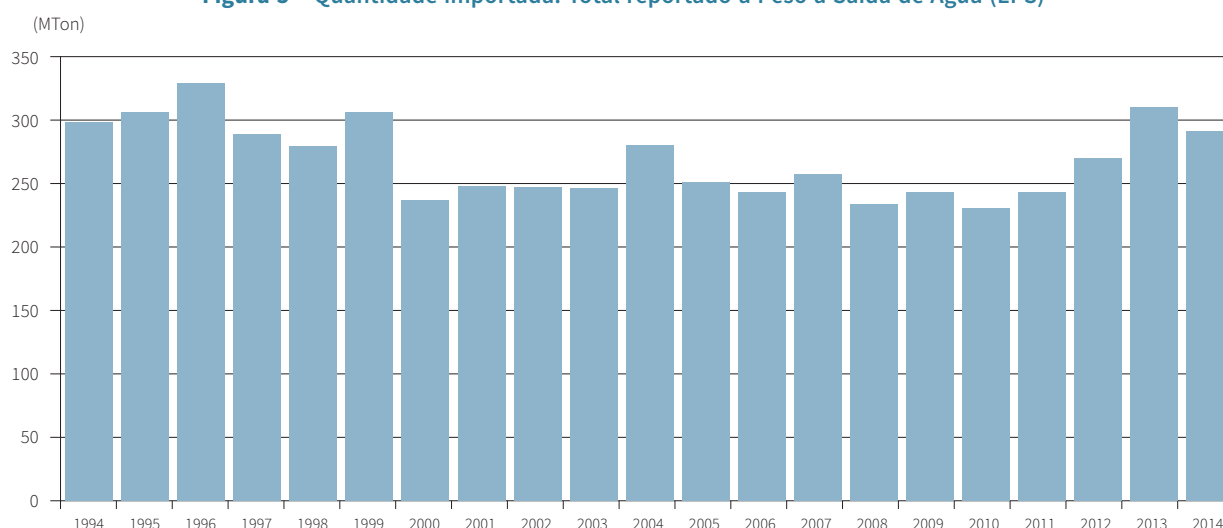
essencialmente à indústria de salga e secagem, e a componente de seco a dirigir-se quase em exclusivo ao consumo final. Já em 2014 ³, Portugal importou 115,2 mil toneladas de bacalhau nas suas diferentes componentes, congelado, refrigerado, salgado verde (BSV) e salgado seco (BSS), com um custo agregado de 378 milhões de euros.

A diferença do custo de aquisição total, considerando aqueles dois anos de referência, reflete a quebra de preço da matéria-prima inerente aos últimos anos (-17%), e ocorreu em todos os segmentos do produto. Porém, comparando o ano de 2013 com 2014 já se vislumbra uma inversão daquela tendência de decréscimo (+4,1%).

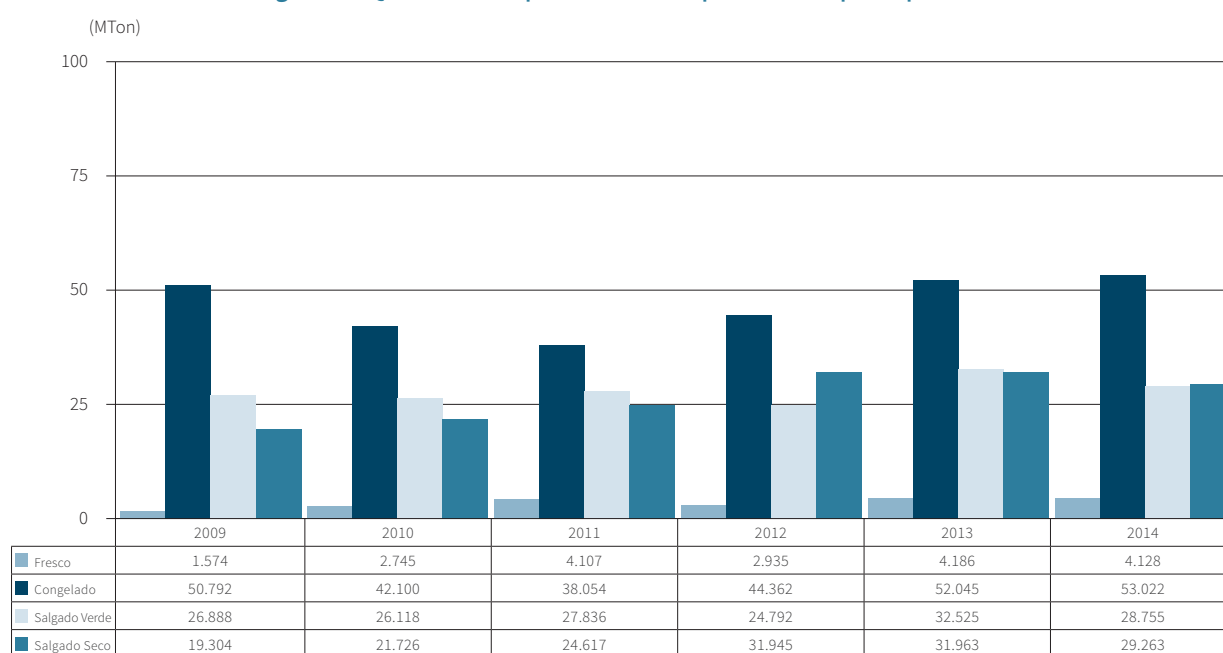
Tendo em conta as diferentes características das tipologias de produto (congelado, BSV e BSS), e normalizando cada uma daquelas apresentações em estimativa de peso à saída de água (EPS), consegue-se perceber que Portugal importou cerca de 234 mil toneladas de bacalhau, reportado a fresco em 2008 (Duarte, 2009) e 291 mil toneladas em 2014.

Entre 1994 e 2014 as importações totais de bacalhau em EPS, na conjugação das suas tipologias de produto, oscilam regularmente entre as 230 mil e

³ Deve ter-se em conta que, quanto à totalidade da Balança Comercial, os últimos números oficiais desagregáveis e disponíveis para ano inteiro, reportam-se ao ano de 2014.

Figura 5 – Quantidade importada. Total reportado a Peso à Saída de Água (EPS)

Fonte: Cálculos próprios, INE Estatísticas da pesca

Figura 6 – Quantidade importada. Total reportado ao tipo de produto

Fonte: Cálculos próprios, INE Balança comercial

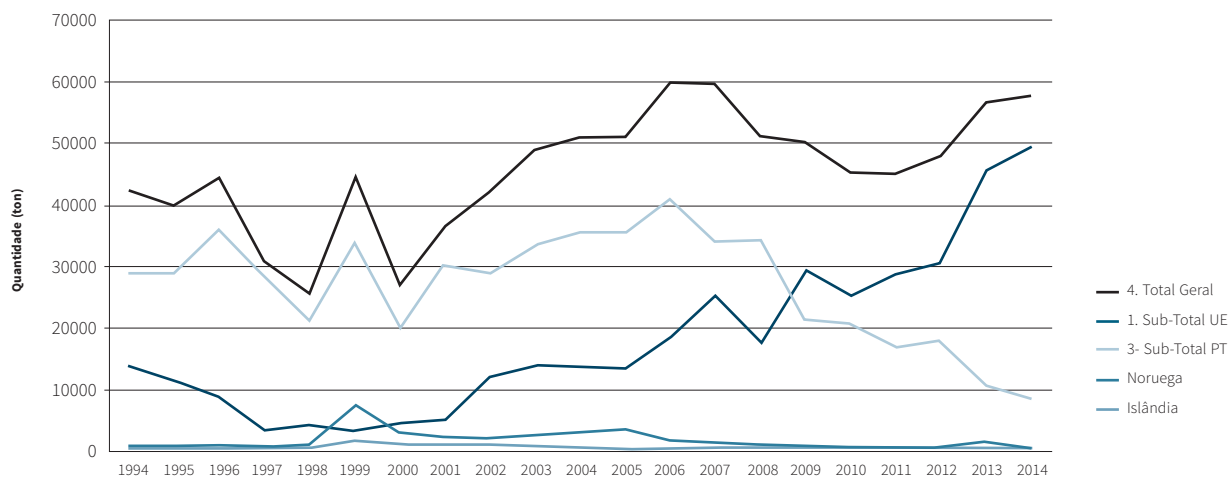
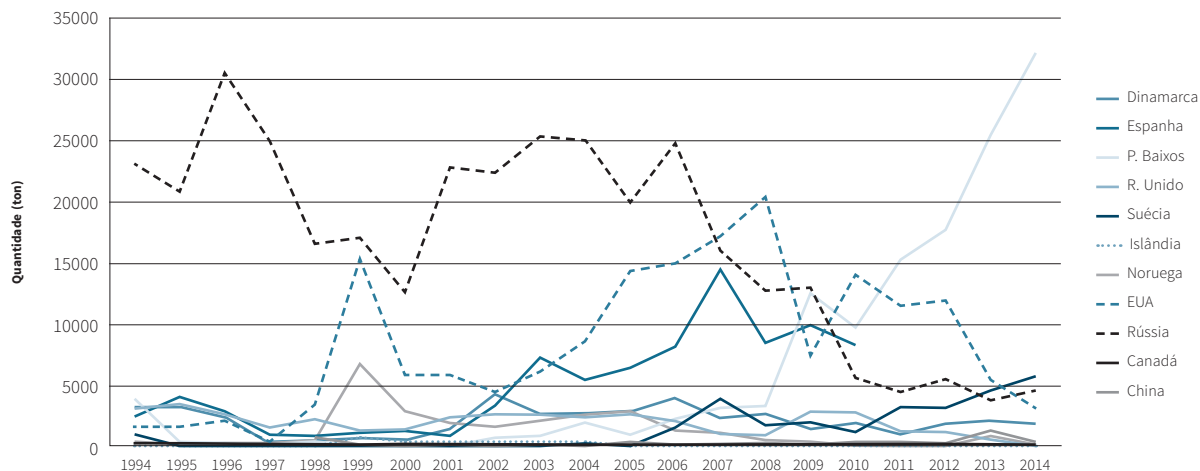
as 300 mil toneladas, independentemente da distribuição entre congelado, verde ou seco. Destas, o consumo interno situa-se, em média, acima das 200 mil e até às 260 mil toneladas, conforme se verá adiante.

Assim, em 2014, o País adquiriu, entre *gadus morhua* e *gadus macrocephalus*, 53.022 ton de bacalhau congelado, 28.755 ton em salgado verde e 29.263

ton em salgado. Uma análise mais pormenorizada de cada uma daquelas componentes é elucidativa das atuais tendências do mercado.

Bacalhau Fresco e Congelado

O ano de 2014 representou uma aquisição de 57,4 mil toneladas, o que correspondeu a um dispêndio de 176,5 milhões de euros, cuja origem principal

Gráfico 2.1 – Evolução da Importação de Bacalhau Fresco e Congelado**Gráfico 2.2 – Evolução da Importação de Bacalhau Fresco e Congelado**

Fonte: INE, Balança comercial

foi a Holanda que, entretanto, ascendeu a 57% do total de entradas de bacalhau ⁴ naquele ano. Seguiram-se, a Espanha (14,3%) e a Rússia (8,2%) para o bacalhau do Atlântico, e os EUA com *Gadus macrocephalus* (5,3%). Nem a Noruega, nem a Islândia se têm revelado parceiros interessantes para o fornecimento deste tipo de matéria-prima.

Desde o final da década de 90 tem-se assistido a uma constante incremento na importação deste

tipo de produto, considerando-se que se destina quase em exclusivo à transformação para salga e secagem. Até 2014 assistiu-se a um evidente aumento das entradas deste tipo de produto, face ao início do século, voltando-se para quantidades próximas das verificadas entre 2005 a 2007, e acima dos anos precedentes. O preço médio de aquisição foi, em 2008, de 3.466 euros por tonelada e, em 2014, de 4.946 euros (+42,7%).

Bacalhau Salgado Verde (BSV)

Sendo o bacalhau salgado verde a tradicional matéria-prima da indústria do sector de secagem, o decréscimo de entradas a que se assistiu a partir de

⁴ Esta posição de relevância, contudo, não advém da sua produção nacional mas antes devido ao facto de os produtos provenientes de países terceiros entrarem pelo porto de Roterdão em grande quantidade, ganhando ali aquela nacionalidade.

meados da década de 90 não tem por justificação uma retração do mercado de consumo, mas antes uma lógica de substituição por matéria-prima para a forma congelada. De facto, atualmente a indústria nacional recorre mais ao congelado para salga e sua ulterior secagem do que ao salgado verde, como anteriormente, conseguindo, deste modo, ganhos em valor acrescentado.

Desde 2006, contudo, reencontrou-se um novo patamar de estabilidade (em torno das 30 mil toneladas) que, embora inferior a anos anteriores,

se associa a uma maior volatilidade nos preços na origem, bem como a eventuais variações cambiais face ao euro e, sobretudo, à pressão exercida pelo preço dos combustíveis na pesca.

Muitos dos *stocks* de BSV que os industriais foram mantendo armazenados, enquanto “almofada” para esta incerteza dos preços, estará já esgotada. Porém, em casos mais recentes, são de novo frequentes as situações em que os preços das aquisições de matéria-prima são praticados acima dos atuais preços médios praticados pelos fornecedo-

Gráfico 3.1 – Evolução da Importação de Bacalhau Salgado Verde

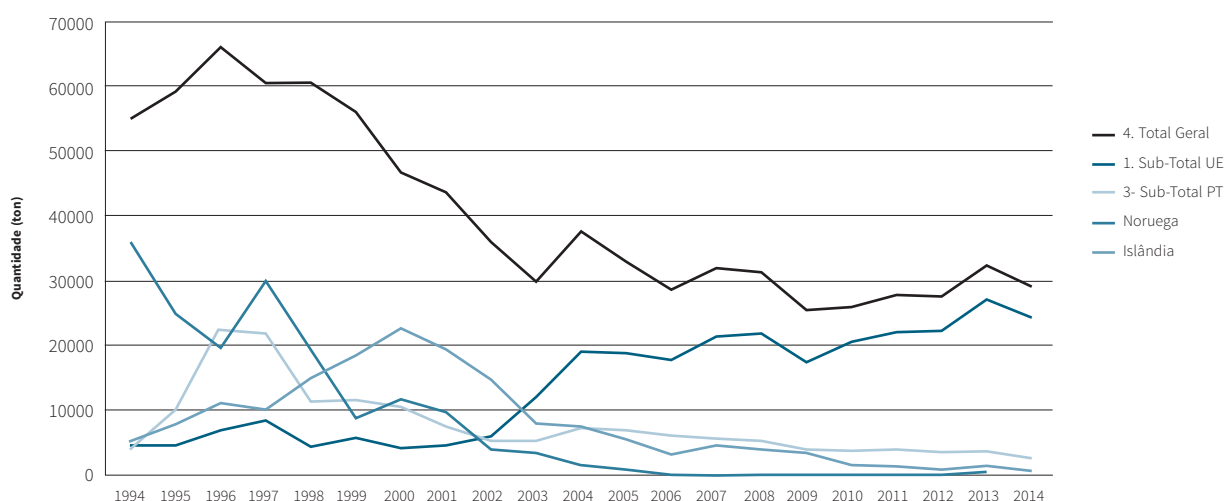
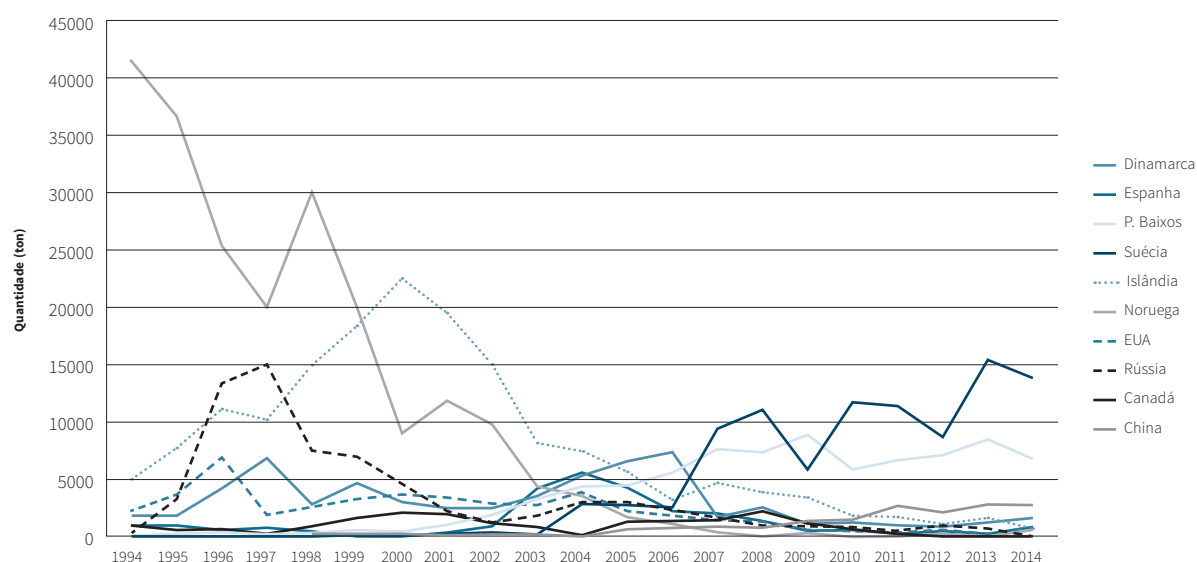


Gráfico 3.2 – Evolução da Importação de Bacalhau Salgado Verde



res, com implicações difíceis de prever para a sustentabilidade do sector a médio prazo.

Em 2008 importaram-se 31,5 mil toneladas, num total de 184,2 milhões de euros, quando em 2014 entraram 28,8 mil toneladas, num valor de 105,3 milhões de euros (preços médios de 5.831 e 3.664 euros/ tonelada, respetivamente, ou seja, um decréscimo em 37% do preço médio).

Os principais fornecedores foram a Holanda (56,7%), Espanha (14,3%) e Suécia (10,1%). Nos casos da Holanda e da Suécia, estão ocultadas as verdadeiras origens, terceiras, dado que a mercadoria é “nacionalizada” no porto de Roterdão, tal como referido para o bacalhau congelado, passando a ser contabilizada como comunitária, enquanto muito do peixe que é proveniente de “fornecedores” suecos é efetivamente norueguês ou, eventualmente, russo.

Importantes são ainda os contingentes provenientes da China (9,4%), neste caso essencialmente desfiado e pedaços, e Dinamarca (5,4%), onde de novo se ocultam produções norueguesas.

Neste contexto, não é de estranhar o quase desaparecimento da Noruega enquanto fornecedor ofi-

cial de referência da nossa indústria, caindo das quase 40 mil toneladas em 1994 para as meras 530 toneladas em 2014. Anteriores considerações onde, apesar de tudo, se entendiam ser esta uma situação conjuntural, carecem ser retificadas, dado que o peixe salgado norueguês faz tempo que tem entrado na UE quase inteiramente pela Suécia e Dinamarca, com benefícios pautais associados.

Bacalhau Salgado Seco

É, por natureza, uma apresentação quase exclusivamente destinada ao consumo final, embora a indústria transformadora nacional possa ser um dos destinos intermédios: reembalamento, postea-mento, demolha, etc. Por razões óbvias, em toda a cadeia de valor, tem sido esta a componente que o subsector nacional de salga e secagem menos controla e aquela que lhe faz mais concorrência direta, dado ser dominado essencialmente pelas cadeias do grande comércio grossista e retalhista nacional por um lado, e dos produtores externos (noruegueses em sua maioria), por outro.

Durante o ano de 2008 entraram em Portugal 13,7 mil toneladas de bacalhau salgado seco (94,3 milhões de euros). Em 2014 a importação ascendeu a 29,3 mil toneladas (145 milhões de euros).

Gráfico 4.1 – Evolução da Importação de Bacalhau Salgado Seco

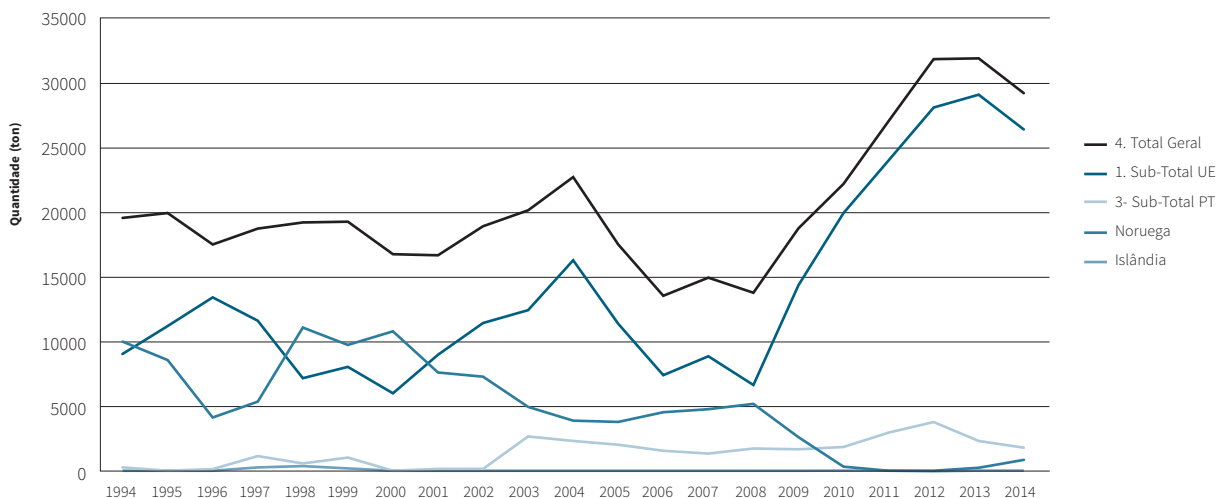
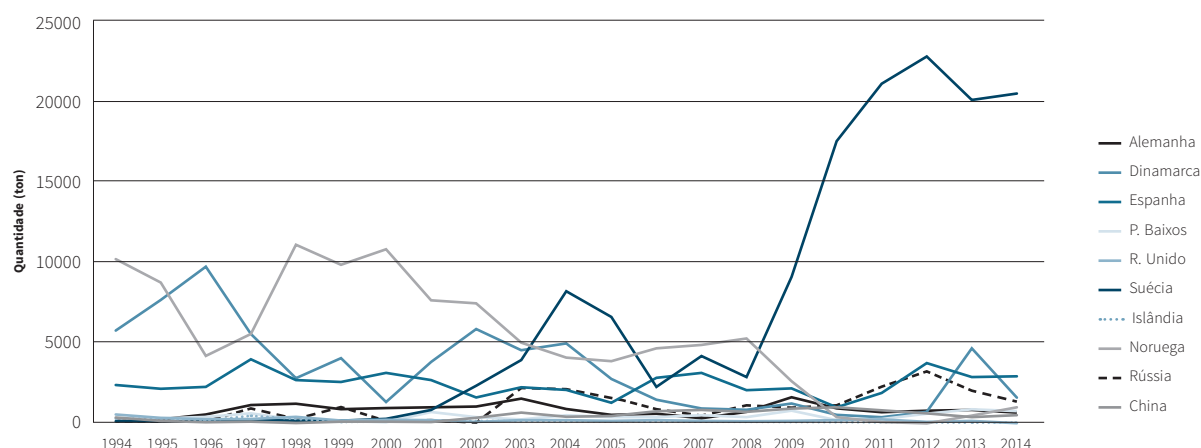


Gráfico 4.2 – Evolução da Importação de Bacalhau Salgado Seco

Fonte: INE, Balança comercial

A tendência de quebra destas importações, que se verificou sobretudo entre 2004 e 2008, foi totalmente invertida, com os últimos anos a apresentarem volumes de entrada muito consideráveis e históricos, em linha com a verificada diminuição do preço médio do bacalhau seco.

As empresas da grande distribuição e retalho que, tendencialmente, adquiriam o produto seco diretamente à indústria nacional, passaram a fazê-lo de forma direta aos fornecedores externos, numa clara procura de preço, com aparentes reflexos no atual aumento do consumo de bacalhau.

Assim, a Noruega, embora não apareça nas estatísticas como a principal origem, é de longe o principal fornecedor de bacalhau salgado seco, com a vantagem de, assim, garantir quase todo o valor acrescentado em seu proveito (oficialmente a Noruega apenas representa 3% do total do bacalhau seco entrado em Portugal, com pouco mais de 800 toneladas).

O máximo histórico da importação em seco foi atingido em 2013, com 32.000 toneladas. Porém, como no caso do salgado verde, a Suécia (70% do total, com um pequeno acréscimo face ao ano transato) continua a mascarar a sua verdadeira proveniência, enquanto a Espanha (9,7%), Dinamarca (5,6%) e Rússia (4,7%), formam o conjunto dos demais fornecedores.

O preço médio por tonelada importada cifrou-se, em 2014, nos 4.954 euros.

4. O consumo de bacalhau salgado em Portugal

O consumo de bacalhau em Portugal, em Peso à Saída de Água (EPS), tem estado uniformizado num padrão de consumo que oscila, em média, entre as 200 e as 260 mil toneladas, pesem quaisquer variações da matéria-prima e do bacalhau seco importado.

Em 2014, os cálculos do seu consumo total apontam para cerca de 240 mil toneladas EPS. Estimando de igual modo o consumo total de pescado, atingem-se valores próximos das 400 a 450 mil toneladas anuais.

Com esta realidade presente, pode-se afirmar com segurança que o peso relativo do bacalhau (em EPS) se situa, atualmente, próximo dos 60% do total do pescado consumido pelos portugueses, com provável aumento nos próximos anos.

Conforme se pode verificar na tabela acima, estes valores subiram significativamente desde 2012, mas deverá ter-se em conta as circunstâncias que envolvem a disponibilidade e captura de sardinha nos últimos anos, espécie que é sem dúvida o expoente

Quadro 5 – Consumo aparente de bacalhau 2009-2015

(toneladas)

	Fresco	Congelado	Salgado Verde	Salgado Seco	Total reportado a peso à saída de água (EPS)
2009	1.574	48.798	25.416	11.647	208.967
2010	2.745	39.370	24.410	12.519	192.702
2011	4.107	34.091	25.930	17.259	205.088
2012	2.935	39.685	23.541	22.581	225.576
2013	4.186	47.166	31.271	20.294	256.135
2014	4.128	47.156	27.662	18.114	238.843

* Consumo aparente = Capturas frota nacional + Importação – Exportação

Quadro 6

	Consumo aparente total de bacalhau (ton EPS)	Consumo total aparente de pescado, incluindo bacalhau (ton EPS) *	Peso relativo do bacalhau no consumo total de pescado em Portugal (%)
2009	208.967	467.049	44,7
2010	192.702	456.311	42,2
2011	205.088	443.380	46,3
2012	225.576	398.719	56,6
2013	256.135	405.348	63,2
2014	238.843	383.313 **	62,3 (valores provisórios)

Fonte: Cálculos próprios, INE Estatísticas da pesca e Balança Comercial

* Consumo total aparente = Produção (capturas + aquicultura) + Importação – Exportação

** Não existem, à data, valores relativos à aquicultura

máximo das capturas nacionais. Ou seja, com os decréscimos das capturas da sardinha nos últimos anos, o peso relativo do consumo de bacalhau acentua-se, tanto mais que o rácio relativo ao bacalhau seco em EPS ⁵ ganha ainda mais relevo. Por outro lado, também nos últimos anos e em simultâneo, têm sido constantes os aumentos das entradas de peixe salgado seco e bacalhau congelado.

Com estes números e, tendo em conta a manutenção ou mesmo o crescendo da procura de bacalhau salgado conforme a tendência dos últimos anos, constata-se e confirma-se que o mercado português é, de longe, o maior consumidor do mundo para este tipo de produto. A tradição e a cultura portuguesa têm inúmeros exemplos da sua identidade e qualidade associados à variedade da gastro-

nomia, e em particular à do bacalhau, o nosso (até quando) fiel-amigo.

Porém, essa constatação, por si só, significa aceitar um inevitável acentuar da dependência nacional por uma matéria-prima para a qual não há disponibilidade nas suas águas e para a qual os fornecedores parecem deter uma palavra decisiva.

5. Bibliografia

Moses Bensabat AmzAlak

A Indústria da Pesca de Bacalhau e a sua Intensificação em Portugal, Lisboa, 1921

A Pesca do Bacalhau, Lisboa, 1923

Jorge Bebianco COIMBRA

O mercado nacional do bacalhau salgado seco. Características e perspectiva, CRCB, Lisboa, 1958

Luciano Cordeiro

La tradición del hombre blanco, y América y los Portugueses in Actas del Congreso de la Sociedad de Americanistas, 1875, Madrid, Tomo I, pág. 233

⁵ Para 1,0 kg de bacalhau em salgado seco correspondem a 3,4 Kg em peso à saída de água (EPS).

Fernando Chagas DUARTE

Estudo Territorial do Bacalhau Português, Tese de Doutoramento, Universidade Nova de Lisboa, 2009

Bacalhau, Património Português *in* Boletim da Aldraba – Associação do Espaço e Património Popular, nº 3, Junho, Lisboa, 2007

A Indústria Transformadora dos Produtos da Pesca em Portugal. Entre a Tradição e o Futuro *in* GeolNova, nº 11, “*Espaços marítimos, pesca e sustentabilidade*”, Lisboa, 2005

A Indústria do Bacalhau no Início do Século XXI *in* Tecnipeixe, nº 7, Janeiro/Fevereiro, Lisboa, 2002

As Secas de Bacalhau, Ontem e Hoje *in* A Pesca do Bacalhau. História e Memória, Editorial Notícias, Lisboa, 2001

O Sector Conserveiro Português – Análise Regional, História e Futuro *in* Tecnipeixe, nº 5, Janeiro, Lisboa, 2001

A Aventura do Bacalhau, Um Milénio de História (1ª Parte) *in* Tecnipeixe, nº 3, Janeiro, 2000; e (2ª Parte) *in* Tecnipeixe nº 4, Julho, 2000

A Indústria Transformadora da Pesca – Evolução Recente *in* Tecnipeixe, nº 1, Janeiro, Lisboa, 1999

Álvaro Garrido

O Estado Novo e a Campanha do Bacalhau, Círculo de Leitores, Rio de Mouro, 2004

Álvaro Garrido (Coord.)

A pesca do bacalhau. História e memória, Editorial Notícias, Lisboa, 2001

Sandra Sarabando Filipe

A Indústria de salga e secagem do bacalhau: Decadência, estagnação ou desenvolvimento?, Tese de Mestrado, ISCTE, policopiado, Lisboa, 1999

Manuel Cardoso LEAL,

Transformação de Produtos da Pesca. O Desafio da Integração Europeia, Banco de Fomento e Exterior, nº 29, Lisboa, 1990

Consuelo VARELA

O Controlo das Rotas do Bacalhau nos Sec. XV e XVI *in* Oceanos nº 45 Jan/Mar 2001, CNCDP, Lisboa

ASSUNTOS BILATERAIS E MULTILATERAIS

CULTIVAR

S.m. Botânica. *QUALQUER VARIEDADE VEGETAL CULTIVADA, SEJA QUAL FOR SUA NATUREZA GENÉTICA.*

O papel das leguminosas nos sistemas alimentares

HÉLDER MUTEIA

Responsável do Escritório da FAO em Portugal e junto da CPLP

A questão alimentar está no centro dos debates sobre a sustentabilidade e o futuro da Humanidade. Cresce a consciência de que os hábitos alimentares, e toda a dinâmica que os envolve, cumprem um papel fundamental no presente e no futuro da vida no planeta.

Os sistemas alimentares têm evidenciado uma crescente capacidade produtiva, mas revelam desequilíbrios que importa abordar com urgência. Perante a explosão demográfica que atingiu o seu auge entre os anos 60 e 80, a grande preocupação alimentar situava-se a nível da disponibilidade. Com o agravamento dos índices de desigualdade e pobreza, as atenções viraram-se também para o acesso aos alimentos. A fome e malnutrição que afeta cerca de 800 milhões de pessoas no mundo, particularmente crianças, e ainda os assustadores índices de sobrepeso e obesidade que afetam no conjunto 1.400 milhões de pessoas, motivaram uma crescente preocupação com aspetos ligados à utilização dos alimentos. Os danos ambientais causados por práticas agrícolas agressivas de lavoura, fertilização dos solos, produção pecuária e combate às pragas, impuseram uma reflexão sobre a sustentabilidade da base de recursos naturais que sustenta a produção alimentar.

Um aspeto que tem merecido particular destaque nos últimos tempos é a crescente e quase avassaladora onda de urbanização, que origina novos hábitos alimentares. Atualmente, cerca de 50% da população mundial vive em cidades, em 2050 esta cifra poderá chegar a 70%. Os hábitos urbanos fazem com que as dietas sejam cada vez menos diversificadas e com uma maior preponderância da comida pré-processada e do *fast-food*. Esta realidade traz implicações nutritivas e ambientais que têm resultado em acesos debates em contextos científicos, sociais, empresariais e políticos.

Nessa tendência de redução da diversidade dos alimentos, as leguminosas estão entre as culturas mais ameaçadas porque os mercados ganharam primazia nos sistemas alimentares e nem sempre sinalizam as suas inúmeras vantagens (nutritivas, económicas, sociais e ambientais).

As leguminosas secas (grupo da qual fazem parte os feijões, lentilhas, ervilhas secas, tremoços, grão-de-bico, etc.) sofreram particularmente este efeito. Apesar de a sua produção ter praticamente duplicado a nível mundial desde os anos 60, o consumo *per capita* tem vindo a decrescer de forma lenta, mas constante, passando de 7,6 kg/pessoa/ano em

1970, para 6,1 kg/pessoa/ano em 2006. Estas tendências refletem, por um lado, as mudanças nos hábitos alimentares, mas também o facto de a produção não conseguir acompanhar o aumento populacional em algumas regiões e países.

Em Portugal, esta tendência também se verifica, sobretudo ao nível da produção, que tem vindo a decrescer sistematicamente. A produção corresponde hoje apenas a 0,04% do total da produção agrária para consumo humano, muito abaixo da média mundial. Na década de 80 produzia-se mais de 35 mil toneladas por ano, e hoje está em cerca de 2 mil toneladas. O consumo anual per capita, que chegou a estar perto dos 7 kg/pessoa/ano, situa-se hoje em 4,2Kgs, abaixo da média mundial, como já vimos.

O desinvestimento na cultura de leguminosas fez com que elas estejam a perder competitividade e escala. Apenas as comunidades e países com tradições vegetarianas (como a Índia e o Myanmar) ou em que a cultura esta bem instalada nos mercados e tradições (como Canadá, Brasil, China e Estados Unidos) têm mantido elevados os índices de procura e diversidade.

Entre as características mais importantes das leguminosas secas, destacam-se as seguintes: (1) a sua riqueza em proteínas de origem vegetal que chega a 20-25% do seu peso, minerais (entre os quais o ferro, potássio, fósforo, zinco e magnésio), vitaminas e ácidos gordos essenciais e fibras, que ajudam a equilibrar as dietas e melhorar a sua digestibilidade; (2) sendo alimentos secos e granulados, são mais facilmente conservados e armazenados nas mais variadas condições climáticas, favorecendo a segurança alimentar e o comércio; (3) a sua capacidade de fixação de azoto e libertação de fósforo no solo dá-lhes um imenso potencial de utilização em diversos sistemas agrícolas, através da consorciação e rotação em culturas alimentares ou forrageiras, com impactos benéficos no meio ambiente; (4) a sua versatilidade e diversidade permitem produzir variedades mais resistentes às altas temperatu-

ras e à seca, ajudando nos esforços para adaptação e mitigação no contexto das alterações climáticas.

Tendo em conta que a grande maioria dos cerca de 800 milhões de pessoas que passam fome no mundo, são pequenos agricultores em regime familiar, a produção de leguminosas secas representa uma oportunidade para resolver os problemas nutricionais dessas famílias, ao mesmo tempo que se promove a sua integração no mercado e o aumento dos seus rendimentos.

Do ponto de vista nutricional, as leguminosas secas podem contribuir com uma diversificada gama de nutrientes, particularmente proteínas e minerais. Combinadas com os cereais resultam em dietas equilibradas, nutritivas e saudáveis. Poderão também desempenhar um papel fundamental no combate à obesidade e doenças crónicas (por exemplo, diabetes e problemas cardiovasculares), muitas vezes associadas ao consumo excessivo de alimentos de origem animal.

Existem variedades de leguminosas secas adaptadas à grande maioria dos regimes agroecológicos. Um trabalho de investigação, melhoramento e disseminação dessas variedades para populações vulneráveis poderá ter um grande impacto nutricional e económico.

A necessidade de promover uma agricultura mais sustentável poderá ainda contar com a utilização de leguminosas na restauração da fertilidade dos solos, permitindo a redução da utilização de fertilizantes industriais, potencialmente contaminantes, e com elevada pegada de carbono. A recuperação de algumas variedades abandonadas por perda de competitividade no mercado, e o melhoramento, podem também ser um contributo para a biodiversidade e a diversificação das dietas.

Assim, a decisão das Nações Unidas, tomada na 68ª Sessão da Assembleia Geral, de declarar 2016 como o Ano Internacional das Leguminosas, sob o

lema “sementes nutritivas para um futuro sustentável”, pode representar o momento de viragem no que respeita aos destinos das leguminosas secas. Ao longo do presente ano, espera-se que todos os atores dos sistemas agroalimentares fiquem mais sensibilizados relativamente às suas vantagens. Espera-se um debate aberto sobre o tema, a adoção de políticas adequadas para o seu cultivo, a promoção de atividades de investigação, e incentivo ao consumo.

Em Portugal, a promoção das leguminosas secas pode alicerçar-se na longa tradição milenar de consumo de feijões, grão-de-bico e tremoços, no reequilíbrio entre a produção e o consumo e nos programas de apoio que estão a ser desenvolvidos no âmbito da Política Agrícola Comum. O país pode ainda estabelecer parcerias e gerar sinergias no contexto internacional, nos domínios da investigação, produção, processamento e comércio.

Ensinaamentos “Sobre o Cuidado da Casa Comum”

Gabinete de Planeamento, Políticas e Administração Geral (GPP)

Referência:

AUTOR: Santo Padre Francisco

TÍTULO: *LAUDATO SI*

COLECÇÃO: Encíclicas da Santa Sé

EDITOR: Tipografia Vaticana

TIPO DE DOCUMENTO: Documento pontifício – Carta Encíclica para o magistério social da Igreja

LOCALIZAÇÃO DO DOCUMENTO: http://w2.vatican.va/content/dam/francesco/pdf/encyclicals/documents/papa-francesco_20150524_enciclica-laudato-si_sp.pdf

IDIOMA: árabe, alemão, inglês, espanhol, francês, italiano, polaco, português.

NÚMERO DE PÁGINAS: 192

DATA/ANO DA EDIÇÃO: 24 de maio de 2015

Palavras-chave: espiritualidade, ecologia, bem-estar social.

instituídos mas também pela indiferença e falta de participação das populações.

Estrutura do documento:

Em Carta Encíclica dirigida a “*cada pessoa que habita neste planeta*”, o Papa Francisco desafia as pessoas a renovarem o diálogo sobre a maneira como estamos a construir o futuro do planeta no que respeita à deterioração global do ambiente, com impacto sobretudo na vida das populações mais desfavorecidas, tendo em conta as dificuldades observadas no percurso já efetuado pelos movimentos ecológicos, não só pela recusa à mudança dos poderes

Enquadrando a encíclica na continuidade de anteriores atos pontífices da Igreja Católica e de outras comunidades religiosas, os quais têm contribuído para gerar nestas comunidades capacidade de reflexão sobre os efeitos para a humanidade da evolução do estado ecológico do mundo, o Santo Padre identifica esses atos como reflexos da evolução do pensamento global (científico, filosófico, teológico e social), desenvolve a sua visão no contexto atual e propõe “algumas linhas de maturação humana inspiradas no tesouro da experiência espiritual cristã”.

Este documento é atravessado por um conjunto de questões, designadamente “a íntima relação entre os pobres e a fragilidade do planeta, a convicção de que no mundo tudo está ligado, a crítica ao novo paradigma e às formas de poder que derivam da tecnologia, o convite para procurar outras maneiras de entender a economia e o progresso, o real valor de cada pessoa, o significado humano da ecologia, a necessidade de debates francos e honestos, a grande responsabilidade da política internacional e local, a cultura do desperdício e a proposta de um novo estilo de vida”.

Estrutura-se em seis capítulos:

- Capítulo I – O que está a acontecer à nossa casa;
- Capítulo II – O evangelho da criação;
- Capítulo III – A raiz humana da crise ecológica;
- Capítulo IV – Uma ecologia integral;
- Capítulo V – Algumas linhas de orientação e de ação;
- Capítulo VI – Educação e espiritualidade ecológica.

Principais constatações/destaques/conclusões:

A encíclica caracteriza aspetos da atual crise ecológica do planeta, penetrando na linguagem e conhecimento disponíveis como forma de “dar uma base concreta ao percurso ético e espiritual a indicar”. Refere o agravamento dos problemas relacionados com a poluição, resíduos e cultura do desperdício (de pessoas e de bens), as alterações climáticas, as questões da escassez e falta de qualidade da água e as da perda de biodiversidade, alertando para a necessidade de, a partir da identificação das variáveis com impacto na modificação do meio ambiente, reforçar a investigação sobre o funcionamento dos ecossistemas.

Acrescenta que em épocas de crise profunda, que exigem lideranças fortes e decisões corajosas somos tentados a ter comportamentos evasivos, mantendo

os nossos estilos de vida, de produção e de consumo, no qual uma minoria se julga com o direito de consumir numa proporção que seria impossível de generalizar, porque para além do problema da pressão sobre os recursos naturais, aquele que seria gerado pela incapacidade de absorção do aumento significativo dos resíduos.

Refere que o ambiente humano e o ambiente natural se degradam em conjunto, recaindo os seus efeitos sobretudo nas populações mais desfavorecidas, tornando-se a abordagem ecológica sempre uma abordagem social. Ilustra com o impacto das alterações climáticas na destruição dos serviços de ecossistemas (agricultura, pesca e floresta), dos quais dependem as populações dos países em vias de desenvolvimento, que conduzem a disputas pelo controlo dos recursos e a migrações maciças das populações para os países mais desenvolvidos. Considera ainda que as teorias que suportam as políticas de redução de natalidade pretendem responsabilizar o incremento demográfico, e não o consumo exacerbado de alguns, pelo modelo distributivo atual, não contribuindo para “resolver os problemas dos países pobres e pensar num mundo diferente”.

Defende que a desigualdade obriga a pensar numa ética das relações internacionais por haver uma verdadeira “dívida ecológica”, particularmente entre o Norte e o Sul, relacionada com desequilíbrios comerciais, de evidentes consequências ecológicas, e com o uso desproporcionado de recursos naturais por parte de alguns países. À semelhança dos mecanismos internacionais aplicáveis aos países pobres para o controlo da “dívida externa” deve a “dívida ecológica” passar a ser um instrumento de controlo para a diminuição das desigualdades. Deve-se, assim, manter com clareza a consciência de que há *responsabilidades diversificadas* nas alterações climáticas e concentrar o debate nas necessidades dos mais vulneráveis em termos sociais.

Refere ainda as debilidades das governanças internacionais, que não têm permitido ir mais longe no

encontro de soluções para os problemas ambientais, designadamente o do esgotamento dos recursos, e onde a submissão da política a questões financeiras e técnicas tem contribuído para a falência das Cimeiras mundiais sobre ambiente. A “inteligência” que tem sido responsável pelo enorme desenvolvimento tecnológico não consegue encontrar formas eficazes de gestão internacional para resolver os graves problemas ambientais e sociais. A encíclica considera que os países que beneficiaram de um maior nível de industrialização têm maior responsabilidade em contribuir para a solução dos problemas que causaram, sendo fundamental a comunidade internacional chegar a um acordo sobre a responsabilidade de quem deve suportar os maiores custos da mudança.

As relações entre estados devem estabelecer caminhos consensuais, com padrões globais que impeçam ações inaceitáveis como países mais poderosos descarregarem sobre outros países os seus resíduos altamente poluentes. Neste sentido torna-se indispensável o reforço das instituições internacionais, através da designação de autoridades de forma imparcial, por meio de acordos entre governos nacionais e dotadas de poder sancionatório. Nesta perspetiva a diplomacia adquire uma importância inédita, chamada a promover estratégias internacionais para prevenir problemas mais graves.

No que se refere ao exercício do poder ao nível de cada estado salienta como positiva a introdução, na legislação e jurisprudência, de regras que contribuem para evitar os efeitos poluentes. Lembra que a obtenção de resultados requer tempo e chama a atenção para os efeitos perversos de uma visão de curto prazo induzida em parte pelos ciclos eleitorais. Refere que a adoção de boas práticas e a busca criativa de novos caminhos deve ser incentivada a nível institucional.

Considera ainda que, devido ao maior sentido de comunidade das populações, iniciativas de maior

alcance e responsabilidade devem envolver o nível local desde a fase de conceção. Realça como positiva a intervenção organizada das populações, no sentido de forçar os governos a desenvolverem normativos, procedimentos e controlos mais rigorosos. Acrescenta que os melhores dispositivos acabam por sucumbir, quando faltam as grandes metas, os valores.

No que se refere às relações entre a economia e o ambiente, refere que a lógica do máximo lucro não é compatível com os ritmos da natureza, os seus tempos de degradação e de regeneração, e a complexidade dos ecossistemas, que podem ser profundamente alterados pela intervenção humana. Sugere uma reavaliação do nosso modelo de desenvolvimento, desacelerando a delapidação dos recursos com a diversificação da produção, redução do impacto ambiental e a criação de emprego.

Insurge-se contra o paradigma “tecnocrático” dominante, embora reconheça as grandes vantagens dos avanços tecnológicos para o bem da humanidade. Considera que as tecnologias não são neutras estando o seu impacto dependente da forma como as mesmas são utilizadas dando o exemplo da energia nuclear. A estreita dependência do uso das tecnologias dos interesses de grupos de poder (económico e financeiro) tem conduzido aos atuais modelos de “superdesenvolvimento dissipador e consumista que contraste, de forma inadmissível, com perduráveis situações de miséria desumanizadora”. Associa desta forma a causa da degradação ambiental, a perda do sentido da vida e da convivência social a questões de governança.

Afirma que a Igreja não pretende definir as questões científicas nem substituir-se à política, mas apenas promover um debate honesto e transparente, para que as necessidades particulares ou as ideologias não lesem o bem comum. Acrescenta que uma estratégia de mudança real exige repensar a totalidade dos processos, pondo em discussão a lógica subjacente à cultura atual.

Tendo em consideração que os princípios éticos podem reaparecer sob outras linguagens, incluindo a religiosa, a encíclica exorta os crentes a serem coerentes com a sua fé não a contradizendo através das suas ações.

No sentido da aproximação da ética aos desenvolvimentos científicos e de ajudar no combate a uma crise ambiental, especialmente à decorrente da abordagem do antropocentrismo moderno (razão técnica acima da realidade), o Santo Padre apela ao exercício duma ecologia integral (ambiental, económica e social), não só a nível das governanças mas, e especialmente, uma alteração dos estilos de vida por todos em direção a uma verdadeira *conversão ecológica*.

Comentários:

A agricultura e floresta é referenciada ao longo da encíclica, especialmente no quanto ela representa para os países pobres, tanto pela vulnerabilidade acrescida dos seus solos (práticas agrícolas e desflorestação) decorrente da perda de função ecológica pelas pressões ambientais a que estão sujeitos (especial foco nos efeitos causados pelas alterações climáticas) como pelo quanto os serviços de ecossistemas oferecidos (ou danificados devido às pressões ambientais dos países industrializados) contribuem e devem ser contabilizados na “dívida ecológica” proposta desenvolver.

Alertas para a necessidade de aspetos a ter em conta nas soluções a desenvolver para o setor são explícitas, nomeadamente:

- o papel de economias de escala (salvaguarda de culturas agrícolas de baixa tecnologia mas eficazes no local onde são exercidas);
- incluir um olhar abrangente (nova luz) nos debates científicos que determinam o desenho de linhas de financiamento para o desenvolvimento de novas soluções (ex. para OGM: agricultores, consumidores, autoridades, cientistas, produtores de sementes, populações vizinhas dos campos tratados e outros);
- contribuir para a agricultura sustentável no contexto da gestão internacional através da integração efetiva do fator solo e com soluções de nível nacional/local que não sejam de receita uniforme, apostando especialmente em melhoramentos de técnicas sustentáveis.

A Carta Encíclica do Santo Padre Francisco LAUDATO SI “Sobre o Cuidado da Casa Comum”, alinhada com as temáticas em debate no âmbito da negociação do Acordo a alcançar na 21ª sessão da Conferência das Partes da Convenção Quadro em Alterações Climáticas das Nações Unidas (COP21) a realizar em Dezembro de 2015, é oportuna e de elevado contributo, nomeadamente em suporte à melhor contabilização do contributo da agricultura no combate às alterações climáticas.

Instrumentos de política para alterações climáticas

Gabinete de Planeamento, Políticas e Administração Geral (GPP)

Referência:

AUTOR: UNFCCC. *Conference of the Parties (COP)*. (CQNUAC – Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre as Alterações Climáticas. Conferência das Partes – COP.)

TÍTULO: *Adoption of the Paris Agreement. Proposal by the President*. (Adoção do Acordo de Paris. Proposta do Presidente.)

COLECÇÃO: FCCC/CP/2015

EDITOR: *United Nations Office at Geneva*. (Gabinete das Nações Unidas em Geneva.)

TIPO DE DOCUMENTO: resultado acordado com força legal ao abrigo da Convenção aplicável a todas as partes.

LOCALIZAÇÃO DO DOCUMENTO: http://unfccc.int/documentation/documents/advanced_search/items/6911.php?preref=600008831

IDIOMA: original: inglês; traduções oficiais: espanhol, francês, chinês, árabe e russo.

NÚMERO DE PÁGINAS: 32.

DATA/ANO DA EDIÇÃO: 12/12/2015.

Palavras-chave: compromisso, alterações climáticas, desenvolvimento sustentável

Estrutura do documento:

O documento constitui a proposta de decisão para a adoção do Acordo de Paris pelas partes da CQNUAC. O texto integral do Acordo de Paris, aprovado na Conferência das Partes realizada em Paris em dezembro de 2015 (COP21), é anexo integrante desta proposta de decisão.

Principais constatações/destaques/conclusões:

O Acordo de Paris visa o compromisso das partes para uma ação comum, equitativa e diferenciada

conforme as circunstâncias nacionais, que permita: (1) manter o aumento médio da temperatura mundial em 2°C e desenvolver esforços para limitar esse aumento a 1,5°C (em comparação com os níveis pré-industriais); (2) aumentar a capacidade de adaptação aos efeitos adversos das alterações climáticas sem ameaçar a produção de alimentos; (3) assegurar a coerência dos fluxos financeiros com os objetivos das trajetórias sustentáveis (desenvolvimento Hipo carbónico e resiliente em termos de clima). Para ratificação pelas partes até 21 de Abril de 2017, cria um novo mecanismo que assistirá os países na implementação efetiva e coordenada (mitigação, adaptação, transferência de tecnologia e capacitação) de abordagens integradas, holísticas e equilibradas (que não de mercado), que possam contribuir tanto para a redução das emissões de GEE

como para o desenvolvimento sustentável, nomeadamente através de: (1) promoção da ambição de mitigação e de adaptação; (2) reforço da participação do setor público e privado nas implementações nacionais; (3) coordenação dos diferentes instrumentos de governação relacionados. Assume o reforço da implementação do Quadro de Adaptação de Cancun (melhorar a eficácia e durabilidade das ações de adaptação) e do Mecanismo Internacional de Varsóvia (perdas e danos associados aos efeitos adversos das alterações climáticas), e da introdução duma visão de longo prazo na definição de prioridades à mobilização de financiamento para o clima por ação coordenada entre os Mecanismos Financeiro e de Tecnologia da Convenção.

Comentários:

- As principais implicações para os setores agrícola, agroalimentar e florestal nacional, decorrentes do Acordo de Paris, estarão em primeiro lugar relacionadas com o eventual esforço adicional de redução de emissões e de ganho de capacidade adaptativa a um desenvolvimento sustentável, bem como do melhor conhecimento das contabilidades das emissões setoriais e eficácias a identificar. Sublinha a centralidade que a produção agroalimentar tem de ter no contexto das alterações climáticas, reconhecendo de forma expressa a prioridade de salvaguardar o abastecimento alimentar de forma a acabar com a fome e as vulnerabilidades que os sistemas de produção agroalimentar têm face aos impactos negativos das alterações climáticas. Cria oportunidades para novas dinâmicas de envolvimento em iniciativas para boas práticas agrícolas e florestais, nomeadamente relacionadas ao potencial ainda não explorado do uso do solo como sumidouro¹.
- No contexto que o setor agroalimentar pode ter no combate às alterações climáticas, nomeadamente no plano das políticas públicas, assume especial relevância as alterações introduzidas na reforma da PAC de 2013, onde pelo menos

30% dos envelopes de Pagamentos Diretos e do Desenvolvimento Rural têm que ser associados a instrumentos de política que contribuam para a atenuação das alterações climáticas e adaptação às mesmas, bem como em questões ambientais. Como principais instrumentos abrangidos temos o pagamento *greening* nos pagamentos diretos e os apoios do desenvolvimento rural a favor da agricultura biológica, das zonas sujeitas a condicionantes naturais, da silvicultura, das zonas Natura 2000 de investimentos relacionados com o clima e o ambiente.

- O Quadro Estratégico para a Política Climática (QEPiC), publicado pela Resolução de Conselho de Ministros 56/2015, de 30 de Julho, estabelece a estrutura nacional necessária para o reforço da resposta nacional aos compromissos já assumidos no quadro da Convenção e aos adicionais que potencialmente decorrerem da ratificação por Portugal do Acordo de Paris. Num contexto de Crescimento Verde (CCV), os setores agrícola e florestal são vetores estratégicos em todas as componentes QEPiC e o setor agricultura assume os seguintes objetivos de redução de gases de efeito de estufa: - 8% em 2020 e -11% em 2030.
- No que respeita às linhas investigação e inovação (I&I) que o QEPiC integra, o GPP e o INIAV assinaram em 16 de Dezembro de 2015 um Acordo de Colaboração para efeitos da adesão à *Global Research Alliance on Agricultural Greenhouse Gases* (GRA). Conforme a própria GRA reconhece², os resultados da COP21 beneficiam as atividades desta rede de I&I por serem especialmente desafiadores à transformação do setor agroalimentar e à busca dos benefícios de sumidouro potencial do setor agroflorestal. Portugal, especialmente interessado nas atividades GRA orientadas à região do Mediterrâneo, espera igualmente poder auferir da partilha deste conhecimento e melhor se capacitar para o ganho de eficácia nas opções a recomendar à implementação das P&M setoriais já constantes do QEPiC.

¹ <http://newsroom.unfccc.int/lpaa/agriculture/join-the-41000-initiative-soils-for-food-security-and-climate/>

² <http://globalresearchalliance.org/n/gra-benefits-from-cop21-outcomes/>

Instrumentos de política para a erradicação da fome na CPLP

Gabinete de Planeamento, Políticas e Administração Geral (GPP)

Referência:

AUTOR: CPLP

TÍTULO: Estratégia de Segurança Alimentar da CPLP

EDITOR: CPLP

TIPO DE DOCUMENTO: Guia de enquadramento e Órgãos de Governação

LOCALIZAÇÃO DO DOCUMENTO: <http://www.cplp.org/id-2393.aspx>

IDIOMA: Português

NÚMERO DE PÁGINAS: 38 páginas

DATA/ANO DA EDIÇÃO: Junho 2015

Palavras-Chave: ESAN-CPLP

de maior governança das políticas e programas sectoriais de segurança alimentar e nutricional”.

Enquadramento:

A consciencialização que existiam cerca de 28 milhões de pessoas desnutridas na Comunidade dos Países de Língua Portuguesa aguçou a vontade dos Chefes de Estado e do Governo reunidos em Maputo em Julho de 2011, de adotarem uma Estratégia de Segurança Alimentar e Nutricional (ESAN) para a CPLP.

A visão da ESAN-CPLP, é a de “*uma Comunidade de países com capital humano saudável e ativo, livre da fome e da pobreza, num quadro de realização progressiva do direito humano à alimentação adequada e respeito pela soberania nacional*” e o objetivo global da estratégia é o de “*contribuir para a erradicação da fome e da pobreza na CPLP, através do reforço da coordenação entre os Estados membros e*

De acordo com as conclusões da Conferencia Mundial da Alimentação realizada em Roma em 1996 pela FAO, a noção de Segurança Alimentar e Nutricional convoca um carater multidimensional que se expressa pela disponibilidade, acesso e estabilidade na utilização dos alimentos implicando a existência de mecanismos aptos para a sua governança.

Principais constatações/destaques:

O marco conceptual da ESAN-CPLP são as Diretrizes Voluntárias para a realização progressiva do Direito Humano à Alimentação Adequada, adotadas pela FAO em 2004, nomeadamente o seu nº 8, que se refere à necessidade de garantir o acesso aos recursos naturais e a um conjunto de bens e ser-

viços fundamentais para os agricultores familiares, que constituem a categoria principal e mais vulnerável dos produtores agrícolas dos estados membros. De notar também que o termo “adequada” remete para alimentos seguros, com qualidade nutritiva, que proporcionem uma dieta diversificada e obtidos através de práticas produtivas sustentáveis respeitando a diversidade cultural e religiosa.

Constituem os principais **eixos de intervenção** da ESAN-CPLP:

1. **Fortalecimento da governança da Segurança Alimentar e Nutricional** – que contempla o fortalecimento do Secretariado Executivo da CPLP e do edifício institucional para implementar a ESAN.
2. **Promoção do acesso e utilização dos alimentos para melhoria dos modos de vida dos grupos mais vulneráveis** – que contempla a implementação de políticas de proteção social direcionadas especialmente para os grupos mais vulneráveis à insegurança alimentar e nutricional, nomeadamente crianças, mulheres grávidas, idosos, famílias de baixos rendimentos e doentes com doenças crónicas e outras endémicas.
3. **Aumento da disponibilidade de alimentos através dos pequenos produtores** – que contempla o reforço da produção interna de proximidade através da pequena agricultura e da agricultura familiar para satisfação das necessidades das populações locais.

A estrutura de decisão e de execução da ESAN-CPLP foi concebida observando uma arquitetura institucional que incentiva a interligação e alinhamento entre os níveis internacional (Comité de Segurança Alimentar junto da FAO), regional (CPLP), nacional, e local.

O **CONSAN-CPLP** é a plataforma de nível ministerial e multiautores para a coordenação das políticas e programas na área da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) dos Estados membros. Tem como atribuições: promoção da intersectorialidade, convergência, coerência e coordenação de políticas;

assessoria à Conferência de Chefes de Estado e de Governo da CPLP; representação e articulação da CPLP com plataformas e estruturas de governabilidade regionais e internacionais, nomeadamente o Comité de Segurança Alimentar no âmbito da FAO.

A estrutura do CONSAN-CPLP contempla: Reunião Plenária, em que estão representados os Estados membros, a Sociedade civil, Parlamentares, Organizações do ensino Superior, Setor Privado e Poder Local; Presidência, exercida pelo Estado membro que preside à CPLP; Secretariado Técnico Permanente, composto pelos Pontos Focais de SAN dos Estados membros, com funções de coordenação técnica e administrativa e de secretariado do CONSAN; Grupos de Trabalho, criados *ad hoc* para desenvolver o trabalho necessário de preparação das propostas de políticas públicas ou de atividades relativas aos três eixos da ESAN.

Para estimular e organizar a participação dos diversos parceiros, está prevista a criação de Mecanismos de facilitação. Já foram constituídos mecanismos para a Sociedade Civil, Universidades e Setor Privado.

O Financiamento da ESAN-CPLP contempla um orçamento de funcionamento e um orçamento do plano de atividades que é alimentado respetivamente por contribuições integradas no orçamento do Secretariado Executivo da CPLP e por contribuições voluntárias dos Estados-membros doadores e organizações multilaterais.

A FAO apoiou desde o primeiro momento a ESAN-CPLP, técnica e financeiramente, através de um Projeto de Cooperação Técnica num montante de cerca de 500 mil €.

Dos resultados já alcançados com a aplicação da ESAN-CPLP, destaca-se:

- A criação da estrutura de governação (exceção dos mecanismos de facilitação dos Parlamentares e Poder Local a criar em breve);
- Funcionamento do Grupo de Trabalho Agricultura Familiar que lançou a discussão

Acompanhamento e avaliação de políticas agrícolas

Gabinete de Planeamento, Políticas e Administração Geral (GPP)

Referência:

AUTOR: OCDE -Departamento de Agricultura e Comércio

TÍTULO: Acompanhamento e Avaliação das Políticas Agrícolas-2015

EDITOR: OCDE

TEMA: Análise da Evolução das Políticas Agrícolas

TIPO DE DOCUMENTO: Publicação anual

LOCALIZAÇÃO DO DOCUMENTO: OECD(2015), Agricultural Policy Monitoring and Evaluation 2015- http://dx.doi.org/10.1787/agr_pol-2015-en

IDIOMA: inglês

NÚMERO DE PÁGINAS: 34

DATA/ANO DA EDIÇÃO: 2015

Palavras-chave: acompanhamento e avaliação das políticas agrícolas; estimativa do apoio aos produtores agrícolas.

Estrutura do documento: Este estudo é constituído por três partes :

Parte I – Evolução das políticas e do apoio ao setor agrícola – contém uma análise do comércio internacional para os principais produtos agrícolas e indicadores económicos dos países estudados no relatório. Esta parte do relatório está disponível em versão impressa e digital.

Parte II – Evolução do apoio monetário ao setor agrícola, por país – contém informação sobre cada um dos países analisados: contexto atual, descrição e estimativa dos apoios concedidos à agricultura em 2014 e descrição dos instrumentos de política adotados. A informação sobre a União Europeia surge num capítulo específico (Capítulo Nove). Apresenta uma breve descrição da evolução das medidas adotadas ao longo das várias reformas da PAC, nomeadamente a reforma de 2013. Disponível em formato digital – site OCDE (197 pgs).

Parte III – Anexo estatístico – contém as tabelas com a estimativa dos apoios à agricultura para cada um dos países. Disponível em formato digital- site OCDE (104 pgs).

Resumo:

O relatório “Agriculture Policy Monitoring and Evaluation 2015” constitui uma das publicações bandeira da OCDE na area da agricultura. A edição de 2015 engloba na sua análise 49 países, membros da OCDE e economias emergentes com relevância no mercado mundial.

São nove os países não membros como Brazil, China, Colombia, Indonésia, Kazaquistão, Russia, Africa do Sul, Ucrania e Vietnam. Na União Europeia a informação considerada refere-se unicamente aos países membros da OCDE.

O objectivo do relatório é avaliar de forma quantitativa os apoios monetários transferidos para o setor agrícola, independentemente dos instrumentos usados por cada um dos países em 2014. Através de um conjunto de indicadores desenvolvidos pela OCDE (PSE s/CSEs/GSSEs)¹ é possível quantificar o total das transferências, (TSE) Estimativa Total do Apoio ao setor. Este valor pode ser desagregado em diferentes categorias de acordo com a natureza da medida em: Estimativa do Apoio ao Produtor (PSE) relativo às transferências diretas para apoio aos produtores agrícolas; Estimativa do Apoio ao Consumidor (CSE) valor das transferências para os consumidores de produtos agrícolas; e Estimativa de Apoio a Serviços Gerais (GSSE) relativo às despesas gerais não diretamente orientadas para produtores ou consumidores mas a agricultura é beneficiária. Através destes indicadores, independentemente da diversidade das medidas adotadas pelos diferentes países, é possível avaliar os mon-

tantes dispendidos e qual a evolução ao longo do tempo. De facto, neste exercício tão importante é o nível de apoio como o tipo de instrumentos de politica adotados.

Na edição de 2015 os 49 países analisados, contribuíram em mais de 88% para o valor acrescentado agrícola global. É de salientar o peso relativo da China que contribui em mais de 43 % para este total.

Neste relatório estão calculadas as transferências efetuadas para os produtores agrícolas, que totalizaram cerca de 450 mil milhões de euros por ano (PSE), no período 2012-2014 e que corresponde a um sexto das receitas dos produtores agrícolas. A este valor deve ser acrescentado mais 103 mil milhões de euros por ano relativo a despesas para serviços gerais do funcionamento do setor (GSSE). Em alguns países esta categoria (GSSE) assume particular importancia no total do apoio à agricultura, como na Australia Chile e Nova Zelândia. Por sua vez, os Estados Unidos afetam grande percentagem do apoio total ao setor agrícola aos consumidores (CSE) .

A percentagem da Estimativa do Apoio aos Produtores (PSE) tem vindo a reduzir-se passando de 21 % em 1995-1997 para 17% em 2012-2014. Este valor médio não reflete as diferenças entre os varios países sobre o nível do apoio concedido. Embora na area da OCDE a tendência geral seja para a redução do apoio aos produtores e supressão das medidas mais distorsoras, em algumas economias emergentes tem-se verificado o inverso.

Alguns países recentemente efectuaram reformas da sua politica agricola, como Canadá (2014-18), Japão (2014-20), Estados Unidos (2014-2018) e União Europeia (2014-2020) colocando maior enfase em prioridades de médio prazo, como a sustentabilidade ambiental, gestão do risco e inovação. Uma analise mais detalhada das medidas consta na Parte II do relatório.

¹ Sigla inglesa: (PSE) Producer Support Estimate; Consumer Support Estimate (CSE); General Services Support Estimate (GSSE); Total Support Estimate (TSE)

Comentário / principais recomendações:

Com base neste relatório a OCDE estabelece um conjunto de recomendações alertando para a necessidade dos governos darem maior foco a políticas de médio e longo prazo em detrimento de medidas de curto prazo.

O setor agrícola irá estar defrontado com grandes desafios no futuro próximo. Globalmente a agricultura deverá produzir mais alimentos para uma população crescente com novas exigências na dieta alimentar, irá haver maior competição na utilização dos recursos naturais, nomeadamente solos e água e deverá adaptar-se às alterações climáticas. Em simultâneo, o setor agrícola terá de contribuir para os objectivos fixados na Conferência das Nações Unidas sobre as Alterações Climáticas (COP21)² nomeadamente na vertente da mitigação.

Para responder a estes desafios o relatório aponta a necessidade de atrair capital humano e financeiro e melhorar o ambiente em que o setor opera. Neste contexto assume particular relevância uma maior articulação da política agrícola com outras políticas (macroeconómica, comercial, social e ambiental) e a redução dos impedimentos aos ajustamentos estruturais que, em muitos países terá maior eficácia que persistir com as atuais políticas.

Para reorientação referida e para o curto prazo destacam-se as seguintes recomendações:

- O apoio aos preços de mercado devem ser reduzidos com vista à sua eventual eliminação. Frequentemente este mecanismo não atinge os potenciais beneficiários, impõe custos elevados aos consumidores, sobretudo nos países de menor rendimento e afasta os produtores das regras do funcionamento do mercado.

- Os subsídios aos fatores de produção devem ser suprimidos. Estes instrumentos de política agrícola são particularmente ineficientes, distorsores da produção e do mercado. Além disso, podem conduzir a utilizações incorrectas por parte dos produtores, com impactos negativos para o ambiente como no caso dos fertilizantes. A concessão de linhas de crédito para aquisição de fatores de produção, podem representar um peso elevado para os orçamentos nacionais e fomentar o endividamento dos produtores.
- As medidas de estabilização do rendimento devem ser devidamente ponderadas. Os benefícios que geram são reduzidos quando comparados com os custos que os contribuintes têm de suportar. Alguns riscos que os agricultores enfrentam, podem ser geridos através de mecanismos de mercado. O apoio público deve ser orientado para ajudar os produtores a enfrentarem os riscos de “catástrofes” associados a situações de crise que não controlam.
- Os pagamentos diretos quando ligados a objectivos e metas bem definidos, podem constituir uma eficiente alternativa para apoio do rendimento e atingir os objectivos em áreas específicas, incluindo o ambiente. As preocupações sobre os impactos negativos da agricultura no ambiente devem ser abordadas combinando medidas de mercado, regulamentação e tributação.
- O apoio não específico aos proprietários da terra quase nunca é justificado, contudo os pagamentos diretos, podem constituir um importante papel no processo de transição de reforma das políticas agrícolas.

Este relatório e as suas recomendações são de especial oportunidade e atualidade, considerando que se realiza em abril de 2016 uma Conferência Ministerial dos Ministros da Agricultura da OCDE para discutirem as oportunidades e desafios para a agricultura e agroalimentar e explorar as medidas a adotar.

² Acordo de Paris sobre Alterações Climáticas estabelece que o aquecimento global deve situar-se abaixo de 2°C e desenvolver esforços para ficar em 1,5°C

Aprovisionamento em situações de crise e planeamento civil de emergência

Gabinete de Planeamento, Políticas e Administração Geral (GPP)

Referência:

AUTOR: Hélder Muteia – Representante da FAO em Portugal e junto da CPLP

TÍTULO: Os desafios da Alimentação Mundial

TIPO DE DOCUMENTO: Apresentação no ciclo de conferências “VIDA ECONÓMICA”, sob o tema do «PDR2020 e Empreendedorismo Agrícola»: Reserva Estratégica Alimentar: um conceito estratégico para a economia portuguesa

LOCALIZAÇÃO DO DOCUMENTO: http://conferenciasve.pt/sites/default/files/desafios_da_alimentacao_mundial.pptx

IDIOMA: Português

NÚMERO DE PÁGINAS: 25

DATA DE EDIÇÃO: 18 de novembro de 2015

Palavras-chave: Agricultura

Principais constatações/destaques/conclusões:

A atual situação em que vivemos, assente numa agricultura integrada no espaço europeu, permite que existam à nossa disposição todos os alimentos fundamentais para assegurar a nossa subsistência. Contudo, não dispensa que estejamos preparados para situações em que esta realidade possa ser posta em causa, sendo tal facto desencadeado, normalmente, por situações de crise. O papel de

preparar tais cenários incumbe também ao Planeamento Civil de Emergência, conceito com que poucos estarão familiarizados.

Existem reconhecidamente dois tipos de situações de crise para as quais se impõe uma reflexão e consequente planeamento de ações: as de carácter estrutural e as de carácter conjuntural ou pontual.

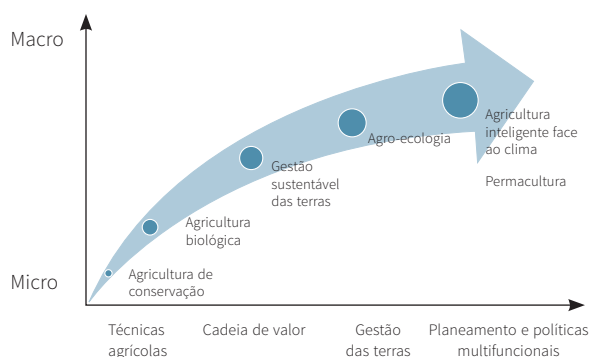
Para o enquadramento do primeiro tipo de situação de crise – de carácter estrutural –, o representante da FAO em Portugal e junto da CPLP, fez recentemente uma apresentação sobre este tema, onde

apontava para os seguintes impactos genéricos dos sistemas alimentares modernos:

- Maior produção alimentar do que em qualquer outro momento na história
- Má distribuição (falta para uns, excesso para outros)
- Maior pressão sobre os recursos naturais (água, solo e biodiversidade)
- Alargamento da cadeia de valor (agroindústria)
- 1/3 dos alimentos produzidos é desperdiçado

Sobre estas matérias, valerá a pena equacionar, tal como faz a FAO, o que se passa no mundo, nomeadamente em países em desenvolvimento, onde importa referir que a experiência diz que quando existem carências de alimentos, não é evidente que o excesso produzido noutras regiões venha a colmatar tais deficiências, sendo necessária uma desagregação mais fina para uma análise correta das políticas a seguir. Importa portanto desencadear mecanismos que, tanto à escala mundial como europeia possam garantir, tanto em quantidade como em qualidade, a disponibilidade dos alimentos às populações, com os graus de exigência tão diversos de acordo com as situações específicas de cada caso, sendo evidente que a prioridade dada a cada um daqueles parâmetros é variável de acordo com o desenvolvimento de cada região.

De facto, a evolução conceptual da agricultura sustentável que é desta forma descrita pela FAO, evi-



dencia bem os caminhos distintos que existem ainda por percorrer pelas diferentes agriculturas existentes no mundo:

Comentários:

A experiência da Europa será diferente, nomeadamente numa União Europeia que tem uma Política Agrícola Comum (PAC) que começou por integrar preocupações de garantir a segurança do abastecimento alimentar, tendo posteriormente infletido – no final dos anos 80 e começo dos anos 90 do século passado –, centrando-se agora prioritariamente noutras áreas de intervenção, mais integradas no processo evolutivo descrito pela FAO em fases mais avançadas.

Estando Portugal integrado neste espaço europeu, será normal que as preocupações existentes estejam alinhadas com as da PAC vigente, assentes em questões estruturais e multidisciplinares do papel da agricultura.

No entanto, os desafios de carácter conjuntural são permanentes. Alguns com fortes impactos nos normais abastecimentos, pelo é sobre cenários deste tipo que o Planeamento Civil de Emergência tem trabalhado, tanto decorrentes de intervenção humana como decorrentes de catástrofes naturais.

Nesta matéria, a principal fonte de doutrina exterior é a NATO (Organização do Tratado do Atlântico Norte). Recentemente, por ocasião do Acordo de Lisboa de 2010, a NATO assumiu um novo Conceito Estratégico, intitulado "Compromisso ativo, Defesa moderna", vendo reforçada a sua componente de intervenção não militar. Embora a NATO seja percebida pela maioria das pessoas como uma organização estritamente militar, engloba de facto uma estrutura civil – o Planeamento Civil de Emergência –, que se viu reforçado face às lições da história mais recentes, em funções tais como:

- Apoio civil às operações militares;

- Apoio às operações de resposta a crises;
- Apoio às autoridades nacionais em situações de emergência civil;
- Apoio às autoridades nacionais em proteção às populações contra o efeito de armas de destruição massiva;
- Cooperação com os Parceiros.

Como se pode verificar, as funções são de tal modo abrangentes que naquelas definições cabem múltiplos tipos de ações. Para tal, a NATO dispõe de uma estrutura específica, que engloba vários grupos de trabalho especializados, um dos quais se dedica a questões ligadas à saúde, agricultura e alimentação, que adota como funções principais as seguintes:

- Assegurar a planificação conjunta civil-militar necessária a uma capacidade de resposta da NATO a situações de crise;
- Assegurar o seguimento e avaliação dos setores da medicina, saúde, abastecimentos, agricultura e água, bem como de acordos relativos a estes setores;
- Rever periodicamente objetivos e assegurar formação de peritos nacionais;
- Apoiar as atividades de Planeamento Civil de Emergência.

À escala nacional, estas questões colocam-se naturalmente de acordo com a matriz europeia existente, e têm sido alvo de evolução recente, sobretudo no que diz respeito ao modelo institucional de acompanhamento. Em Portugal toda esta estrutura, hoje centrada na Autoridade Nacional de Proteção Civil, foi até há pouco tempo acompanhada e coordenada pelo entretanto extinto Conselho Nacional de Planeamento Civil de Emergência (CNPCE), que era composto por várias comissões especializadas autónomas, onde se incluía uma relativa à agricultura e alimentação (Comissão de Planeamento de Emergência da Agricultura), estando hoje essas competências inseridas no Gabinete de Planeamento, Políticas e Administração Geral.

Independentemente do modelo organizacional, as principais preocupações permanecem. Prendem-se com a resiliência em situações de crise desencadeadas por fatores naturais ou humanos, para os quais periodicamente se desenvolvem exercícios, com cenários que se procuram ser o mais próximo possível dos que possam vir a acontecer. De igual forma, a proteção de infraestruturas consideradas como críticas, a forma de garantir o regular abastecimento à população em dietas específicas para situações de crise, bem como os aspetos operacionais para resposta segura a situações em que os sistemas de ligação normais sejam afetados, constituem áreas de trabalho do Planeamento Civil de Emergência.

Instrumentos de política para boas práticas agrícolas

Gabinete de Planeamento, Políticas e Desenvolvimento Rural (GPP)

Referência:

AUTOR: Grupo de Ação para o Azoto Reativo - Painel de Peritos em Mitigação no Setor Agrícola (TFRN - Task Force on Reactive Nitrogen, Expert Panel on Mitigation of Agricultural), CLRTAP, UNECE

TÍTULO: Código-Quadro da UNECE para Boas Práticas Agrícolas de Redução das Emissões de Amónio (United Nations Economic Commission for Europe Framework Code for Good Agricultural Practice for Reducing Ammonia Emissions)

COLEÇÃO: ECE/EB.AIR/129 (advanced version)

EDITOR: UNECE

TIPO DE DOCUMENTO: documento orientador

LOCALIZAÇÃO DO DOCUMENTO: <http://www.unece.org/fileadmin/DAM/env/documents/2014/AIR/EB/ece.eb.air.129.AV.pdf>

IDIOMA: Inglês

NÚMERO DE PÁGINAS: 25

DATA/ANO DA EDIÇÃO: 24 de março de 2015

Palavras-chave: ciclo do azoto, emissões de amónio, boas práticas agrícolas, fertilização

Estrutura do documento:

O novo Código-Quadro para o Amónio, produzido no âmbito da Convenção sobre Poluição Atmosférica Transfronteiriça a Longa Distância (CLRTAP) / Protocolo de Gotemburgo para a Redução da Acidificação, da Eutrofização e do Ozono Troposférico (tetos nacionais), vem substituir o anterior Código

UNECE¹ e tem em conta as mais recentes experiências e conhecimentos científicos do documento orientador para a Prevenção e Redução das Emissões de Amónio de Origem Agrícola² (MTD - melhores técnicas disponíveis, que integram o documento

¹ EB.AIR/WG.5/2001/7, <http://www.unece.org/fileadmin/DAM/env/documents/2001/eb/wg5/eb.air.wg.5.2001.7.e.pdf>

² ECE/EB.AIR/120, http://www.unece.org/fileadmin/DAM/env/documents/2012/EB/ECE_EB.AIR_120_ENG.pdf

de referência sobre MTD para criação intensiva de aves de capoeira e de suínos³).

O Código-Quadro produz recomendações para Boas Práticas Agrícolas de Redução das Emissões de Amoníaco nos seguintes temas (índice agregado):

- Gestão de azoto tendo em conta todo o ciclo do azoto;
- Estratégias para alimentação animal;
- Sistemas para estabulação animal com baixas emissões;
- Sistemas para armazenamento de efluentes pecuários com baixas emissões;
- Técnicas de espalhamento de efluentes pecuários com baixas emissões;
- Limitar as emissões de amoníaco resultantes da utilização de adubos minerais.

Destina-se a contribuir para a atualização dos Códigos de Boas Práticas Agrícolas em uso nos Países subscritores do Protocolo de Gotemburgo.

Principais constatações/destaques/conclusões:

O azoto (N), como nutriente essencial ao desenvolvimento das culturas, requer um uso eficiente a nível das práticas agrícolas que garanta a sua capacidade funcional e/ou valor económico e salvaguarda da qualidade ambiental.

O amoníaco (NH₃), poluente que contribui para a acidificação e a eutrofização, é essencialmente de origem agrícola encontrando-se limitado a nível europeu por tetos de emissão estabelecidos no âmbito do Anexo IX do Protocolo de Gotemburgo/CLRTAP, instrumento de política internacional que compromete os Países ao seu controlo. A origem

das emissões de NH₃ no setor agrícola provém das seguintes atividades:

1. Efluentes pecuários (estrume e chorume) dos animais estabulados nas várias fases da produção/destino (estabulação, sistemas de armazenamento, aplicação no solo);
2. Fertilização (adubos minerais);
3. Urina excretada por animais de pastoreio e volatilização de NH₃ diretamente das culturas, consideradas contudo de menor relevância.

O Código-Quadro para o Amoníaco vem fornecer um conjunto de recomendações detalhadas para práticas agrícolas que minimizam as perdas de azoto. Tendo em conta que, para ganho de efetividade, a redução do NH₃ deve ser planeada ao nível da exploração e do ciclo do azoto no seu todo, este Código foi desenvolvido com foco na gestão do amoníaco na atividade e considerando as interações entre perdas (para o ar, água e solo), transformações (em outras componentes, incluindo N₂O de elevado potencial de aquecimento global) e captações (pelas culturas) do azoto. Promove, assim, que cada exploração estabeleça uma estratégia para gestão do azoto adequada ao seu caso, numa lógica de abordagem integrada e com recomendações para o enquadramento dos elementos-chave à boa gestão do azoto e ajudas à sua otimização.

As quantidades de azoto utilizadas devem ser compatíveis com as necessidades das plantas e dos animais em desenvolvimento, incluindo fatores locais (variedades genéticas, condições do solo e clima, etc.). Uma boa gestão de azoto nas explorações é uma tarefa exigente e requer conhecimento, tecnologia, experiência, planeamento e monitorização, sendo recomendação do Código-Quadro para o Amoníaco o recurso a ferramentas de cálculo do balanço de azoto para suporte ao uso eficiente do azoto (NUE) na exploração (ex: otimização da alimentação animal; taxas de fertilizantes e/ou chorume e estrume a aplicar no solo).

³ BREF, http://eippcb.jrc.ec.europa.eu/reference/BREF/irpp_bref_0703.pdf

Como contributo prático de suporte às decisões que o agricultor terá de tomar, sistematiza um conjunto de opções para práticas agrícolas a adotar que permitam reduzir as emissões de NH_3 , associadas a níveis de eficácia em geral descritos como reduções percentuais em comparação com métodos de referência (sistema convencional). As áreas de intervenção recomendadas são detalhadas e orientadas à componente que no sistema em análise mais contribui para a emissão de NH_3 (com vista a evitá-la) e, sempre que adequado, com diferenciação das práticas por tipo de produção animal (ruminantes, aves, suínos).

Considerando que a realização de 30% de redução de amoníaco é em geral boa prática, o Código-Quadro para o Amoníaco recomenda várias práticas de

Tabela: Exemplos de Boas práticas agrícolas e seu desempenho face a práticas convencionais

Fonte de NH_3	Prática recomendada	Redução de NH_3
Estabulação de bovinos	Otimização da climatização do estábulo (isolamento do telhado e/ou ventilação natural controlada automaticamente)	20%
	Estábulos de bovinos de carne e de leite com "piso ripado" e limpeza com raspadores "dentados" apropriados às ranhuras, as quais devem ser equipadas com perfurações para permitir a drenagem da urina.	25% e mais de 40% (dependente de frequência da raspagem)
Armazenamento de efluentes pecuários	Cobertura rígida ou tamponamento de tanques (chorume) ou nitreiras (estrupe)	80%
	Substituição de lagoas por tanques abertos/cobertos	30-60%
	Armazenamento em recipientes fechados (<i>bags</i>)	100%
Aplicação no solo de chorume e estrume líquido	Com utilização de distribuidores em banda por "sapata de arrasto"	30-60%
	Com utilização de "injetores de profundidade"	90%
	Diluição ativa do chorume para uso em sistemas de rega [1 chorume : 1 água]	30%
Uso de ureia como fertilizante	Irrigar o campo após a aplicação de ureia (condicionada à disponibilidade de água)	40-70%

Fonte: adaptado de Código-Quadro para o Amoníaco (tradução livre)

níveis superiores de desempenho, resultantes de ações sobre uma única fonte ou de ações combinadas em diversas fontes na linha de produção - ver na tabela seguinte alguns exemplos sobre ganhos estimados de azoto (N) por alteração de práticas.

Sendo os resultados a alcançar muito dependentes das condições de aplicação, nomeadamente das características locais serem mais ou menos favoráveis à volatilização do NH_3 e à retenção/lixiviação dos iões amónia (NH_4^+) pelo solo, bem como

Caixa: Técnicas de aplicação de chorume: injetores e distribuidores em banda

Injetores: Reduzem as emissões de NH_3 por introdução do chorume abaixo da superfície do solo, diminuindo assim a área da superfície de chorume exposta ao ar e aumentando a infiltração no solo. São geralmente mais eficazes para a redução da emissão de NH_3 do que os distribuidores em banda. Existem três tipos:

- **Injetores de superfície (ou de ranhura):** estas ranhuras de corte fino (tipicamente de 4-6 centímetros (cm) de profundidade e 25-30 cm de intervalo) enchem-se de chorume ou de estrume líquido quando entram no solo. Habitualmente são mais usados em pastagens. Diferentes resultados de redução são alcançados consoante são utilizados injetores de corte abertos ou fechados. Os volumes de aplicação podem ser limitados pela dimensão das ranhuras.
- **Injetores de profundidade:** aplicam chorume ou estrume líquido no solo a uma profundidade de 10-30 cm usando injetor de dentes espaçados cerca de 50 cm, ou mesmo de 75 cm de distância. Os dentes são frequentemente equipados com alhetas laterais para auxiliar a dispersão no solo e atingir elevadas taxas de aplicação. São mais adequados para uso em terra arável, devido ao risco de danos mecânicos em pastagens permanentes.
- **Injetores para culturas de solos aráveis:** são acoplados a escarificadores de molas ou de dentes rígidos e para uso exclusivo em terras aráveis.

Distribuidores em banda: Reduzem as emissões de NH_3 do chorume ou estrume líquido diminuindo a superfície de área de estrume exposta ao ar e o fluxo de ar sobre ele. A eficácia destes equipamentos pode variar consoante a altura das culturas. Existem dois tipos principais de equipamentos:

- **Mangueiras de escoamento:** chorume é descarregado ao nível do solo em pastos ou terras aráveis por meio de uma série de tubos flexíveis. A aplicação entre linhas para desenvolvimento de uma cultura arvense é viável.
- **Sapata de arrasto:** chorume é normalmente descarregado através de tubos rígidos que terminam em "sapata" metálica projetada para se deslocar junto à superfície do solo, separando as culturas para que o chorume seja diretamente aplicado na superfície do solo e abaixo da cobertura da cultura. Alguns tipos de sapata de arrasto são concebidos com ranhuras de corte da superfície do solo para ajudar à infiltração.

Fonte: Código-Quadro para o Amoníaco (tradução livre)

das práticas em uso (nível de desempenho tecnológico e ambiental), os fatores de redução referidos pelo Código-Quadro são indicativos e devem ser testados em casos concretos, através de seleção das práticas que se lhe aplicam (de entre as recomendadas - ver em caixa um exemplo sumário de elementos para decisão) e da identificação dos fatores de adaptação a introduzir decorrentes das características locais do seu caso.

Comentários:

Portugal é signatário da Convenção sobre Poluição Atmosférica Transfronteiras a Longa Distância (CLRTAP) e, consequentemente, do Protocolo de Gotemburgo. A Agricultura é o setor que em Portugal mais contribui para as emissões de amoníaco (NH₃), ele próprio precursor de partículas secundárias na atmosfera. É, assim, setor relevante para atuação em matéria de poluição atmosférica e já enquadrado pelos vetores estratégicos estabelecidos para a Estratégia Nacional para o Ar 2020 (ENAR 2020⁴) - orientações para as políticas do ar a adotar em Portugal no curto/médio prazo.

O “reforço de medidas de minimização da emissão de amoníaco no setor agrícola: promoção da implementação do Anexo IX do Protocolo de Gotemburgo da CLRTAP, nomeadamente no que respeita ao Código de Boas Práticas Agrícolas (CBPA⁵)”, está previsto como iniciativa setorial ENAR 2020. A sua efetivação é perspectivada através de “ações conducentes a boas práticas agrícolas alinhadas com o Programa Nacional para as Alterações Climáticas 2020/2030 (PNAC⁶) e que contribuam para a redução de partículas secundárias resultantes das emissões de amoníaco”.

O Código-Quadro para o Amoníaco que agora se divulga é a referência de base a ser tida em conta pelos países Parte que integram o Protocolo de Gotemburgo. Uma vez que este Código-Quadro é de largo espectro (orientações internacionais) e recomenda a definição dos termos de adoção para as condições nacionais, a iniciativa delineada a nível da ENAR 2020 vem de encontro a esta necessidade. Outras iniciativas de política nacional em curso direcionadas para outros objetivos⁷, que também identificam o CBPA como ferramenta de charneira para a promoção de adoção de boas práticas agrícolas, poderão contribuir para que esta iniciativa ENAR venha a ganhar uma dimensão de integração com outras dimensões ambientais, para além da redução das emissões de amoníaco a que está orientada.

É assim esperado que o presente Código-Quadro para o Amoníaco seja observado num contexto local e integrado com as restantes componentes ambientais com que se interliga, nomeadamente no quadro das melhores técnicas disponíveis recomendadas e dos respetivos níveis de implementação decorrentes da aplicação do preconizado em instrumentos já existentes⁸. Poderá neste contexto tornar-se de elevada utilidade para a produção dum CBPA atualizado e orientado para práticas agrícolas adaptadas aos objetivos de produtividade sustentável, que diferentes instrumentos de política nacional têm vindo a estabelecer.

⁴ <http://www.apambiente.pt/index.php?ref=16&subref=82&sub2ref=1174>

⁵ <http://www.dgadr.mamaot.pt/rec-hid/diretiva-nitratos/codigo-boas-praticas-agricolas>

⁶ RCM 56/2015, de 30 de Julho.

⁷ Exemplos: (1) Programa de Ação Nacional de Combate à Desertificação, objetivo estratégico “Proteger e conservar o solo” (PANCD – RCM 78/2014); (2) Plano Nacional da Água, eixo 2 “Medidas destinadas à revisão e otimização dos programas & medidas e de planos sectoriais” e eixo 4 “Medidas de desenvolvimento legislativo, controlo das pressões e de aplicação generalizada da lei” (PNA 2020 - <http://www.apambiente.pt/?ref=16&subref=7&sub2ref=9&sub3ref=833>).

⁸ Exemplos: (1) Regulamento para o Exercício da Atividade Pecuária (REAP); (2) Boas Práticas fomentadas no contexto dos Programas de Desenvolvimento Rural.

Programa Operacional de Sanidade Florestal

– Síntese e Execução

Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, I.P. (ICNF)*

Referência:

AUTOR: ICNF, I.P.

TÍTULO: Programa Operacional de Sanidade Florestal

EDITOR: ICNF

TIPO DE DOCUMENTO: artigo

LOCALIZAÇÃO DO DOCUMENTO: <http://www.icnf.pt/portal/florestas/prag-doe/posf>

IDIOMA: Português

NÚMERO DE PÁGINAS: 125

DATA/ANO DE EDIÇÃO: 7 de abril de 2014

Palavras-chave: POSF; planos de ação; planos de controlo; planos de contingência; praga; prevenção; controlo; GASF – Grupo de Acompanhamento de Sanidade Florestal.

Estrutura do documento/enquadramento:

As florestas são importantes recursos globais que fornecem uma gama variada de benefícios ambientais, culturais, económicos e sociais e de produtos naturais renováveis, desempenhando funções vitais, designadamente, no combate à desertifica-

ção, proteção de cursos de água, regulação climática, manutenção da biodiversidade e preservação de valores sociais e culturais.

É, no entanto, reconhecida a existência de múltiplos fatores que podem comprometer a sustentabilidade dos espaços florestais, nomeadamente ao nível do seu estado fitossanitário. A globalização das trocas comerciais e a livre circulação de pessoas e bens constituem uma forte ameaça à fitossanidade das principais essências florestais e, logo, à sua sustentabilidade e das fileiras nelas assen-

* **Relatores:** Dina Ribeiro e José Manuel Rodrigues, Departamento de Gestão de Áreas Classificadas, Públicas e de Proteção Florestal, Divisão de Proteção Florestal e Valorização de Áreas Públicas, ICNF, I.P.

tes. Também as alterações climáticas e os incêndios florestais constituem novas oportunidades para o estabelecimento de pragas, não só por favorecerem o desenvolvimento das suas populações como por criarem, muitas vezes, pressões ambientais que tornam as árvores mais vulneráveis a estes organismos, em especial àqueles que se poderão classificar como espécies exóticas.

Para combater a ameaça que as pragas representam é fundamental a adoção atempada de medidas de proteção fitossanitária. A necessidade destas medidas foi já reconhecida há muito tempo, tendo sido objeto de numerosas prescrições nacionais e convenções internacionais. Ao nível da União Europeia existe, desde há muito tempo, um quadro normativo em matéria de fitossanidade que tem vindo a ser atualizado e que se traduz na aplicação do regime fitossanitário, indispensável para proteger a economia e a competitividade do setor florestal, visando proteger o espaço da União Europeia da entrada de novas pragas e controlar as existentes, de modo a manter as suas populações em níveis não epidémicos.

A política de defesa da floresta contra agentes bióticos nocivos, pela importância que representa na sustentabilidade do setor florestal, não pode ser implementada de forma isolada, mas antes inserindo-se numa atuação integrada no território, promovendo o aumento e melhoria da competitividade e sustentabilidade do setor florestal, assim como a melhoria do desempenho ambiental e da eficácia do ordenamento do território, envolvendo responsabilidades de todos, Governo, autarquias, agentes do setor e cidadãos, no desenvolvimento de uma maior transversalidade e convergência de esforços de todas as partes envolvidas, de forma direta ou indireta.

Neste contexto, surgiu em 2014 o Programa Operacional de Sanidade Florestal (POSF), o qual determina a necessidade de envolver as diversas entidades com atuação e responsabilidades nas várias

vertentes da fitossanidade florestal, da estratégia ao planeamento e operacionalização, englobando, num esforço comum, os vários agentes do setor, as instituições públicas e privadas, incluindo as Organizações de Proprietários Florestais, os Prestadores de serviços e a Indústria florestal.

Principais constatações/destaques/conclusões:

O POSF, aplicável ao território continental, disponibiliza de uma forma sintética, o conhecimento relevante existente em Portugal relativo à proteção fitossanitária, mecanismos e procedimentos de prevenção e controlo, apresentando um diagnóstico genérico da situação atual em termos de proteção fitossanitária, definindo as entidades com competências na implementação de medidas e ações de prevenção e controlo, perspectivadas para os vários grupos de agentes bióticos nocivos e para os diferentes sistemas florestais, estabelecendo as bases de intervenção para a redução de riscos de introdução, de dispersão e de danos.

São quatro os objetivos estratégicos estabelecidos pelo POSF, enquadrados na Estratégia Nacional para as Florestas, com correspondentes objetivos operacionais, indicadores e metas, para o período 2014- 2020.



Aumentar o conhecimento sobre a presença de agentes bióticos nocivos.



Reduzir os danos nos ecossistemas florestais e consequentes perdas económicas.



Reduzir o potencial de introdução e instalação de novos agentes bióticos nocivos.



Aumentar o conhecimento científico sobre os agentes bióticos nocivos.

Tendo em vista a implementação de medidas e ações que visam prevenir e controlar a instalação e dispersão de agentes bióticos nocivos, o POSF apre-

senta um quadro de responsabilidades e respetivas entidades, cometendo a responsabilidade da coordenação ao Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas, I.P. e à Direção-Geral de Alimentação e Veterinária.

Com o POSF, Portugal dispõe de uma estratégia de operacionalização das ações de prevenção e controlo dos agentes bióticos nocivos, com definição de metodologias de deteção, de monitorização e de controlo e, com o estabelecimento de planos de atuação (contingência, ação ou controlo) específicos para cada um dos grupos de agentes bióticos nocivos tipificados, segundo a sua classificação como organismos de quarentena ou não quarentena.

São ainda elencadas as principais linhas de investigação e de experimentação na área da fitossanidade florestal, definindo-se áreas prioritárias de intervenção relevantes para as diversas fileiras.

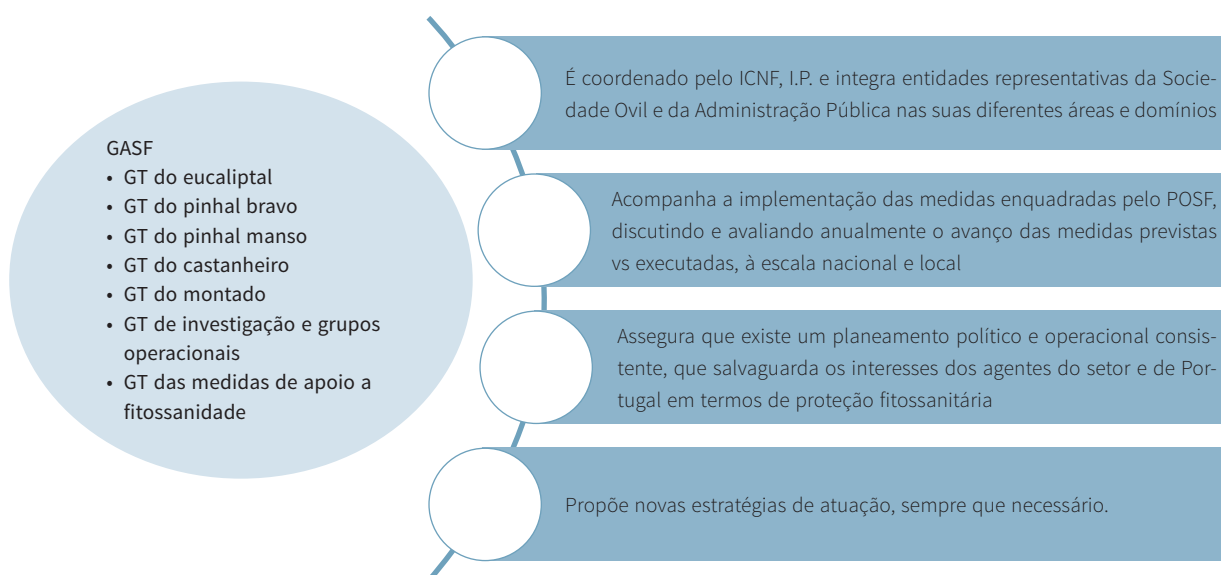
Face à dinâmica permanente dos agentes bióticos nocivos e à possibilidade da sua dispersão a nível mundial, o POSF assegura a existência e divulgação de informação clara e objetiva, sobre os vários agentes bióticos nocivos, procedimentos de prospeção, monitorização e de controlo, assim como a

promoção da formação e da sensibilização a grupos específicos.

O POSF considera também a existência de um sistema de gestão de informação de fitossanidade florestal, que pretende ser um instrumento para a tomada de decisão ao nível do planeamento, da gestão e da proteção fitossanitária, permitindo o acesso a informação atualizada e georreferenciada sobre o estado fitossanitário da floresta portuguesa, a identificação de zonas e espécies vulneráveis e o conhecimento sobre o impacto da ação dos agentes bióticos nocivos nos ecossistemas florestais, de forma a possibilitar a execução de ações de prevenção e controlo.

O POSF prevê ainda a existência do Grupo de Acompanhamento de Sanidade Florestal (GASF), estrutura que integra representantes da Sociedade Civil e da Administração Pública, sob a qual foram criados diversos grupos de trabalho (GT) e que visa acompanhar o processo de planeamento das medidas enquadradas no POSF, proceder à avaliação da sua implementação, propor estratégias de atuação e rever o programa, quando justificado.

A possibilidade da atribuição de apoios públicos a ações destinadas à proteção da floresta contra



agentes bióticos fica condicionada à adequação e conformidade das mesmas a este programa.

Tendo em conta a dinâmica dos agentes bióticos nocivos e a sua evolução a nível mundial, o POSF é, necessariamente, um instrumento dinâmico que deverá ser atualizado sempre que se justifique.

Comentários:

Neste primeiro ano de implementação do POSF, realizaram-se diversas ações de prevenção e controlo enquadradas com os seus princípios e orientações. No âmbito da aplicação do regime de proteção fitossanitária destaca-se a aprovação do Quadro



Objetivo operacional	Indicador de realização	Responsável	Ações realizadas em 2014
Estabelecer procedimentos uniformizados de prospeção de Pragas	Divulgar os procedimentos pelos agentes do setor	ICNF, I.P.	6 Ações formação e informação sobre sintomatologia, espécies hospedeiras e medidas de prevenção, controlo e erradicação de <i>Fusarium circinatum</i> , <i>Phytophthora ramorum</i> , <i>Dryocosmus kuriphilus</i> , <i>Anoplophora chinensis</i> e <i>Chalara fraxinus</i> .
Assegurar a transferência de informação aos agentes representativos do setor, relativa à execução das ações de prevenção e controlo	Divulgação da informação	ICNF, I.P.	4 Boletins informativos “Fitonoticias” trimestrais para divulgação de informação sobre fitossanidade florestal.
Assegurar a formação dos agentes do setor	Número de ações de formação realizadas por ano	ANEFA e DGAV	1 Workshop prático de aplicação da rede inseticida no transporte e armazenamento de material lenhoso de coníferas hospedeiras
		ICNF, I.P.	2 Ações de formação para vigilantes da natureza – Agentes bióticos nocivos
Promover ações de sensibilização para transferência de conhecimento científico atualizado e divulgação de métodos de monitorização e controlo	Número de ações de sensibilização realizadas por ano	ICNF, I.P. em colaboração com DGAV, INIAV, I.P., CELPA e Câmara Municipal de Penela	1 Seminário sobre gorgulho do eucalipto
		Altri Florestal	1 Ação de demonstração sobre aplicação de inseticida para controlo do gorgulho do eucalipto
		A. F. do Alto da Broca em parceria com ICNF, I.P., INIAV, I.P., UTAD, IPB, FSF e Forum Florestal	1.º Seminário Nacional de Fitossanidade Florestal – pragas do pinheiro bravo
Promover ações de sensibilização para transferência de conhecimento científico atualizado e divulgação de métodos de monitorização e controlo	Número de ações de sensibilização realizadas por ano	ICNF, I.P.	Reunião anual de fornecedores de MFR
		ICNF, I.P.	1 Ação de esclarecimentos sobre Operacionalização de ações de controlo do NMP
		ANEFA	Jornadas Técnicas: Os grandes desafios do sector florestal – Prevenção, obrigações e condicionantes das atividades florestais
		AIFF	Balcão da Conta Florestal – Financiamento, risco e captação de investimento para a floresta

orgânico da Inspeção Fitossanitária no ICNF, I.P., que define a estrutura de inspeção e regras e orientações para o inspetor fitossanitário, clarificando procedimentos de atuação e de funcionamento com vista à melhoria da atividade de inspeção fitossanitária.

Foram elaborados e estão em execução seis planos de atuação, com vista à deteção, controlo ou erradicação dos diversos agentes bióticos.

No sentido de aumentar o conhecimento e a formação dos agentes do setor realizaram-se diversas ações de informação e formação na área da fitossanidade florestal.

Após o primeiro ano de vigência, poderemos afirmar que o Programa Operacional de Sanidade Florestal, se configura como um verdadeiro e efetivo instrumento de ligação entre as entidades públicas e privadas com intervenção na área da fitossanidade florestal, estabelecendo as bases para prevenção, monitorização e controlo dos agentes bióticos nocivos e reunindo o conjunto de ações de proteção fitossanitária que têm vindo a ser desenvolvidas em Portugal Continental, em linha com os princípios orientadores que estiveram subjacentes à sua criação.

A *CULTIVAR* é uma publicação de cadernos de análise e prospetiva com a responsabilidade editorial do GPP - Gabinete de Planeamento, Políticas e Administração Geral. A publicação pretende contribuir, de forma continuada, para a constituição de um repositório de informação sistematizada relacionada com áreas nucleares do ministério suscetíveis de apoiar a definição de futuras estratégias de desenvolvimento e preparação na definição de instrumentos de política pública.

A *CULTIVAR* desenvolve-se a partir de três linhas de conteúdos:

- «**Grandes tendências**» integra artigos de análise de fundo realizados por especialistas, atores relevantes e parceiros sociais, convidados pelo GPP.
- «**Observatório**» pretende ser um espaço para reunir, tratar e disponibilizar um acervo de informação e dados estatísticos de reconhecido interesse mas que não estão diretamente acessíveis ao grande público.
- «**Assuntos Bilaterais e Multilaterais**» destina-se a acolher a divulgação de documentos de organizações, nomeadamente os acedidos pelo GPP nos vários fora nacionais e internacionais.



REPÚBLICA
PORTUGUESA

AGRICULTURA, FLORESTAS
E DESENVOLVIMENTO RURAL

MAR